

PRELO.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

SETEMBRO-DEZEMBRO de 2006

3

PRELO.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA



SETEMBRO - DEZEMBRO de 2006

3

PRELO.

Edição e propriedade
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.
AV. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA
1000-042 LISBOA
TEL. 21 781 07 00 - FAX 21 781 07 54

Director
CARLOS LEONE

Concepção gráfica
BRANCA VILALLONGA
Revisão
PAULA LOBO

Publicação quadrimestral
E-mail: revista.prelo@incm.pt
Edição: 1013859
ISSN: 0871-0430
Depósito legal: 242 853/06
Tiragem: 800 exemplares
Preço: 6€

| | |
|-----|--|
| 5 | Editorial |
| | <i>PORTUGAL CONTEMPORÂNEO</i> |
| 8 | NOTAS SOBRE O FIM E OS REINÍCIOS DA CULTURA LIBERAL QUE NUNCA TIVEMOS <i>Carlos Leone</i> |
| 15 | RELIGIÃO E RELIGIÕES EM PORTUGAL: ELEMENTOS E QUESTÕES ACTUAIS <i>Paulo Mendes Pinto</i> |
| 52 | A FÍSICA EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX <i>Augusto J. S. Fitas</i> |
| 78 | DAS ARTES PLÁSTICAS E VISUAIS <i>José-Augusto França</i> |
| 88 | ARQUITECTURA E URBANISMO NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO <i>José Manuel Fernandes</i> |
| 107 | PORTUGAL COMO CULTURA NO EXTERIOR <i>Eugénio Lisboa</i> |
| 114 | PORTUGAL E MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XX: LÍNGUA, PÁTRIA E PÂNICO <i>Phillip Rothwell</i> |
| 128 | PORTUGAL-ANGOLA: ALGUMAS RELAÇÕES LITERÁRIAS <i>Francisco Soares</i> |
| 165 | DISCURSO SOBRE A SUPERAÇÃO DO PENSAMENTO IDENTITÁRIO PORTUGUÊS <i>Miguel Real</i> |

EDITORIAL

Com este número, a Prelo, na sua terceira série, completa o primeiro ano de existência. Como anunciado, o último número de cada ano oferece ao leitor um conjunto de artigos organizado em torno de um tema, neste caso, a contemporaneidade portuguesa. Os balanços do ano, de tão habituais, perderam há muito toda a sua função selectiva e crítica, limitando-se a repetir aquilo que durante o ano ficara já exhaustivamente dito. Mas como a redundância mediática, para poder funcionar sem sobressaltos de maior, procede assim à custa de evitar reflectir sobre a vida em comum, este número da Prelo toma para si, e para o leitor, um tema também ele bem conhecido de todos e tenta pensá-lo de outro modo, capaz de corresponder simultaneamente a expectativas sobre temas e intervenientes e à novidade de análise e de organização que (só ela) pode justificar esta escolha. O balanço, não da nossa actividade enquanto revista mas da vida contemporânea portuguesa no tempo histórico impreciso que vivemos como o nosso presente, serve, em nosso entender, sobretudo como prospectiva. Sem essa virtualidade, visitar o passado significa ficar prisioneiro dele, nele, por isso, optámos pela divisão de campos habitualmente amalgamados (as relações com as ex-colónias, por exemplo), tentámos a integração de outros quase sempre diferenciados apesar da dificuldade em fazê-lo justificadamente (Literatura e Política), diferenciámos mas mantivemos em diálogo as artes visuais da arquitectura, cada vez mais influente na nossa vida pública, não esquecemos as ciências e as instituições habitualmente relegadas ao silêncio nestes balanços, nem nos preservámos da velha e sempre incompleta discussão do espírito nacional — além do mais que o leitor lerá.

Para o próximo ano, a Prelo tem já em preparação adiantada os dois números (Abril e Agosto) não temáticos e planeia o número temático de Dezembro.

Os nossos problemas são os comuns em publicações do género desta revista — raras, não por acaso, em Portugal —, mas as

soluções, queremos-las novas e eficazes, apesar de isso as tornar mais difíceis de obter.

Como em todos os começos, também este é susceptível de correcções, pelo que quaisquer críticas, sugestões e propostas são bem-vindas, tanto no endereço da revista como em ce.leone@yahoo.com

6

Tal como sucedeu no primeiro número desta série, preferíamos passar sem a oportunidade de homenagear alguém que muito estimávamos e com cuja colaboração contávamos para números futuros. Mário Sottomayor Cardia era, além disso, um leitor ideal para a diversidade de temas e perspectivas desta revista, e, na impossibilidade de lhe dedicar um volume colectivo preparado antes do seu desaparecimento súbito, aqui nos despedimos dele com a promessa de em 2007 dedicarmos especial atenção ao seu pensamento político e filosófico.

Dezembro de 2006.

O DIRECTOR

PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

NOTAS SOBRE O FIM E OS REINÍCIOS DA CULTURA LIBERAL QUE NUNCA TIVEMOS

CARLOS LEONE *

1. Num pequeno ensaio ainda inédito (Carlos Leone, *O Essencial sobre Crítica Literária, 1850-1930*), o fio condutor da argumentação desenvolvida é a relação entre o combate à censura, nos seus diferentes registos religiosos e políticos, e a formação de um espaço público moderno, perspectivado na crítica literária enquanto reflexão privilegiada sobre a sociedade do tempo.

Não por acaso as datas são as indicadas no título: no início, 1850 é a data aproximada do trabalho seminal de A. P. Lopes de Mendonça que funda a crítica literária enquanto tal entre nós (cf. o prefácio à edição das *Memórias de Lopes de Mendonça*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, no prelo). Sendo certo que já antes existia uma publicação com textos passíveis de serem catalogados como crítica literária, é o livro de Lopes de Mendonça que estabelece o género enquanto tal. «Género» não apenas literário, em rigor. A crítica, literária, musical, de artes plásticas, etc., sendo um género discursivo de direito próprio (ainda que com especificidades não muito distantes das do jornalismo, a nosso ver), é sobretudo um género de reflexão social. Género moderno, ao explorar como que sis-

* Director da 3.ª série da *Prelo*, investiga actualmente o tema do exílio e do estrangeiramento na cultura portuguesa contemporânea. Entre os seus trabalhos contam-se, na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, *Portugal Extemporâneo* (2 vols.) e *O Essencial sobre Estrangeirados* (ambos de 2005).

tematicamente características centrais dos processos de modernização social (racionalidade instrumental, reflexividade, mediação anónima, entre outros), o discurso crítico não se limitou no Ocidente a produzir juízos de valor subjectivos sobre o que tomava por seu objecto, antes exprimiu neles uma visão da sociedade em que se produzia e da sociedade que queria contribuir para produzir (sobre isto, cf. Leone, *Portugal Extemporâneo*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005, vol. 1). O modo tardio como surgiu em Portugal, no século XIX em vez de duzentos anos antes, não alterou em nada a sua natureza social e construtiva.

Também a data final do ensaio sobre a crítica literária em Portugal deverá ser facilmente compreensível. A década de 1930 marca o início da reaproximação portuguesa ao tempo social europeu, com a geração de 1915 ainda activa e o surgimento da de 1930, ambas em conflito com o rumo fascizante que o regime republicano adquiria. O movimento da *Presença*, então a consolidar-se na sua vertente menos modernista e mais moderna (o discurso crítico) com a proeminência de Casais Monteiro, é o mais representativo deste processo na crítica literária, que as décadas seguintes irão consolidar (com tantas injustiças para os «presencistas»), até, por fim, em 1974, o combate do discurso crítico do século XX contra a censura gerar o actual sistema de governo.

Estas observações a pretexto de um trabalho ainda inédito destinam-se a dar conta da relação — com muito mais história do que habitualmente se lhe credita — do discurso crítico com a política, que, no caso português, se deixa acompanhar com grande nitidez através da história da(s) censura(s). Em Portugal, há uma tendência para confundir, por motivos que em grande medida lhe são estranhos, a crítica com a crítica literária, o que contribui para a identificação da primeira com a reflexão geral sobre a sociedade, pois tornou-a um alvo prioritário das diversas instâncias censórias. Sendo bem conhecido e estudado o relacionamento, no nosso país, da cultura literária (ficção e poesia, sobretudo) com a política, muito menos é notado o vínculo do discurso crítico com a actividade política («pública» não se aplica, precisamente pela relevância da censura em Portugal).

Pelos motivos já indicados, ainda que de forma muito esquemática e sumária, depois de uma tentativa, ou série de tentativas — muito pouco eficientes aos olhos tanto dos seus promotores como dos seus opositores —, para modernizar Portugal durante o século xx (e ainda no início do século seguinte), o século xx autonomiza-se do passado, dos dois séculos anteriores, com a gradual vitória sobre a censura *moderna* que, desde a década de 1930 até ao pós-25 de Abril, o discurso crítico ilustra, em especial na sua relação com a literatura.

Com efeito, o domínio da cultura, e em particular da «alta cultura», foi marcado até há bem pouco tempo (até ao surgimento das televisões privadas) pela cultura literária. Nesta, já ficou dito, o discurso crítico foi muitas vezes percebido, reduzido, ao nível da polémica, mas agora isso pouco importa. Relevante é notar como a formação de uma sociedade moderna se deu, neste domínio da «cultura» enquanto forma social autonomizada: pela oposição de um ideal liberal de modernidade («progressista» ou como lhe queiramos chamar, é sempre afim ao discurso crítico europeu moderno) a um ideal antimoderno que se exprimia exemplarmente na instituição censória que a Constituição de 1933 (com muita manha jurídica) tornara uma lei tácita do tradicionalismo português.

Num país com índices de leitura tão baixos como os de Portugal, tudo isto foi um processo de elites. Demais a mais, aqueles índices (entre outros) indicavam algo que o ensaísmo (António Sérgio) e as ciências sociais portuguesas (Adérito Sedas Nunes, Hermínio Martins) notaram com acuidade, a divisão interna da sociedade portuguesa, «sociedade dual» antiga e, em pleno século xx, ainda marcadamente pré-moderna. Pois o preço a pagar pelas elites por essa divisão promovida e mantida em proveito próprio é alto, e não se resume tanto a «traição» como a emasculação: a modernização «selectiva», destinada à apropriação dos instrumentos técnicos da modernidade sem concessões significativas à sua difusão social, que até ao 25 de Abril foi doutrina explícita e, muito depois dele, continuou, ao menos de forma implícita. E foi, afinal, o que estava em disputa na oposição de «europeístas», «modernizadores», «liberalizantes», «democratas», etc., face a «castiços», «conservadores», «tradicionalistas», «nacionalistas», que marca

a parte de leão do nosso século xx: que sociedade se pretendia para Portugal? Esta questão, eminentemente política, exprimia-se nos «meios culturais» com um destaque particular nas Letras e no seu confronto com a Censura. Daí que faça particular sentido pensar a modernidade política portuguesa em articulação com a modernidade cultural, sobretudo literária. E perceber como o actual obscurecimento de ambas não é um acaso ou uma coincidência mas parte de um processo social com a sua lógica própria (pese o tom determinista que escrever isto assim tem; é só o tom, note-se).

2. Entre os seus vários créditos, a República conta com o da resolução da questão do regime. A solução política desta questão encontrada no século xix nunca provou ser eficiente, e o fim da monarquia liberal foi por isso apenas natural. Agora que já se prepara o festejo do centenário da República, cumpre notar que a ideologia democrática inscrita no sistema de governo desde o liberalismo conheceu graves contratempos (o mais longo durou quarenta e oito anos), e, não obstante, a questão do regime político do nosso país, republicano, nem por isso saiu grandemente afectada. A concepção de Portugal enquanto entidade política manteve-se republicana ao longo de todo o século xx e todo o debate sobre o seu sistema de governo (a maior parte das vezes sob a forma do tema da «governabilidade») decorreu no interior desta concepção de forma política.

Vale a pena referi-lo não só pelos frequentes ataques à I República mas também, e ainda mais, pela questão da modernização da sociedade portuguesa a que nos referimos desde o início. A opção pela República em 1910, 1933 e 1974 indica, apesar de todas as divergências graves de cada momento face aos outros, uma mesma concepção de Portugal enquanto corpo político, marcada pela igualdade legal dos indivíduos. Esta é estruturalmente contrária à diferenciação política entre indivíduos necessária à manutenção do modelo monárquico, por definição tradicionalista e historicamente anterior ao modelo republicano moderno de regime político. Dentro desta concepção republicana de corpo político, o combate ideológico travou-se em torno da viabilidade de um sistema de governo democrático e da sua definição: liberal, revolucionário, anárquico,

orgânico, federalista, progressista, etc.; não foram poucos os modelos pensados e tentados. A oposição mais duradoura e fecunda, contudo, deixa-se ver bem na literatura e na crítica do século xx foi entre o liberalismo moderno e o tradicionalismo antimoderno. Desta tensão resultou, por exaustão do segundo contendor, o Portugal de hoje. Claro que estamos no domínio de generalidades muito amplas, mas sem desprimor das necessárias análises monográficas a todas os problemas até aqui apenas mencionados, tudo depende de uma generalidade ainda maior e mais distante, a qual referimos de início: a cultura liberal(izante) que a Europa criou e que modificou as sociedades europeias, modernizando-as de diversas formas e em diferentes graus, mas em Portugal (e Espanha) muito mal sucedida. Não é este o lugar para exumar o cadáver da cultura liberal (muito mais do que as formas políticas oitocentistas) na sociedade portuguesa, mas é necessário referir esta questão não resolvida na nossa História, já que da sua compreensão depende a avaliação que se faz dos diferentes sistemas de governo que Portugal conheceu no século xx. Já no nosso século, herdeiros muitas vezes descuidados e parciais de 1974, vivemos sem pensar na realidade republicana que Portugal é, o que nem deve ser visto como negativo, julgando o sistema de governo democrático como se este fosse a realidade política suprema. Ora, por definição, um sistema de governo, a democracia, não foi criado como resolução da questão da nacionalidade (refundada pela República, como notou o insuspeito António Sardinha) mas como resolução para os males da nação. O interregno do Estado Novo apenas inverteu a valoração dos termos, dando a democracia como causa de muitos males que não lhe podiam nem deviam ser assacados.

Justamente na transição da década de 1920 para a de 1930 foi bem notória entre nós a escassez de uma cultura política, de uma cultura pública, liberal. Ao contrário do fenómeno do seu esgotamento, então comum na Europa, em Portugal e Espanha verificou-se a emergência de forças antiliberais sem a liberalização dos costumes que marca a modernidade política. Essas forças puderam assim persistir em Portugal e Espanha décadas após o seu esmagamento na Europa, justamente por não se tratarem de um fenómeno de conjuntura

política mas de realidades sociais insusceptíveis de alteração súbita (e muito menos por intervenção de terceiros). Não por acaso, os mecanismos censórios do Estado Novo, sendo realidades modernas (criadas dentro de um quadro constitucional vinculado à modernidade política), exerceram e ainda exercem efeitos relativamente aos quais o discurso crítico português pode pouco, e mesmo isso à custa de muitos esforços e tempo dispendidos. Quem duvidar só tem de estudar a longa e gradual batalha de retaguarda entre as forças sociais promotoras da modernização e as suas opositoras, de que a história da cultura literária e da censura no século xx é um exemplo acabado.

3. Quando um autor tão influente como Boaventura Sousa Santos se refere ao fenómeno português de «salto da pré para a pós-modernidade» é a estas realidades que faz referência (em moldes próprios não identificáveis com o que acima foi exposto, bem entendido). O isolamento português de tendências sociais modernas tão centrais como a liberalização dos laços sociais (ainda que seja necessário matizar esse «isolamento») gerou a realidade, ainda bem próxima de nós, de uma persistente pré-modernidade. De modo análogo, a questão da pós-modernidade, já de si tantas vezes distorcida a ponto de perder o sentido de «condição» que Lyotard lhe atribuiu, é em Portugal particularmente capciosa, pois o problema da cultura pública, da sociedade portuguesa, é o da sua escassa modernização — de costumes, de práticas económicas, de relações institucionais, de linguagem política, etc. Todavia, e após estas ressalvas metodológicas, não será descabido aventar a hipótese que conduz este texto desde o seu início: o queixume frequente pela redução da vida política a uma sucessão (rotativa...) de gestores da coisa pública ideologicamente neutros não será ainda um outro, e não tão novo como isso, sintoma da longa resistência à modernização? E, analogamente, a angústia pela degradação do ensino, mais do que a mitificação do ensino do antigamente, não será ela resultado do retorno dessa constante pré-modernidade que antigamente se deixava perceber na taxa de analfabetismo e hoje ressurgue como «iliteracia»? E o mesmo não se poderá dizer de fenómenos associados a estes, desde a queixa quanto à alegada falta de «estatura de estadista» dos ho-

mens políticos de hoje e quanto ao desprezo pela cultura literária dos nossos queridos jovens? Nada disto é novo, e há todo um longo conjunto de argumentos a desenvolver a respeito de cada uma destas (e tantas outras) questões; mas a hipótese, genérica, aplica-se a esta realidade no seu conjunto: o deplorado soçobrar da «grande política» e da «alta cultura» não é, afinal, ainda resultado do falhanço (se parcial, ou mesmo real, é outra questão) em modernizar a sociedade portuguesa por parte das elites a quem essa tarefa incumbia?

Desta hipótese, contudo, não se deve concluir a simples e total obsolescência da arte literária ou da vida política. Bem pelo contrário, torna-se necessário procurá-las, ou às suas influências, em locais onde sempre se encontraram e onde, cada vez mais, se renovam: da arquitectura à música, da religião às filosofias da identidade nacional, e assim por diante. Seja como for, a hipótese, para ser válida, terá de permitir perceber o que ainda se está a formar e, ao fazê-lo, alterar a cultura literária e a vida política tal como a conhecemos até ao final do século xx.

Em abono desta hipótese haverá mais a coligir do que materiais históricos como os que foram apresentados acima, num esquema admitidamente muito breve. E serão justamente outros materiais, como os relativos à alteração do papel da Imprensa, à influência dos meios de comunicação de massas (*maxime*, TV), a vulgarização de bens e de hábitos de consumo típicos de sociedades mais modernizadas que a nossa, a crescente relevância da Internet na sociabilização serão, cremos, estes materiais que podem definir muita da pertinência da hipótese que aqui se expôs quanto à história comum e o caso simultâneo de cultura literária e prática política em Portugal no final do século xx.

RELIGIÃO E RELIGIÕES EM PORTUGAL: ELEMENTOS E QUESTÕES ACTUAIS

PAULO MENDES PINTO *

1. Heranças religiosas dominantes: identidades e tensões

Portugal, quer na sua história mais recuada, ainda no chamado Antigo Regime, quer na época liberal, ou já na República, apresenta-nos já algumas das dominantes com que somos confrontados na actualidade, no que respeita ao mundo das religiões: por um lado, uma identidade religiosa que se cruza quase simbioticamente com a própria identidade colectiva, por outro lado, uma quase constante afronta entre alguns meios políticos ou intelectuais e arte significativa do clero católico.

Recuando, a viabilidade do reino de D. Afonso Henriques teve um forte apoio incontestavelmente, se não mesmo essencial, na relação que então se estabeleceu com o papado, e que culminaria na bula *Manifestis probatum* (1179). A proximidade do reino português à Igreja de Roma nos seus primeiros séculos de vida é excepcional. A identidade do todo colectivo era a ideia de «cristandade» (a palavra nasce, em Portugal, exactamente no século XIII, o século em que as definições de fronteira se estabilizam), uma dimensão religioso-simbólica que não integrava a de nacionalidade. Esta marca, como que de nascimento, enformou até hoje a identidade de muitos dos países europeus, estando, em grande medida, na base das polémicas

* Director da *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, da Universidade Lusófona; investigador da Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste da Universidade de Lisboa; bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ainda recentes sobre a integração, ou não, de um parágrafo no texto do Tratado Constitucional Europeu sobre a raiz cristã da Europa.

Mantendo-se sempre essa faceta cristã católica na identidade colectiva, expressa em efectividade massiva de culto, por várias vezes uma significativa parte da nação se lançou numa perseguição, ostracização ou mesmo abolição de grandes estruturas desse mesmo catolicismo identitário. Por exemplo, depois de mais de dois séculos de enraizamento, em 1779, a Companhia de Jesus era expulsa de Portugal. Em 1821, e depois de se ter mantido a Inquisição por quase três séculos, com todo um enorme escorrer de sangue, profundamente co-responsável pelo empobrecimento científico, cultural e intelectual do reino, era decretada a sua abolição, como se a nação em nada se revisse nesse tribunal religioso que pouco antes ainda grassava vítimas (já só no reinado de D. Maria não haveria «relaxados em carne», condenados à morte pelo Tribunal do Santo Ofício); ao mesmo tempo, no texto constitucional do ano seguinte, pelo seu artigo 10.º, o Estado estava obrigado a ajudar as entidades religiosas católicas a perseguir e castigar os «súbditos», os cidadãos, que fugissem à ortodoxia católica, o que vitimou alguns missionários protestantes.

Ainda no século XIX, na década de 30, o movimento liberal lançava uma nova fase de relacionamento com o mundo católico, numa clara distinção dos poderes religiosos dos civis, militares e judiciais. As ordens religiosas eram expulsas em 1834, muito valendo ao Estado o confisco dos seus bens, vendidos e leiloados em hastas públicas. Mais tarde, nos anos 60 (1865-1867), os meios intelectuais eram sacudidos pela polémica em volta da questão do casamento civil.

O País tinha sido católico pelos já vários séculos da sua história, e assim se mantinha na viragem de Novecentos, balançando, em busca do ideal de progresso, por momentos e movimentos de aproximação ou de repulsa em relação ao mundo católico. A jovem República, pela mão de Afonso Costa, ministro do significativamente designado Ministério da Justiça e dos Cultos, voltava a expulsar as congregações e ordens e a extinguir instituições, lançando mais uma significativa perseguição ao clero católico.

Como que numa reacção pendular, o fim da I República teria bastante a ver com o ressurgimento institucional do catolicismo, numa linha em pleno andamento com as aparições de Fátima de 1917. Apesar de profundamente nacionalista e francamente opositor de certos privilégios da Igreja Católica, não é possível destacar o nascimento e a consolidação do Estado Novo sem fazer apelo ao universo católico, uma das facetas ideológicas do regime (Madureira, 2006).

2. O conhecimento sobre o objecto religioso no século xx

Quando, ao olhar para a sociedade portuguesa, tentamos perceber o mundo dos estudos sobre o fenómeno religioso, somos tocados por uma tremenda consternação. Num primeiro momento, verificamos que quase apenas existe o estudo teológico católico; num segundo momento somos levados a perceber que, mesmo esse quase único horizonte de reflexão, foi durante mais de metade do século xx desprovido de uma Faculdade de Teologia; por fim, indo um pouco mais atrás, vemos que no final do século XIX Portugal estava na vanguarda de algumas linhas de investigação, mas, estranhamente, foram totalmente abandonadas mais tarde. Sigamos esquematicamente, por ordem inversa, estes três tópicos.

2.1. *Perder o comboio europeu do século XIX*

O campo universitário do estudo científico das religiões nasceu significativamente cedo dentro do universo das ciências sociais e humanas (Dix, 2006; Pinto, 2003). Esse aparecimento muito deveu a um conjunto de novas visões dos textos sagrados que surgiu no século XIX, equacionando-se a sua génese e a sua autoria. Renan (1823-1892), com *La Vie de Jésus*, de 1863 (Paris, Michel Levy Frères), que lhe custaria o seu lugar no Collège de France, dava uma maior e mais visível dimensão a este fenómeno científico nascente. Em 1873, em Genebra, era criada a primeira cátedra de História das Religiões. Em 1897 realizava-se, em Estocolmo, o primeiro Congresso Internacional de Ciência das Religiões.

O objectivo desta nova disciplina, uma História das Religiões autónoma, quer da História, quer da Teologia, era o estudo comparado das diferentes tradições religiosas da humanidade. A base desta nova ciência do humano encontrava-se nos embriões de outras nascentes ciências, como a Linguística, a Antropologia Cultural, a Psicologia e a Sociologia. A Ciência da Religião — como surge grafada por Max Müller, *Religionswissenschaft*, rapidamente traduzido para francês como *la Science de la Religion* — surgia claramente numa acepção iluminista do saber, flanqueada e validada por um largo grupo de conhecimentos que na Ciência da Religião tinham um observatório válido e supostamente eficaz para a análise científica das religiões.

Em Portugal, por esta época, alguns nomes sonantes davam interessantes ecos deste fenómeno científico nascente. Contudo, não é de mais lembrar que, durante todo o século XIX, os alunos portugueses raramente tiveram manuais escolares que fossem eco mínimo dos avanços científicos (Pinto, 2002). Basta folhear obras, aprovadas pelas entidades tutelares, como a de José Roquete, *História Sagrada do Antigo e do Novo Testamento* (Paris, J. P. Aillaud, 1850, obra com quatro edições até 1863), ou a de José de Sousa Amado, *Selecta Portugueza* (Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1867), para se perceber quão profundo estava enraizado um sentimento anti-racionalidade científica nos meios escolares nacionais.

Por exemplo, o P.^o Sousa Amado, mostrando até perceber o que é o pensamento científico, afirmava sobre a questão do criacionismo *versus* evolucionismo: «Qual fosse a duração dos dias da criação é ponto sobre que os mesmos Philosophos bem intencionados não estão de accôrdo. [...] com quanto seja louvavel (a theoria das épocas indeterminadas) em seu objecto, não é decerto satisfatoria nos resultados. Cumpria fazer esta observação, para que se não tenha como averiguado um ponto de tanta transcendencia, e que affecta a simplicidade da linguagem biblica [...] é perigosa a tendencia de sacrificar a simplicidade santa do texto da Biblia ás exigencias variaveis de uma sciencia, que caminha ás apalpadellas, e que destruirá, talvez, amanhã, o que hoje edificou» (p. 5). O seu pensamento centrava-se em dois pontos. Por um lado, a teologia assentava

na *simplicidade da linguagem* bíblica, isto é, na *simplicidade santa do texto da Bíblia*. Quer isto dizer que a natureza da própria escritura, santa, incluía, por natureza, uma *simplicidade* inevitável das coisas sagradas, uma verdade que é, naturalmente, absoluta. Por outro lado, a ciência apresentava um método que em nada se adapta ao campo teológico. Começamos logo pela sua definição de ciência: se, por um lado, os cientistas são, de facto, *bem intencionados*, a verdade é que *não estão de accôrdo* (o que, teologicamente, não é normalmente desejado pela hierarquia católica). Mais, a ciência apresenta soluções *variáveis*, e *caminha ás apalpadellas*, o que para Amado era obviamente muito negativo. Por último, e totalmente destruidor de qualquer resquício de confiança pela parte de Sousa Amado, a ciência *destruirá, talvez, amanhã, o que hoje edificou*. Perene nas suas conclusões, não merece a infalibilidade das coisas santas, imóveis, imutáveis (Pinto, 2004 B).

Mas, ao mesmo tempo que eram editadas algumas das obras antes apontadas, imagens perfeitas da recusa sistemática de integrar o conhecimento científico na abordagem ao mundo das religiões, algumas pérolas surgiam no panorama nacional. Em 1885, Artur Viana de Lima publicava em Lisboa uma obra em francês que fazia um estudo da questão sobre o evolucionismo, *Exposé sommaire des théories transformistes — de Lamarck, Darwin et Haeckel*. Pelos mesmos anos, finais do anos 70/início dos 80, Carlos Ribeiro revolucionava a Pré-História mundial com descobertas totalmente inovadoras (Amaral, 2002; Fabião, 1993). Em 1868 era, ainda, defendida em Coimbra a tese de Adriano de Paiva Faria Leite Brandão com o título *As Causas Actuais Explicam as Diferentes Epochas Geologicas?*. Infelizmente, estas verdadeiras obras de vanguarda científica, pouco, ou quase nada, levavam para os textos de grande tiragem, os textos formuladores de uma cultura nacional.

Contudo, e numa tentativa de fazer chegar esta nova ciência ao grande público, Zófimo Consiglieri Pedroso apresentou, em 1883, uma obra dedicada aos jovens estudantes que marcava uma significativa maturidade no que respeita à integração dos dados e posturas científicas no estudo do fenómeno religioso (*As Grandes Épocas da Historia Universal*, Porto, Livraria Civilização): por um lado, ela já incluía as inovações então ad-

quiridas e, por outro lado, o livro fora, de facto, aprovado em sede legal, isto é, no organismo da tutela governativa; falta lembrar que essa aprovação não se fizera sem alguma polémica, por apresentar teorias contrárias à doutrina da Igreja Católica: António José Viale, por sinal também professor como Consiglieri Pedroso no Curso Superior de Letras, qualifica o manual como afecto à *escola racionalista, condenada pelo cristianismo em todas as partes do mundo*, dizendo ainda noutro momento que os seus conteúdos vão contra as *verdades reveladas*, isto é, contra a doutrina do acto criador de Deus (Matos, 1998).

Na linha dessa vanguarda, no campo dos estudos orientais, em 1902, Guilherme de Vasconcelos Abreu, profundo conhecedor do sânscrito, publicava notáveis trabalhos insertos n'Os *Contos, Apólogos e Fábulas da Índia*; Vasconcelos Abreu era um dos primeiros ocidentais a dar definição correcta do que era o *yoga*, por exemplo. No campo da arqueologia e da etnografia, Leite de Vasconcelos e Teófilo Braga davam ao prelo fundamentais obras que ainda hoje são ferramentas inestimáveis. Leite de Vasconcelos, com uma dinâmica empreendedora espantosa, fundava a *Revista Lusitana*, em 1889, o *Arqueólogo Português*, em 1895, e o Museu Etnológico de Belém, hoje Museu Nacional de Arqueologia, em 1893; entre muitas obras, ainda hoje, mais de cem anos depois de surgido o primeiro volume, a sua *Religiões da Lusitânia* (1897-1913, 3 vols.) é ainda uma referência incontornável. Teófilo Braga publicava dois estudos também da maior actualidade: *Cancioneiro Popular*, de 1867, e *Contos Tradicionais do Povo Português*, de 1883. Num campo de mais significativa reflexão teórica, Oliveira Martins dava ao prelo dois ensaios de uma dimensão ainda não muito bem descoberta hoje em dia: *O Helenismo e a Civilização Cristã e Sistema dos Mitos Religiosos*. Nestas obras, abria linhas de investigação sobre as religiões que poderiam ter vindo a dar muitos e ricos frutos se Oliveira Martins tivesse deixado algum discipulado. Infelizmente, tudo o que falámos antes quase se calou no exacto momento da morte dos sujeitos da acção.

É para nós da mais incompreensível natureza o que se passou com o legado destes brilhantes nomes: nada. Talvez muito se deva explicar pela ineficácia do ensino secundário de então, incapaz de criar uma cultura científica na população

estudantil, mas muito também se deve equacionar no campo do que de superficial se realizou na produção cultural, sem bases teóricas como fundamento (Matos, 1998). Talvez imagem desse fenómeno um pouco incompreensível de perda de terreno face ao estudo das religiões, seja o episódio que terá levado ao encerramento precipitado das famosas Conferências do Casino: Adolfo Benarus, intelectual judeu de Lisboa, iria fazer uma conferência sobre o tema do Jesus Histórico... era de mais para o provincianismo nacional.

2.2. *Meio século sem uma Faculdade de Teologia Católica (1910-1968)*

De 1910 até quase ao fim do século xx, a teologia católica em Portugal teve pouca expressão institucional (Dias, 2004). Devido a uma clara fraca apetência dos meios religiosos pela formação teológica, coadjuvada pelas impossibilidades de formulação institucional lançadas pelos regimes políticos vigentes, a verdade é que passámos cerca de seis dezenas de anos sem que existisse instituição alguma com funcionamento contínuo onde se desenvolvesse uma forte cultura religiosa católica em Portugal.

Existente na Universidade de Coimbra, e com tutela do Estado, a Faculdade de Teologia entrava no novo século xx com algumas dificuldades. Por um lado, a relação Estado/Igreja era cada vez mais conflituosa. Por outro lado, o número de alunos era cada vez menor. Alguns professores pediam, em 1907, que a Faculdade de Teologia fosse substituída por uma Faculdade de Letras (Almeida, 1970, p. 384). Entre dificuldades de gestão e carência de alunos, a Faculdade de Teologia prestava cada vez mais um mau serviço. Os escassos alunos que por lá passavam não adquiriam um nível teológico satisfatório. Segundo Maria Julieta Mendes Dias (Dias, 2004), o Vaticano conhecia bem esta situação: diversas congregações da Santa Sé acompanhavam os conflitos desencadeados em Coimbra e o próprio papa, Leão XIII, mantinha contactos pessoais, como se pode verificar pela resposta que, em 1901, dá a Ramalho Ortigão, durante uma audiência privada. Lamentando-se este «nível es-

piritual tão mediocre» do clero português, o papa responde-lhe que «foi para atalhar esse mal» que acabara de fundar o Colégio Português. O próprio papa doou o Palácio Alberini, na Via Banco Santo Spirito, para residência dos alunos que deram início às aulas, na Pontifícia Universidade Gregoriana, no ano lectivo de 1900-1901 (Trindade, 1993, pp. 361-365). Pouco tempo depois, em Novembro de 1903, o Relatório do Núncio em Lisboa, cardeal Aiuti, afirmava: «Até há poucos anos, a educação literária e científica dos Seminários era considerada de tal modo imperfeita que uma lei proibía que fossem admitidos nos Liceus do Estado e na Universidade de Coimbra aqueles jovens que tivessem estudado os cursos preparatórios nos Seminários [...] Os padres, senão em geral, ao menos em grande número, são [em Portugal] pouco instruídos e imorais» (Arquivo do Vaticano, citado por Trindade, 1993, p. 362).

Em 1910, o Colégio Português em Roma seria o único centro de estudos teológicos da Igreja portuguesa (até 1968). A 23 de Outubro desse ano, o Governo Provisório da República anulava as matrículas no 1.º ano de Teologia da Universidade de Coimbra. A partir daí, o ensino da Teologia passava a ser feito, exclusivamente, nos seminários de cada diocese. Esta situação manter-se-ia não só ao longo de toda a I República mas também de quase todo o Estado Novo. Em 1933, Salazar toma posse como Chefe do Governo. Poderia pensar-se que estavam reunidas todas as condições para se tornar realidade o tão desejado Instituto Católico, pedido pelo Concílio Plenário Português, entre 24 de Novembro e 3 de Dezembro 1926. O cardeal Cerejeira e Salazar não se encontram no âmago da formulação dessa instituição. Era importante para o ditador que Portugal tivesse uma instituição que formasse o alto clero, que ele não necessitasse de ir constantemente para o estrangeiro, mas a criação de uma universidade católica completa, com todas as faculdades e autonomias necessárias, era uma dimensão que o ditador não queria entregar à Igreja, mesmo sendo ela a Católica.

Obviamente, a esta impossibilidade foram-se criando respostas, umas pontuais, outras mais conducentes à criação da Universidade Católica Portuguesa, décadas mais tarde, quase sempre ligadas a ordens e a congregações religiosas. Contudo,

essa faculdade só surgiria após a morte do ditador, em Outubro de 1968. Em 1971, o Estado Português reconhecia a personalidade jurídica desta Universidade (Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de Julho).

2.3. A dominante católica actual

2.3.1. A sólida construção da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

No quadro actual, e decorrendo do ponto anterior, foram muito fortes e consistentes os movimentos que vieram desaguar na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa. Intellectualmente sólidos, muitos com uma formação universitária feita fora de Portugal em grandes instituições católicas, não nos espanta que o nascer desta instituição tenha rapidamente ocupado um espaço hoje imprescindível. Neste momento, a Faculdade de Teologia, com um corpo docente largo e variado, tem vários pólos universitários. No campo da leccionação, ela oferece actualmente duas licenciaturas, obviamente focalizadas na realidade cristã católica, mas não só:

- Teologia (organizado mediante as seguintes áreas): Filosofia; Ciências Humanas; Bíblia; História da Igreja; Teologia Sistemática; Teologia Pastoral; Direito Canónico — para além de quatro seminários e grupos opcionais;
- Ciências Religiosas (organizado segundo as seguintes áreas): Filosofia; Ciências Humanas; Bíblia; Teologia Fundamental; Teologia Sistemática; Teologia Pastoral; Teologia Histórica — para além de seminários e área ensino.

No que respeita a pós-graduações, a oferta é também significativamente variada. Vários mestrados estão regularmente disponíveis nas áreas de Teologia Sistemática e de Ciências Religiosas. Contudo, parece-nos ser no campo da pós-graduação

que se desenham as mais interessantes inovações. A pós-graduação em Turismo e Património Religioso (ensino a distância) leva ao aluno um elenco de disciplinas que cobre uma grande parte do universo religioso nacional, muito para além do catolicismo (especialmente através dos módulos Roteiro Turístico Judaico e Roteiro Turístico Islâmico). Iniciativa já em terceira edição agora em 2006, merece toda a atenção, pois será, decerto, laboratório para outras situações de ensino da maior importância para o País, qualquer que seja a origem religiosa dos estudantes.

Anexamente, a Faculdade de Teologia e outras instituições de investigação da Universidade Católica Portuguesa oferecem de forma regular um vasto e significativo número de colóquios, cursos livres e encontros, para além de várias publicações periódicas regulares de grande qualidade. Destacam-se as do Centro de Estudos de História Religiosa, com uma revista já com uma grande longevidade, a *Lusitânia Sacra* (fundada em 1956 e ainda em publicação). O Centro de Estudos de História Religiosa edita ainda duas colecções, a «História Religiosa — Fontes e Subsídios» e a «Estudos de História Religiosa». Da vasta actividade editorial, é de salientar as obras coordenadas por investigadores do Centro e publicadas pelo Círculo de Leitores: *História Religiosa de Portugal* (4 vols.), com direcção de Carlos Moreira Azevedo, e *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (4 vols.), também com direcção de Carlos Moreira Azevedo. Encontram-se em publicação dois outros importantes projectos: *Documentação Crítica de Fátima. Fátima* (3 vols.) e *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, com coordenação de José Pedro Paiva. A própria Faculdade de Teologia, com a direcção do P.^o Peter Stilwell, mantém um importante grupo de publicações, como, por exemplo, a revista *Didaskalia*, iniciada em 1971.

Plenamente integradas a nível confessional, as actividades da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa cada vez mais demonstram um importante grau de exigência científica e académica, não menosprezando toda a herança cultural religiosa não católica.

Desta forma, muitas actividades que esta instituição nos apresenta são, de facto, alicerces essenciais para o fortaleci-

mento de uma postura de investigação e cientificidade face ao fenómeno religioso. Imagem deste processo de crescente lugar dado à investigação é a própria biblioteca universitária instalada em Lisboa em edifício próprio. De facto, a Biblioteca João Paulo II é já um marco no campo das ciências sociais e humanas e, em especial, no da teologia e história religiosa e das religiões.

Para além de uma qualidade impossível de esconder, a clara dominante católica nos estudos sobre religião advém de duas outras situações que, infelizmente, não se apresentam como sólidas concorrentes, mas sim como ténues e muitas vezes insipientes aproximações ao objecto religioso. Nos dois pontos seguintes trataremos essas duas realidades: a fraca resposta protestante e a escassa oferta no ensino laico.

2.3.2. A inexistência de uma resposta protestante

Concorrendo para a fraca cultura religiosa que Portugal apresenta, o universo protestante luso não nos mostra uma única instituição de ensino superior devidamente acreditada pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior. Naturalmente, perde todo o País com a pobreza intelectual desse sector religioso, mas perdem bastante os próprios pastores e dirigentes religiosos, que se fecham num discurso de pastoral criador de isolamentos e não de integração social.

Não nos podemos espantar, olhar com surpresa, para o facto de tal situação existir até 1974 — como vimos, mesmo o meio católico apenas em 1968 conseguiu ter a sua licenciatura em Teologia. O que actualmente representa motivo de grande preocupação é a manutenção dessa situação, quando se deu um enorme crescimento das igrejas evangélicas nas últimas décadas de 80 e de 90.

Mostrando-nos ainda mais a inevitável pobreza da realidade teológica protestante, o nascimento de escolas bíblicas em território nacional apenas se deu já no século xx. Se o mundo católico nunca perdeu as suas escolas de ensino pastoral no século xx, o universo protestante apenas em meados desse século as criou. Isto é, apesar da extinção da Faculdade de

Teologia em 1910, os seminários diocesanos continuaram a formar sacerdotes católicos, não se interrompendo a linha e a tradição na formação interior à religião; ao contrário, no meio protestante, este processo nasceu em absoluto no século xx: até ao século passado nunca houve em Portugal estrutura alguma para formação de pastores, imagem da fraca implantação religiosa na malha social e da hereditária dependência face ao estrangeiro, fenómeno ainda visível hoje nos corpos docentes de algumas escolas bíblicas.

Multiplicando esta forma já de si múltipla de nascimento, sem uma estrutura universitária em si, o ensino religioso protestante mantém-se na matriz denominacional, apresentando-nos quase tantas escolas bíblicas como as denominações e igrejas no terreno. Fundamentalmente vocacionadas para o que no caso católico ficou nas mãos dos seminários — o ensino dos seus profissionais de culto —, as escolas protestantes apresentam uma formação essencialmente pastoral direccionada para a Igreja que a acolhe e lhe fornece os membros. De facto, estas escolas não oferecem um ensino de teologia em si, mas uma teologia acessória ao ensino da prática pastoral. Obviamente, a saúde e vida destas escolas em tudo está relacionada simbioticamente com as denominações que lhes dão alma. A relação entre a expressão das igrejas no terreno está em relação directa com o número de alunos das escolas que formam os seus corpos de pastores.

A nível curricular, os «cursos superiores» ministrados nos vários institutos e escolas bíblicas não estão vocacionados senão para a componente pastoral. Por exemplo, o Instituto Bíblico da Convenção das Assembleias de Deus em Portugal, possivelmente a escola bíblica nacional com mais alunos, divide os seus anos lectivos numa progressão ministerial: 1.º ano (geral), 2.º ano (ministerial) e 3.º ano (ministerial especializado). Em todos eles, os cursos organizam-se nas áreas de Teologia, Bíblia, Educação Geral e Pastoral. Como se pode depreender, este curso ainda se encontra profundamente marcado pela original organização em um só ano escolar (muito mais próximo de um estágio teórico que de um curso superior), a que foi acrescentado um segundo ano que possibilita o ministério e um terceiro que é, no fundo, um aprofundar do anterior.

Mais: esta organização não permite aos formandos aceder a uma carga lectiva que, no caso dos futuros ministros, lhes possa vir a equivaler a uma licenciatura ou bacharelato, na medida em que apenas necessitam de frequentar dois anos lectivos. De resto, toda a organização das áreas por anos mostra, na prática, que não existe qualquer articulação entre os anos escolares: em todos os anos as áreas são exactamente as mesmas, não sendo formulada qualquer evolução curricular entre uma formação mais genérica, inicial, e uma mais especializada, no fim.

Desta forma, o curso, ou melhor, os cursos desta escola em pouco concorrem para uma profunda formação cultural religiosa dos seus crentes, tendo como quase única função a formação de pastores. A cultura religiosa perde com esta situação. Pelo despacho conjunto n.º 179/97, publicado no *Diário da República*, II série, n.º 171, de 26 de Junho de 1997, esta escola foi considerada apta a conferir habilitações aos professores de Educação Moral e Religiosa Evangélica, para leccionarem nas escolas públicas portuguesas.

2.3.3. A quase inexistência de uma resposta laica

Ao mesmo tempo que se afirmou uma universidade católica e não apareceu uma estrutura universitária protestante, as instituições laicas, públicas ou privadas, muito pouco apostaram no estudo do fenómeno religioso. Apesar de muitas das instituições de ensino superior terem, nos anos 70 e 80, integrado nos seus quadros dezenas de antigos seminaristas, ex-padres e sacerdotes, a verdade é que, ao contrário do que se passou, por exemplo, com o caso espanhol, em Portugal essa integração de religiosos ou ex-religiosos na universidade muito pouco veio desenvolver os estudos sobre o fenómeno religioso — no campo da História, por exemplo, a quase totalidade dos pré-classicistas existentes nos anos 80 nasceu da saída de clérigos para a universidade, exactamente como já antes se passara com os estudos clássicos: apesar de ligeiramente diferentes, quer a Filosofia, quer a Sociologia, também muito devem à migração de cérebros do altar para a leccionação universitária (Ferreira, 2006).

Não é grande o estímulo universitário para a construção de uma área específica sobre o fenómeno religioso. O que acontece na universidade portuguesa é, quase sempre, fruto de atitudes voluntaristas, louváveis, mas fracamente enquadradas institucionalmente, e nunca conducentes a um projecto largo e de futuro.

Fuga a essa norma são as actividades da área de Sociologia das Religiões da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com pouco contacto com outras universidades nacionais, mas com um trabalho continuado, e o recente, mas muito promissor, mestrado em História das Religiões do Departamento de História da mesma faculdade.

Todas as restantes actividades no âmbito de universidades públicas se podem resumir, infelizmente, a cadeiras, regra geral opcionais, integradas em licenciaturas de História, Sociologia, Filosofia ou Antropologia. Por mais paradoxal que possa parecer, faculdades que facilmente teriam corpo docente para montar uma sólida licenciatura sobre o fenómeno religioso, nem um mestrado apresentam ainda. De facto, e seguindo as pisadas da Lei da Liberdade Religiosa, que esperaria mais de duas dezenas de anos para ver a luz dos prelos legais depois do 25 de Abril de 1974, também a primeira licenciatura sobre o fenómeno religioso surgiria quase no dealbar do terceiro milénio. Apenas em 1997 foi criada a licenciatura em Ciência das Religiões na Universidade Lusófona (Portaria n.º 1205/97, de 28 de Novembro).

Área totalmente nova no nosso contexto universitário, reuniu no seu impulso formador alguns dos principais actores dos horizontes teológicos, quer católicos, quer protestantes, das décadas anteriores (Frei Bento Domingues, Fernando dos Santos Neves e Dimas de Almeida). Ao nascimento desta licenciatura correspondeu um outorgar do nome de campo de saber. Perante as várias formas possíveis, optou-se por Ciência das Religiões. Porém, as opções eram várias: Ciência da Religião, Ciências da Religião, Ciências das Religiões e Ciência das Religiões. «Com a designação Ciência das Religiões não se quer resolver essa tensão existente entre a observação da religião como sistema de crenças e a sua identificação como estrutura;

não se aponta para qualquer tipo de sectarismo institucional ou alinhamento monoparadigmático; não se pretende iludir o carácter interdisciplinar intrínseco deste domínio científico» (Teixeira e Pinto, 2002).

Sem carácter confessional, com esta iniciativa ofereceu-se um espaço único para o desenvolvimento da Ciência das Religiões em Portugal, numa altura em que o universo religioso sofre metamorfoses bastante profundas. Já adaptada à Declaração de Bolonha, com três anos lectivos, a licenciatura privilegia a História e Fenomenologia das grandes religiões (seis semestres), assim como a exegese e interpretação dos seus *textos sagrados*. Materializando ainda mais esta postura científica, foi paralelamente constituído o Centro de Estudos de Teologia/Ciência das Religiões e criada a *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, agora renomeada como *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, já no seu décimo volume.

3. As relações com o Estado

3.1. Os textos constitucionais

Pelos Censos de 1900, apenas cerca de 5000 portugueses seriam cristãos não católicos. Este número mostra-nos a quase nula diversidade religiosa de Portugal quando a República se implantou. Desconhecedor da diversidade, o jovem regime ressuscitou velhos fantasmas anticlericais que se confundem com anticatolicismo. Logo três dias depois da revolução, a 8 de Outubro, eram expulsos os Jesuítas e adoptava-se um formulário laico na correspondência oficial, abolindo a expressão «de Cristo» na indicação do ano civil; a 10 do mesmo mês decretava-se a abolição do juramento religioso nos actos civis; a 12 abolia-se a quase totalidade dos feriados religiosos transformando-os em dias úteis de trabalho; no dia 3 de Novembro publicava-se o decreto-lei sobre o divórcio e, significativamente, a 25 de Dezembro, o decreto-lei sobre o casamento e a protecção dos filhos; finalmente, a 20 de Abril de 1911 era publicado o decreto-lei que separava a Igreja do Estado.

A Constituição de 1911 teria esta marca que profunda e rapidamente parecia querer terminar com oito séculos de heranças, fazendo por lei o que se verificaria ser impossível efectivar na prática, e revogado pela Constituição do Estado Novo. A Constituição votada a 21 de Agosto de 1911 pela Assembleia Constituinte afirmava de forma clara e inequívoca, num forte articulado estrategicamente colocado entre a primeira dezena de estipulações, a laicidade do Estado e a liberdade de crença:

4.º A liberdade de consciência e de crença é inviolável.

5.º O Estado reconhece a igualdade política e civil de todos os cultos e garante o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública, as leis e os bons costumes, desde que não ofendam os princípios do direito público português.

6.º Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da que professa.

7.º Ninguém pode, por motivo de opinião religiosa, ser privado de um direito ou isentar-se do cumprimento de qualquer dever cívico.

8.º É livre o culto público de qualquer religião nas casas para isso escolhidas ou destinadas pelos respectivos crentes, e que poderão sempre tomar forma exterior de templo; mas, no interesse da ordem pública e da liberdade e segurança dos cidadãos, uma lei especial fixará as condições do seu exercício.

9.º Os cemitérios públicos terão carácter secular, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos, desde que não ofendam a moral pública, os princípios do direito público português e a lei.

10.º O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será neutro em matéria religiosa.

12.º É mantida a legislação em vigor que extinguiu e dissolveu em Portugal a Companhia de Jesus, as sociedades nela filiadas, qualquer que seja

a sua denominação, e todas as congregações religiosas e ordens monásticas, que jamais serão admitidas em território português.

Pela mecânica que conduz as sociedades humanas a encontrar os equilíbrios antes estabelecidos, o Estado Novo mais não fez que afirmar a catolicidade da Nação. Afirmando genericamente a liberdade religiosa, herança impossível de perder da I República, assumia e levava para o campo do ensino a noção de que a Nação tinha uma religião: a católica. Vejamos a Constituição aprovada por plebiscito a 19 de Março de 1933:

Art. 8.º Constituem direitos: [...] 3.º A liberdade e a inviolabilidade das crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei.

[...]

Art. 42.º [...] § 3.º O ensino ministrado pelo Estado visa, além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissionais e de todas as virtudes morais e cívicas, orientadas aquelas pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais no País.

Nestes dois artigos temos espelhadas as duas formas como a questão religiosa foi gerida pelo regime de Salazar. Por um lado, era afirmada a catolicidade base da Nação, através da adopção dos seus princípios para constarem no modelo de ensino — a noção de anterioridade e de identidade nacional são a base da justificação. Por outro lado, assumindo a relação privilegiada com a Igreja Católica, o Estado preferia um mais robusto quadro constitucional e legislativo para a sua própria salvaguarda (algumas das conquistas da República eram por de mais importantes para o fortalecimento do poder do regime), criando todo um título, o décimo, sobre «Das relações do Estado com a Igreja católica e do regime dos cultos».

Mais que criar um título próprio para a Igreja Católica, que teria futura expressão na Concordata assinada posteriormente, era a própria noção de religião que era formulada com base na identidade católica: as eventuais restantes religiões eram incluídas num título claramente destinado à regulamentação das relações com a Igreja Católica (a sua designação era clara); o «outro» só era conceptualizado com base numa norma preestabelecida. Assim, e depois de um longo artigo sobre a Santa Sé e a forma como ela se relacionaria com o Estado, surge finalmente:

Art. 46.º O Estado assegura também a liberdade de culto e de organização das demais confissões religiosas cujos cultos são praticados dentro do território português, regulando a lei as suas manifestações exteriores, e pode reconhecer personalidade jurídica às associações constituídas em conformidade com a respectiva disciplina.

A Igreja Católica, no artigo 45.º, gozava, logo à partida, de personalidade jurídica aceite e estabelecida na Constituição, como que fazendo parte da essência da Nação. Em 1940 era assinada uma Concordata entre o Estado Português e a Santa Sé.

Durante dezenas de anos estes pontos permaneceram quase inalteráveis. Em 1971, a Constituição, profundamente reformulada, afirmava ainda, no mesmo título x:

Art. 45.º É livre o culto público ou particular da religião católica como da religião da Nação Portuguesa.

Art. 46.º A religião católica apostólica romana é considerada como religião tradicional da Nação Portuguesa.

Numa proposta de uma então criada comissão interconfessional, integrada pelo pároco da Encarnação, o presidente da Comunidade Judaica de Lisboa e o presidente da Comunidade Islâmica de Lisboa, o artigo 45.º dizia: «O Estado, consciente das suas responsabilidades perante Deus e os homens, assegura a liberdade de culto e organização das confissões re-

ligiosas» (Cruz, 1990, p. 213). Como nesta aparente postura ecumenista, o Estado era muitas vezes empurrado para uma militância teísta que em tudo negava a organização dos Estados modernos: se esta posição tivesse avançado, a Nação, pela sua lei maior, reconhecia a existência de Deus.

Só a Lei n.º 4/71, poucos dias depois da data de aprovação desta revisão constitucional, clarificava significativamente a questão religiosa, assegurando plenamente algumas liberdades, mas tomando sempre o catolicismo como *a religião*, por defeito:

Base I: O Estado reconhece e garante a liberdade religiosa das pessoas e assegura às confissões religiosas a protecção jurídica adequada.

Base II: 1. O Estado não professa qualquer religião e as suas relações com as confissões religiosas assentam no regime de separação. 2. As confissões religiosas têm direito a igual tratamento, ressalvadas as diferenças impostas pela sua diversa representatividade.

[...]

Base VII: 1. O ensino ministrado pelo Estado será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs, tradicionais no País. 2. O ensino da religião e moral nos estabelecimentos de ensino será ministrado aos alunos cujos pais ou quem suas vezes fizer não tiverem pedido isenção. 3. Os alunos maiores de 18 anos poderão fazer eles próprios o pedido de isenção. 4. Para o efeito, no acto de inscrição em qualquer estabelecimento em que se ministre o ensino de religião e moral aquele a quem competir declarará se o quer ou não.

A Constituição pós-revolução de 1974 apresenta de forma simples a relação entre o Estado e as confissões religiosas. Na sua parte 1, «Direitos e deveres fundamentais», título 1, «Princípios gerais», artigo 13.º «(Princípio da igualdade)», ponto 2.º, a questão é colocada de forma cristalina:

Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento

de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

No seu artigo 41.º «(Liberdade de consciência, religião e culto)», a lei passa a cobrir, a incluir nos seus fins e aplicações, todas as religiões, sem deixar marca alguma da antes tida como *religião tradicional*. De forma significativa, imagem dos tempos e de quão complexo era o tratamento das confissões religiosas, fossem elas a católica ou outras, há uma quase anulação das instituições, vindo ao topo das prioridades da Constituição a individualidade de cada crente e a correspondente questão de consciência. Vejamos o texto constitucional:

1. A liberdade de consciência, religião e culto é inviolável.

2. Ninguém pode ser perseguido, privado de direitos ou isento de obrigações ou deveres cívicos por causa das suas convicções ou prática religiosas.

3. As igrejas e comunidades religiosas estão separadas do Estado e são livres na sua organização e no exercício das suas funções e do culto.

4. É garantida liberdade de ensino de qualquer religião praticado no âmbito da respectiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas actividades.

5. É reconhecido o direito à objecção de consciência, ficando os objectores obrigados à prestação de serviço não armado com duração idêntica à do serviço militar obrigatório.

De alterações essenciais nas várias revisões a este artigo, apenas temos a apontar a inclusão da preocupação estatística já antes presente nas Constituições de 1911 e de 1933; agora, era assegurado que o tratamento estatístico nunca poderia implicar a identificação do inquirido.

Segundo o articulado, logo no artigo 43.º, a questão do ensino é retomada:

2. O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas.

3. O ensino público não será confessional.

3.2. Fraquezas da Lei da Liberdade Religiosa: legalidade e «nobilitação»

A liberdade religiosa é um direito relativamente bem expresso desde a I República — já antes era possível, sem que isso fosse tido como crime, professar outra religião, se bem que com limites de exposição pública, como o atesta ainda hoje o facto de a Sinagoga de Lisboa, construída em 1904, não ter podido ter fachada para a rua para não ofender o olhar dos católicos. Mesmo que não claramente apontado em articulado constitucional, desde 1821, altura de extinção da Inquisição, que ninguém poderia ser criminalmente acusado por ter interiormente alguma fé que não a católica; não podia era afirmá-lo publicamente, fazer proselitismo, ou praticar ritos e cerimónias públicas (veja-se o artigo 130.º do Código Penal, «Dos crimes contra a religião do reino e dos cometidos por abuso de funções religiosas», Decreto de 16 de Setembro de 1886). No século XIX, não era suposto que os indivíduos alguma vez mudassem de religião; nascer em Portugal implicava, por natureza da própria ideia de identidade nacional, que se fosse católico, e isso era uma implicação para toda a vida — é neste contexto de mentalidade que se deve compreender o que estava consignado na Constituição de 1822, em que o Estado prometia perseguir e punir os inimigos da fé católica (artigo 10.º). Actualmente, esta é a mais importante dimensão da pesquisa religiosa de muitos cidadãos que, ao longo de determinadas fases da sua vida, decidem percorrer algumas confissões, admitindo muitos o natural sincretismo da sua postura.

No fundo, aquando da revolução de 1974, não há uma efectiva necessidade de uma Lei da Liberdade Religiosa. Mais: a Constituição da República, após quarenta e oito anos de regime que assumia uma religião como a natural (no fundo, oficial) do Estado, consignava de forma clara a liberdade religiosa e a inviolabilidade do indivíduo em matéria de fé. Talvez seja esta a razão que levou a que apenas em 1997 a Lei da Liberdade Religiosa tenha sido redigida e aprovada.

Contudo, apesar de a Constituição colocar de forma clara um conjunto de liberdades e garantias, que, por estarem expressas no texto constitucional, eram seguras, legítimas e inalienáveis, várias outras áreas da acção social e intelectual foram alvo de leis de liberdade. Em meados dos anos 90 tornava-se gritante não existir uma lei deste género especificamente para o universo das religiões. Mesmo o universo católico mostrava essa necessidade, por exemplo, através da edição das *Actas das V Jornadas de Direito Canónico*, de 1997, sob o tema «Liberdade Religiosa: Realidades e Perspectivas».

Cada vez mais parece claro que um dos móveis mais importantes no surgimento da necessidade de uma Lei da Liberdade Religiosa residiu num fenómeno algo pernicioso que visou promover a um patamar hierárquico algumas religiões e confissões, deixando propositadamente de fora outras. De facto, ao longo dos anos 80 e 90 assistiu-se a um processo em que a crescente abertura das instituições do Estado ao registo das entidades religiosas e à sua participação em cada vez mais actividades sociais e de alguma representatividade aconteceu na imediata imitação dos direitos que eram atribuídos tradicionalmente à Igreja Católica. Este fenómeno aconteceu, essencialmente, no campo das actividades de serviço social, apoiadas pelos Ministérios da Educação, da Saúde e da Segurança Social.

Mas não só a nível do trabalho social se criou uma prática de aproximação ao modelo mantido para o universo católico. O caso do serviço de televisão foi em tudo semelhante. Não se colocando em causa o tempo de antena para a Igreja Católica, criou-se uma situação em que às restantes confissões foi possibilitado construir o mesmo «serviço»: ter um programa religioso num dos canais do Estado — naturalmente, por argu-

mentos de razão histórica e de representatividade social, numa gestão de tempos entre confissões, o Catolicismo ficou com a parte mais significativa das emissões.

A escola é o lugar acabado deste modelo de imitação. Quase todo o trabalho legal visou, não a retirada da disciplina católica do ensino, mas a inclusão de outras religiões nesse espaço, mediante regras de «ascensão», de inclusão.

Nesta linha, a Lei da Liberdade Religiosa dava à noção de tempo, aplicada à antiguidade da presença em Portugal, a primazia no processo de inscrição das entidades religiosas. Ficavam integradas as religiões e confissões históricas em território nacional — catolicismo, judaísmo e islão —, sendo atirados para um horizonte de não acreditação, de não nobilitação, os grupos evangélicos mais recentes e de maior expressão em termos de crentes e com maior crescimento percentual.

No fundo, as confissões mais antigas como que subiam a um horizonte de legalidade e respeitabilidade, enquanto as muitas vezes chamadas «seitas» eram lançadas para fora do mundo das relações com o Estado (pelo menos neste quadro legal do Ministério da Justiça).

Aprofundando esta leitura dos dados, a constituição da Comissão de Liberdade Religiosa contemplou um grupo de indivíduos conotados em termos religiosos exactamente com esse já de si frouxo critério: a antiguidade da presença. A Comissão que avalia a integração, como pessoa colectiva religiosa, das novas confissões é constituída na sua larga maioria por cidadãos do maior respeito e credibilidade, mas oriundos das religiões que, por inerência da Lei, seriam logo aprovadas.

Isto é, sem qualquer justificação plausível, são os membros das religiões mais antigas que avaliam as mais recentes.

Por fim, esta lei não integra, no quadro dos direitos e deveres, a maior religião, o catolicismo. E esta especificidade, que resulta de o catolicismo em Portugal se reger por uma Concordata que passa à margem das liberdades e deveres aplicados pela Lei da Liberdade Religiosa às restantes confissões, aponta-nos duas falhas da maior importância.

Por um lado, temos uma lei que é, na sua formulação base, de aplicação restrita e não universal; por outro, e tendo a Comissão elementos católicos mas não se aplicando ao mun-

do católico, temos um quadro em que a religião maioritária, com estatuto especial, como que legitima e dá carta de alforria às irmãs mais novas, num total quadro de ambivalência e de submissão, quanto mais não seja, simbólica.

3.3. *A Religare: Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões*

Directamente dependente da Presidência do Conselho de Ministros, com gestão financeira integrada no ACIME — Alto Comissariado para a Integração das Minorias Étnicas —, e criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2005, este grupo de trabalho parece ter sido, aparentemente, suprimido na recente reforma do Estado. Contudo, felizmente, mantém-se em funções.

Segundo o documento legal que criou a Religare, a acção desta estrutura de missão era dada como urgente, num mundo onde a conflituosidade é crescente. No prólogo desse texto fala-se mesmo em «choque de civilizações», o que, naturalmente, deve ser mais bem equacionado, revelando, logo à partida, um posicionamento significativamente questionável se assumido pelo Estado.

Do prólogo do mesmo decreto, retira-se a indicação clara de que se pretendia que esta estrutura de missão se articulasse com o sistema educativo, necessidade que temos, de facto, como urgente.

Assim, e ainda no texto legal, eram radiografadas e identificadas as necessidades que correspondem às essenciais linhas de acção desta entidade:

- A promoção de colóquios, seminários e exposições sobre o diálogo intercultural e com as religiões;
- A promoção de estudos sobre temática inter-religiosa, nomeadamente nas suas implicações para a sociedade portuguesa;
- A realização de campanhas de sensibilização para a tolerância e diálogo intercultural e com as religiões, em especial junto dos líderes de opinião e dos jovens;

— A participação em eventos nacionais e internacionais neste âmbito.

A necessidade de um grupo de trabalho com este programa é, de facto, avassaladora. Mas, pela parte do Estado, a acção deve ser, na medida do maior e mais escrupuloso cumprimento do direito de cidadania que todos temos, religiosos ou não, balizada por um elevado padrão de comportamento e de relação com as confissões que espelhe a actual diversidade religiosa.

Nunca se poderá lançar um clima de diálogo conducente a uma situação de paz efectiva entre as confissões e o Estado se não for montado um esquema de equidade e de respeito mútuo. No fundo, há que fugir ao normal desenrolar do fenómeno de nobilitação de algumas confissões, em detrimento de outras. Como poderá alguma vez ser feito um trabalho consistente neste sentido se os grupos religiosos marginais forem ainda mais marginalizados porque tidos como não dignos do olhar do Estado?

Obviamente, nesta instituição está a chave para a criação de um clima de confiança cada vez mais necessário. Afirmando a isenção como a pedra-de-toque nas actividades que representam o Estado, há que mostrar que a cidadania de cada um tem exactamente o mesmo valor perante o Bem Comum.

É essencial que o Estado, pela acção do Governo, mostre a todas as religiões e confissões que o seu olhar não é discriminatório. Nunca, por nunca ser, deverão as religiões minoritárias, as passíveis de maiores conflituosidades sociais, perceber que o Estado lhes reserva como interlocutor alguém religiosamente preconceituoso.

4. Desafios da actualidade

4.1. *As identidades*

Uma das questões que hoje mais prementemente se coloca quando olhamos para o universo religioso português resulta dos problemas de identidade. A prática religiosa católica é bai-

xa, se comparada com a totalidade da população (vejam-se os valores apresentados no sítio na Internet do Patriarcado de Lisboa), o que denota, não um desaparecimento radical de uma ideia de pertença católica, mas sim um processo de continuada erosão das práticas religiosas. Ao mesmo tempo que a prática dominical se mantém em valores na casa dos 10%, no Censos a resposta à pertença religiosa sobe para valores na ordem dos 70%, 80% e 90% da população, conforme a região.

QUADRO 1
Valores por regiões das diversas vertentes cristãs
(Censos de 2001 em www.inec.pt)

| Censos de 2001 (maiores de 15 anos) | Católicos | Protestantes | Ortodoxos | Outras cristãs |
|--|-----------|--------------|-----------|----------------|
| Norte | 90,90 | 0,20 | 0,10 | 1,20 |
| Centro | 89,20 | 0,40 | 0,20 | 1,00 |
| Lisboa | 73,70 | 1,00 | 0,30 | 0,20 |
| Alentejo | 78,30 | 0,60 | 0,04 | 1,00 |
| Algarve | 75,30 | 1,40 | 2,10 | 2,10 |
| Açores | 94,10 | 1,30 | 0,20 | 0,60 |
| Madeira | 90,90 | 1,20 | 0,20 | 0,80 |

QUADRO 2
Valores nacionais comparativos das diversas vertentes cristãs
(Censos de 1991 e de 2001 em www.inec.pt)

| Total nacional (maiores de 15 anos) | Católicos | Protestantes | Ortodoxos | Outras cristãs |
|--|-----------|--------------|-----------|----------------|
| 1991 | 77,90 | 0,40 | 0,10 | 0,90 |
| 2001 | 84,50 | 0,50 | 0,20 | 1,40 |

De facto, se o valor da identificação é grande, actualmente na ordem dos 84,5%, a prática dominical é bem mais reduzida. No Patriarcado de Lisboa, registou-se uma diminuição do número dos chamados praticantes, entre 1991 (241 757) e 2001

(219 974). Entre 1977 e 1991, tinha havido um aumento de 23 332 praticantes (+10,6%), mas, de 1991 para 2001, houve um decréscimo de 21 783 (-9%). No Patriarcado de Lisboa, a percentagem de praticantes, em 1991, era de 12,2%, tendo ficado cerca de dois pontos percentuais mais abaixo, em 2001, entre 10% e 11% (Pinto, 2006, pp. 169-172).

Ora, estamos profundamente no centro de um fenómeno de rotação da identidade religiosa da prática para a cultura. Mas qual é a profundidade desta identidade que pouco tem de ritualidade e de cultura religiosa? No fundo, perante este fenómeno de grande afastamento quotidiano dos católicos em relação à sua religião, o que podemos esperar sobre a sua forma de encarar as restantes religiões?

A cada vez mais célebre questão europeia pode dar-nos uma pista no sentido de não nos iludirmos com uma visão algo buçal que muitas vezes se tem deste fenómeno. Não foi por se ter dado esta erosão a nível das práticas religiosas que se conseguiu ter um Tratado Constitucional Europeu que se afastasse radicalmente da chamada herança cristã da Europa. No mesmo sentido, apesar da transversalidade europeia deste fenómeno de um certo afastamento face às instituições e práticas religiosas, a Turquia parece condenada a não entrar na União Europeia, quem sabe se pela velha, pela antiga, noção de Cristandade que ainda nos enforma tanto a identidade.

Pelo lado das minorias religiosas, as questões de identidade são, obviamente, outras, mas também de grande interesse. A principal reside, obviamente, no facto de grande parte dos grupos religiosos (islâmicos, ortodoxos, hindus e alguns evangélicos) ser constituída por imigrantes. A imigração é, aqui, um dado acima de tudo cultural e não de legalidade; isto é, até que ponto é possível e desejável a integração desses indivíduos? De que forma pode uma sociedade ocidental dar resposta a comunidades com práticas culturais e religiosas totalmente condenadas por nós, sejamos católicos, ou não, como a mutilação genital feminina?

Na prática, é possível, por esses indivíduos, a vivenciação correcta da nossa ideia de cidadania participativa com direitos e garantias, mas também com deveres e princípios éticos bem estruturados por uma cultura cristã católica?

No limite deste raciocínio, somos levados, por exemplo, à comunidade judaica de Lisboa, que é designada por Comunidade Israelita de Lisboa, tendo muitos dos seus membros dupla cidadania, portuguesa e israelita. Grande parte dos membros dessa comunidade nasceu em Portugal; estão totalmente integrados social e profissionalmente; mas o nome da comunidade é «Israelita» e não «Judaica» (apesar de, com toda a propriedade, se poder dizer que israelita é o judeu e israelense o natural de Israel)... Contudo, parece claro a muitos dos judeus dessa comunidade dita Israelita que, em termos anedóticos mas muito significativos, e citando um seu membro, «se houvesse um jogo de futebol entre Portugal e Israel, eu torcia por Portugal» (Pignatelli, 2000, p. 145).

4.2. A cidadania

Pela actual Constituição, todos os cidadãos são iguais perante o Estado, qualquer que seja a sua fé ou prática religiosa; isto é, ninguém pode ser privado de liberdade ou direito algum devido à sua filiação ou convicção religiosa. Não existe, dentro do quadro legal vigente, nada que deva levar à inibição da cidadania por parte dos cidadãos religiosos. Deveres e direitos mantêm-se inalteráveis e são, por natureza, inalienáveis.

No outro lado da equação, a sociedade deve assumir como seus todos os indivíduos, sejam eles religiosos ou não, concorrendo para que todos tenham acesso aos direitos consignados como elementares na nossa sociedade.

Logicamente, falamos da já referida posição igualitária das instituições do Estado face aos grupos religiosos, mas falamos também da criação de dinâmicas de investigação e de divulgação, é urgente que os crentes religiosos sejam cidadãos nacionais ou emigrantes, percebam que o Estado Português não os olha de maneira diferente pelo facto de serem activos membros de comunidades religiosas. A cidadania e a participação responsável na vida das instituições democráticas só têm lugar com a noção de que a elas se pertence. Não com a imagem de que essas instituições apenas ligam a uns e não a outros.

Mas, no reverso da questão, devemos perguntar até que ponto não podem alguns grupos religiosos negar o Estado e as suas estruturas, levando os seus membros ao incumprimento voluntário e sistemático dos seus deveres? Mesmo que não o façam de forma explícita, actualmente, alguns grupos religiosos incitam os seus membros, numa prática de revolta contra o facto de serem «vítimas», parentes pobres da sociedade, desprotegidos, a um afrontamento das instituições. No fundo, não poderá a relação directa apresentada por alguns movimentos religiosos entre pagamento de um dízimo e respectiva retribuição por parte de Deus, num esquema de directa troca — como a podemos encontrar, entre outros locais, na afirmação de uma crente no sítio da Igreja Maná: «Ele [marido] começou a dar os seus dízimos no início deste ano e pouco tempo depois Deus o abençoou grandiosamente» (<http://www.igrejamana.com/>, consultado a 13 de Outubro de 2006) —, levar o crente a trocar a relação que tem com o Estado, onde também paga, mas não vê os seus problemas tão imediatamente resolvidos? O ponto 8.º, «Prosperidade material», da Declaração de Fé Maná, por exemplo, afirma: «Cremos e praticamos as Leis de Prosperidade que consiste em honrar a Deus com os Dízimos e Ofertas» — no limite, o Estado e as suas instituições são perfeitamente acessórias...

Ainda mais longe, tudo parece verdadeiramente trocado quando sabemos que algumas confissões apelam regularmente ao não cumprimento do dever cívico de ir às urnas depositar o voto ou, mais tremendo ainda, quando sabemos, por exemplo, que a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) procura a criação de partidos políticos em alguns países e detém, mesmo, grupos parlamentares estaduais no Brasil (Campos, 1999).

4.3. *A cultura religiosa*

A religião é, provavelmente, um dos campos no qual se desenvolvem ideias feitas com maior facilidade e com a mais surpreendente inconsciência do erro. Julgamos conhecer suficientemente a cultura religiosa dominante no nosso país, mas em verdade pouco dela sabemos; supomos compreender as

outras religiões com as quais lidamos tanto dentro como fora do País, mas enganamo-nos completamente. Mesmo entre os profissionais do culto, o nível de conhecimento sobre a evolução histórica do universo religioso em que estão mergulhados é, por vezes, quase inexistente, o que é assustador.

E, no entanto, a construção de uma visão introspectiva e crítica sobre a nossa sociedade, bem como de um relacionamento saudável com as outras culturas, passa, em boa medida, pela construção e divulgação de conhecimentos sobre os fenómenos religiosos que a todas atravessa.

Os indivíduos, tendo deixado de ser maioritariamente crentes ditos praticantes, deixaram de ter uma cultura base sobre a sua própria esfera religiosa. Não havendo, nem tendo lugar, uma formação religiosa, é a própria sociedade na sua pluralidade que deixou de se encontrar nas noções culturais de religião (sejam as religiões minoritárias, seja o próprio catolicismo). Nas palavras de Régis Debray, estamos perante um fenómeno crescente de *incultura religiosa* (Debray, 2002). A laicidade do Estado implica a formação para a compreensão dessa heterogeneidade, dessa multiculturalidade cada vez mais acentuada à medida que também a origem dos cidadãos é mais díspar.

Nos últimos dez anos, a população residente de estrangeiros mais que duplicou; desta população, 81% encontram-se dentro dos limites da idade activa; isto é, não são idosos e permanecerão em Portugal durante um significativo número de anos — não só marcam o futuro imediato como o mais distante através das segundas gerações que serão educadas no nosso país.

Ora, qualquer sociedade pretende ter os seus cidadãos perfeitamente capazes de tomar consciência cívica — seja ela também religiosa ou não — face aos desafios do mundo — sejam eles internos ou externos. Que quantidade de verdades feitas julgamos serem correctas nos juízos de valor que fazemos quando nos questionamos sobre o próprio cristianismo católico em que nascemos e em que a maior parte de nós foi baptizada e é casada? Este fenómeno é tão geral na Europa que um dos mais respeitados especialistas, Odon Vallet, tem um recente livro sobre o tema (*Pequeno Livro das Ideias Falsas sobre as Religiões*).

O mundo das ideias falsas tem ganho um grande incremento através de todo um universo de literatura francamente

reprovável sobre religião, fruto de uma imensa procura bibliográfica que teve lugar nas últimas dezenas de anos. Associada aos novos fenómenos explicitados pelas ideias de «erosão das identidades religiosas», «religiosidades difusas», ou mesmo — pela falta de melhor — «turista religioso», cresceu toda uma indústria de massificação de leitura simplista do mundo das religiões.

Estas ideias aplicam-se a todo o renascimento religioso nas décadas de 70 do século xx, um ressurgimento que se manifestou em formas e atitudes totalmente novas: fuga aos movimentos/igrejas convencionais ou tradicionais; fácil deambulação entre credos e filiações; criação de uma atitude de pesquisa individual.

Ora, é neste contexto de afirmação da possibilidade e da liberdade de cada um fazer o seu percurso, preferencialmente atípico para autodemonsração da singularidade, que se devem entender os fenómenos de massificação de obras sobre o fenómeno religioso. E referimo-nos aos livros de Paulo Coelho, de Dan Brown, ao filme de Gibson, a toda uma miríade de categorizações biblioteconómicas com que nos cruzamos nas estantes das nossas livrarias, que vão da espiritualidade ao esoterismo, passando pelo que no Brasil se chama de «auto-ajuda».

Resultante de um movimento totalmente livre de pesquisa religiosa, nasceu um imenso campo, um enorme nicho de mercado, onde cabe tudo o que afirme ser contra os ditames tradicionais. É essa a pedra-de-toque de quase todos estes fenómenos: afirmar que vão contra o instituído, criando, assim, a ilusão a muitos dos seus leitores de participação nesse desmontar de supostas fraudes milenares ou de viver experiências espirituais até então quase inacessíveis.

Talvez se possa, mesmo, alinhar todo este universo de produção bibliográfica em dois grandes campos. Por um lado, os livros que transmitem supostas vivências religiosas, espirituais e místicas até então vedadas; por outro lado, as obras que, *voyeuristicamente*, levam os leitores a viver um desmontar das grandes estruturas religiosas (nada mais *voyeurista* neste universo que entrever nas páginas de um livro a possibilidade do acto sexual entre Jesus e Maria Madalena, por exemplo).

Em ambos os casos, o essencial é que este retorno ao sagrado, resultante de uma pesquisa individual não mediada

por entidade alguma, levou a um *boom* editorial e ao facto de a religião estar na moda — os acontecimentos pós-11 de Setembro vieram consolidar este fenómeno.

Massificaram-se as leituras sobre religião. Os *best sellers* estão aí, mês após mês. Mas a cultura religiosa da população é cada vez mais baixa. Alguns museus, por exemplo, estão a adoptar descrições e explicações temáticas nas legendas de pintura sacra, respondendo à incapacidade de os visitantes compreenderem as situações retratadas.

E é cada vez mais baixa a cultura referente ao mundo religioso porque estes livros em nada a constroem, antes pelo contrário. Urge tomar consciência de que estamos a formar uma sociedade amputada intelectualmente. O actual mundo de fundamentalismos religiosos, especialmente o cristão, é em grande parte alimentado por esta massificação da incultura religiosa.

Nada haveria a apontar a livros como os antes referidos se eles não levassem o leitor, ou melhor, se o leitor não fizesse com o livro o percurso de criação de uma visão do mundo. E estas visões romanceadas, mas tidas como verdade por muitos leitores, são essencialmente fundamentalistas porque apresentam o mundo das religiões em tons altamente contrastados; uns são bons, outros são maus.

Nesta mecânica demonizante de parte da realidade, a simplicidade dá lugar ao simplismo. Longe de se estar a evoluir para um mundo com uma compreensão crítica sobre as religiões, cimentada na reflexão e no rigor, estamos a caminhar para uma crescente postura de anulação da tal individualidade que esteve na base deste surto bibliográfico.

Dominadoras, estas narrativas empolgantes que levam o leitor a vivenciar o que nunca tinham imaginado possível castram o lugar do leitor no processo da leitura. Tudo é tão simples, tão óbvio, tão elementar, que o leitor simplesmente lê, acredita e reproduz.

4.4. *Um pós-ecumenismo*

Neste momento, temos uma larga maioria de população europeia sem qualquer cultura religiosa, portanto, incapaz de

optar, por exemplo, entre a liberdade de publicar um *cartoon* com uma imagem de Maomé e as consequências religiosas que desse acto podem advir ao todo europeu. Em certa medida, a Europa caiu num fosso, do qual dificilmente sairá, e que é o resultado de uma visão um pouco idílica do mundo das religiões.

Com o ecumenismo das últimas décadas, assistiu-se ao desenvolvimento da ideia de tolerância. Ora a palavra «tolerar», tão usada nas relações entre religiões, merece algum cuidado. Qualquer dicionário da língua portuguesa nos dá o seu campo de significado: «atitude de admitir a outrem uma maneira de pensar ou agir diferente da adoptada por si mesmo; acto de não exigir ou interditar, mesmo podendo fazê-lo; permissão; paciência; condescendência; indulgência». Nada menos ecuménico, na medida em que o espaço dado para os outros é sempre referenciado em relação a si.

De facto, os movimentos ecuménicos partiram de uma característica base que moldou algum do seu não sucesso, a que devemos juntar uma condição de civilização que o deve superar.

Em primeiro lugar, o ecumenismo nasceu integrado em movimentos religiosos que, por natureza, pretendem fazer chegar a sua mensagem a todos os humanos — aqui reside uma contradição inevitável do movimento: como pode uma religião ou confissão dar um lugar ao «outro» se tem como postulado vir a ocupar esse seu lugar através do proselitismo?

Em segundo lugar, e passando às condições de civilização, numa sociedade de conhecimento, cada vez mais o mundo do fenómeno religioso ultrapassa as fronteiras dos religiosos. Dia a dia, todos tomamos consciência de que o universo das religiões afecta e interfere com o normal mundo de todos nós, sejamos religiosos ou não: as religiões não são um problema nem um monopólio dos religiosos — e isto não implica qualquer grau de ingerência no campo da gestão das hierarquias e das instituições religiosas. Fazendo parte de uma das faces mais expressivas da actividade humana, a todos diz respeito.

Ora é neste sentido, no âmbito deste imperativo que se apresenta à nossa sociedade, que é necessário ultrapassar o bem-intencionado, e de extrema importância, diálogo inter-reli-

gioso. O ecumenismo, como o vimos crescer em importantes movimentos nos anos 80 e 90 do século passado, fechou-se no seio das religiões e, dentro delas, em grupos muito específicos. É necessário ultrapassar o universo das religiões e chegar ao da cidadania (onde se encontram religiosos e não religiosos).

Ao fazer esta rotação de «convívio» para «conhecimento», e de «crentes» para «cidadãos», superamos a tremenda falha que existe na noção de tolerar. Entre cidadãos, religiosos ou não, não há lugares de maior direito; todos são legalmente iguais e com os mesmos direitos e obrigações.

Esta alteração de enfoque e de forma de tratamento do fenómeno religioso actual cimta-se no conhecimento que as diversas partes devem ter umas das outras. Membros de uma sociedade global e diversa, todos os cidadãos devem ter as ferramentas mínimas para efectuar a sua cidadania plena e consciente. Sobre o universo das religiões, cada vez mais nos é pedido que o consigamos equacionar melhor.

Este desafio, o do conhecimento das religiões, façam elas proselitismo no campo alheio ou abduquem dessa sua vocação, aplica-se a todos os religiosos e não-religiosos. No fundo, um pós-ecumenismo que não anula, antes pelo contrário, o ecumenismo e que apenas o tenta trazer para um campo de funcionalidade e abrangência mais significativo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, D. (2002), «Sobre a emergência da 'Ciência das Religiões'», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 2, Lisboa, pp. 9-15.
- ALMEIDA, F. (1970), *História da Igreja em Portugal*, vol. III, Lisboa, Livraria Civilização Editora.
- ALMEIDA, L. N. (mod.), BRITO, S., BRAVO, D., MIRANDA, J., e MOREIRA, V. (2000), «Lei da liberdade religiosa e revisão da Concordata», *Fórum Iustitiae*, 16 de Novembro, pp. 5-20.
- AMARAL (2002), «O primeiro homem morou em Portugal», *Independente*, 11 de Janeiro, p. 58.
- BAUDÉROT, J. (dir.) (1994), *Religions et laïcité dans l'Europe des douze*, Paris, Syros.
- BOESPFLUG, F., DUNAND, F., e WILLAINE, J.-P. (1996), *Por une mémoire des religions*, Paris, Éd. Découvertes.

- BRAVO, D. (2002), «Educação e liberdade religiosa», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 2, Lisboa, pp. 51-58.
- CAMPOS, L. S. (1999), «A Igreja Universal do Reino de Deus, um empreendimento religioso actual e seus modos de expansão (Brasil, África e Europa)», *Lusotopie 1999*, pp. 355-367.
- CRUZ, M. B. (2002), «A liberdade religiosa — dos direitos individuais aos direitos sociais», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, pp. 143-147.
- DEBRAY, R. (2002), *L'enseignement du fait religieux dans l'école laïque: rapport au Ministre de l'Éducation Nationale*, pref. Jack Lang, Paris, Odile Jacob.
- DIAS, M. J. M. (2004), «História da Teologia em Portugal no século xx. De 1910 aos nossos dias», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, vol. 7.
- FABião, C. (1993), «A arqueologia pré-histórica», *História de Portugal*, dir. de João Medina, vol. 1, *Portugal na Pré-História*, Lisboa, pp. 108-115.
- FERREIRA, N. E. (2006), *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, ICS.
- FILORAMO, G., e PRANDI, C. (1999), *As Ciências das Religiões*, São Paulo, Paulus.
- HAMMEL, J.-P., e LADRIÈRE, M. (1991), *Héritages: la culture occidentale dans ses racines religieuses*, Paris, Hatier.
- JANEIRA, A. L., CARVALHO, A. C., CORREIA, C. J., e MOURÃO, J. A. (1998), *O Regresso do Sagrado*, Lisboa, Livros e Leituras.
- KESHAVJEE, F. (2002), «Liberdade religiosa, educação e humanismo», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, pp. 137-141.
- LOURENÇO, J. A., «IBAD», *Dicionário Histórico do Protestantismo em Portugal*, no prelo.
- MACHADO, J. (1993), *O Regime Concordatário entre a «Libertas Ecclesiae» e a Liberdade Religiosa*, Coimbra, Coimbra Editora.
- (2002), «A liberdade religiosa na perspectiva das liberdades fundamentais», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, pp. 149-154.
- MADUREIRA, A. (2006), *A Igreja Católica na Origem do Estado Novo*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MATOS, S. C. (1998), *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Séc. XIX*, Lisboa, Colibri.
- MATTOSE, J. (1998), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Mário Soares, Gradiva.
- MESLIN, M., *Pour une Science des Religions*, Paris, Seuil.
- MESSNER, F. (dir.) (1995), *La culture religieuse à l'école*, Paris, Cerf.

- MILOT, M., e OUELLET, F. (1997), *Religion, éducation & démocratie*, Paris, Harmattan.
- MIRANDA, J. (1997), *As Constituições Portuguesas de 1822 ao Texto Actual da Constituição*, 4.^a ed., Lisboa, Petrony.
- PIGNATELLI, M. (2000), *A Comunidade Israelita de Lisboa*, Lisboa, ISCSP.
- PINTO, P. M. (2001), «O lugar da religião no ensino. Uma equação da participação e da consciência cívica», *Fimistera*, n.º 46, pp. 73-90.
- (2002), *História & Grafia: sobre a Formulação da História Sagrada e da Decadência Cívica*, Lisboa, Centro de Estudos em Ciência das Religiões.
- (2002 B), «O 'ensino das religiões' na escola: a urgência da participação cívica das religiões na auto-imagem da sociedade», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, ano 1, n.º 2, Lisboa, pp. 39-46.
- (2003), «Ciência das Religiões: elementos para a definição de uma área de conhecimento», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, vol. 3/4, pp. 11-15.
- (2004), «A História das Religiões na compreensão das Europas e de Portugal: uma justificação de campo científico», *O Estudo da História*, n.º 5, pp. 18-31.
- (2004 B), «José de Sousa Amado e as lutas contra a heterodoxia social e religiosa: percurso bibliográfico», *Lusitânia Sacra*, Lisboa, 2.^a série, tomo 16, pp. 333-346.
- (2005), *Para uma Ciência das Religiões em Portugal*, Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas.
- (2005 B), «A História das Religiões: um desafio cívico (o caso português)», in Gloecir Bianco e Marcos Nicolí (orgs.), *Religare — Identidade, Sociedade e Espiritualidade*, São Paulo, AllPrint, pp. 156-181.
- (coord.) (2006), *Religiões: História, Textos, Tradições*, Lisboa, Religare (Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões-Presidência do Conselho de Ministros), Paulinas.
- PORTAS, M. (2002), «O Estado laico e as confissões religiosas», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, n.º 1, Lisboa, pp. 155-158.
- SCHREINER, P., SPINDER, H., TAYLOR, J., e WESTERMAN, W. (eds.) (2002), *Committed to Europe's Future: Contributions from Education and Religious Education*, Munique, Comenius-Institut, Munique.
- SOUSA, M. A. (2001), *A Fenomenologia do Religioso no Contexto do «Retorno do Sagrado»: Nova Era e Novos Movimentos Religiosos*, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia/Ciência das Religiões.

- TEIXEIRA, A. (2004), «A acção religiosa: o contributo das etnografias para uma Ciência das Religiões», *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, vol. 5/6.
- (2004 B), *Não Sabemos já donde a Luz Mana: Ensaio sobre a Identidade Religiosa*, Lisboa, Paulinas.
- TEIXEIRA, A., e ALMEIDA, D. (2000), *Da Memória à Experiência: Perspectivas sobre a Religiosidade Contemporânea*, Lisboa, Centro de Estudos em Teologia/Ciência das Religiões.
- TEIXEIRA, A., e PINTO, P. M. (2002), «Para uma Ciência das Religiões: notas na abertura de uma revista», *Revista Portuguesa de Ciência das Religiões*, ano 1, n.º 1, Lisboa, pp. 7-9.
- TRINDADE, M. de A. (1993), *Memórias de um Bispo*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.
- VALENTE, D., e FRANCO, A. (2002), *Liberdade Religiosa. Nova Lei: Anotada e Comentada*, Lisboa, Dislivro.
- VALLET, O. (1990), *Culture religieuse*, Paris, Masson.

A FÍSICA EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

AUGUSTO J. S. FITAS *

É reconhecida por todos os estudiosos, quer do campo histórico quer dos domínios histórico-científicos, a fragilidade ou a ausência da investigação científica no Portugal moderno e contemporâneo. Neste capítulo, o País sempre se contentou com uma marginalização assumida em relação ao meio científico internacional, embora, por vezes, tenha brilhado através do trabalho e contribuições de algumas personalidades singulares.

A intenção neste artigo, utilizando a analogia da representação teatral, é iluminar uma sucessão de cenas exemplificativas daquilo que se pode apelidar como a prática científica nacional. Nestas cenas, as personagens patentearão as características dessa prática no País, e que se pode exemplificar do seguinte modo: conhece-se a informação e há capacidade para a entender, repetem-se os resultados, mas fica-se por aí; há facilidade em assimilar os desenvolvimentos técnicos e produzir a sua consequente aplicação útil; há a marca indelével do trabalho individual e a inexistência de troca de ideias com o exterior, uma ausência permanente de interlocutores; há o esforço em passar o testemunho individual e, simultaneamente, uma incapacidade manifesta em alcançar o trabalho de grupo, embora este desiderato

* Professor associado de Física na Universidade de Évora com a agregação em História das Ideias em Física; director do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da mesma Universidade — uma unidade de investigação apoiada pela FCT —, onde tem desenvolvido a sua investigação, em particular sobre a história da ciência em Portugal no século xx. De entre os vários artigos científicos publicados, relewa a sua participação em dois trabalhos: *A Filosofia da Ciência no Portugal do Século XX* (2000) e *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses* (2004).

seja atingido em casos muito pontuais; há um meio fortemente hierarquizado que se constituía mais como um travão do que como agente dinamizador, privilegiando-se os corredores do acesso à carreira sobre a dedicação comprovada à investigação.

A história da investigação científica é uma malha, muitas vezes oculta e quase imperceptível, que se cruza com as necessidades do desenvolvimento técnico, com os mecanismos do poder e os meios económicos colocados à sua disposição, com a organização das instituições que a suportam, com a organização de grupos de interesses diversos, com a circulação das ideias e dos conhecimentos através de países e continentes; só a compreensão desta trama pode dar a conhecer o porquê da muito fraca produção científica nacional — uma regra onde há excepções. E não sendo possível enveredar pela análise dos principais fios desta teia no espaço escasso deste artigo, houve a intenção, usando mais uma vez a analogia teatral, de ensaiar a marcação de algumas cenas onde o foco da acção ancorasse nestas relações mais complexas, por exemplo, a importância fundamental da acção da Junta de Educação Nacional ou do Instituto para a Alta Cultura para o lançamento da investigação científica no País, mas que, em algumas decisões tomadas, assumiu um papel mais inibidor do que dinamizador.

Por ser a disciplina que melhor se conhece, optou-se por centrar a atenção na física.

1. A física na transição do século XIX para o século XX

Sob o ponto de vista das ideias, a física no século XIX pode caracterizar-se no essencial pelos trabalhos levados a cabo segundo dois programas de investigação: o primeiro, o mais antigo e que já se vinha desenvolvendo na esteira da filosofia natural dos séculos passados — de Newton a Laplace —, corresponde ao triunfo das ideias mecanicistas enquanto quadro geral da explicação dos fenómenos naturais; o segundo, o mais jovem, porque nascido neste mesmo século — com Joule, Mayer e Helmholtz — e dificilmente filiável numa genealogia secular, corresponde à afirmação do conceito de energia enquanto conceito unificador de toda a física. Importa sublinhar que estes dois programas não são concorrentes, não disputam entre si a

primazia como quadro explicativo fundamental dos conceitos físicos, mas, inversamente, poder-se-ão considerar como complementares: o desenho da ideia de energia é a ferramenta que vai permitir que os novos domínios do calor, da luz e da electricidade, em conjunto com a velha mecânica, sejam abarcados pela mesma estrutura conceptual, isto é, a explicação mecanicista da natureza; por outro lado, é o movimento, ou a visão mecanicista, que vai permitir entender o comportamento da nova grandeza termodinâmica, a entropia, que é forçada a aumentar na irreversibilidade física, qualquer coisa que mostre que, na natureza, nada é como era.

É neste século que novas disciplinas da física se desenvolvem teórica e experimentalmente (a termodinâmica, a óptica, o electromagnetismo), caminhando-se, já na segunda metade do século, para um movimento de unificação conceptual das teorias que se foram construindo no seio de cada um destes ramos. Foi o que se passou com a síntese teórica, entre o electromagnetismo e a óptica, alcançada por James C. Maxwell e que se manifestará como decisiva na contestação à visão mecanicista da natureza¹. Foi também o que se passou com a noção de irreversibilidade, a que a concepção mecanicista é completamente alheia, responsável pela contradição entre este modelo e a termodinâmica. Uma contradição que se resolveu pela conciliação conceptual entre a mecânica e a termodinâmica, feita por Ludwig E. Boltzman ao aplicar métodos estatísticos aos sistemas termodinâmicos que supôs constituídos por um grande número de partículas.

É também neste século que, paralelamente às inovações teóricas, se desenvolveram grandes avanços no plano instrumental, em particular nos domínios do vazio, da óptica, da electricidade e dos aparelhos de medida. Tais progressos permitiram a abertura de campos de investigação muito fecundos, como foram os casos da espectroscopia — domínio essencial para o avanço da química e da astrofísica —, das descargas eléctricas em gases rarefeitos, que vão permitir a descoberta, em 1895,

¹ Uma síntese que propiciará a descoberta das ondas electromagnéticas em 1888 por Heinrich Hertz — a base das comunicações sem fios.

por Wilhelm C. Röntgen, dos raios X e, na esteira do estudo desta radiação, da radioactividade natural, descoberta, em 1896, por Antoine Henri Becquerel. Estes três domínios, além de serem essenciais para o estudo das propriedades íntimas da matéria, revelaram-se muito promissores nas suas aplicações técnico-científicas, como no caso, a título de exemplo, da medicina.

O esforço de unificação da estrutura da física do século XIX foi de tal modo intenso que uma das suas marcas foi o aparecimento, em algumas universidades dos países de cultura alemã, de uma nova disciplina: a Física Teórica. Por outro lado, a sucessão de resultados experimentais partilhados por investigadores de diversos países — mais acentuadamente na Europa (a Alemanha, a França e a Inglaterra) e, de um modo emergente, nos Estados Unidos — sugeria já uma importante circulação internacional, através de imprensa especializada, a criação de «escolas» de investigação e, simultaneamente, o abandono do trabalho individual em prol dos grupos de investigadores que aparecem organizados em alguns centros europeus e norte-americanos.

Se a física do século XIX se encerra com duas descobertas de importância capital para um avanço na compreensão da constituição da matéria, os raios X e a radioactividade, o século XX abriu-se e será marcado por duas grandes teorias: a primeira, aplicada ao estudo dos fenómenos de escala «muito grande» e de velocidades «muito rápidas», aquilo que se poderia apelidar de uma aproximação ao «infinitamente grande» e que vai ser conseguido com a teoria da relatividade restrita e generalizada; a segunda, aplicada ao estudo dos fenómenos de dimensão microscópica, o «muito pequeno» da escala atómica e nuclear, o que se pode designar pela aproximação ao «infinitamente pequeno» e que é alcançado com a teoria quântica.

2. Portugal e as novidades da física na mudança de século

Fechou-se o século XIX com a descoberta dos raios X, que foi apresentada pela primeira vez numa reunião científica a 28 de Dezembro de 1895. Essa forma de fotografar os corpos opacos era de tal modo espantosa que na Áustria foi dada a conhecer publicamente no dia 5 de Janeiro de 1896 através de um jornal comum, no dia 6 do mesmo mês surgia em Inglater-

ra a mesma notícia, a 7, na América, a 13, em França e no dia 27, em Portugal. Deu-se um facto único na história das ciências: antes de as consagradas publicações científicas darem a notícia ao mundo científico, o que só aconteceu a 23 de Janeiro de 1896 com a reprodução do memorando de Röntgen na revista *Nature*, ela chegou com uma rapidez alucinante a todos os cantos do Globo².

Em Fevereiro de 1896, Henrique Teixeira Bastos, professor da Faculdade de Filosofia, publicou um artigo na revista *O Instituto*, onde anunciou as descobertas mais recentes sobre os raios de Röntgen, apresentando os resultados que ele próprio obtivera no Gabinete de Física Experimental em Coimbra a 3 de Fevereiro (Bastos, 1896). Teixeira Bastos produzira raios X e realizara as primeiras radiografias, apenas sete dias após a primeira notícia nacional e cinco dias após aquela em que mais detalhadamente é descrita para o grande público a experiência de Röntgen³. Escreveu Teixeira Bastos:

[...] uma grande bobina de Ruhmkorff era excitada por seis elementos Bunsen, e a descarga era recebida num tubo de Crookes. A uns dez centímetros do tubo, envolvida em papel preto, colocava-se a placa fotográfica (Scheussner), normalmente aos raios catódicos. Sobre a placa assentava o objecto da experiência. Obtiveram-se bons resultados, com exposições não inferiores a vinte minutos, nas fotografias de uma chave e de um dedo cortado de um cadáver (o primeiro ensaio feito), de uma mão viva, de uma caixa de pesos e de uma sardinha.

² O primeiro comentário publicado no jornal inglês *Nature* apareceu em 16 de Janeiro de 1896, com referências cépticas e reservadas. No entanto, os cientistas a quem Röntgen tinha enviado o memorando sobre o seu trabalho, Franz Exner (Viena), Lord Kelvin (Glasgow), Arthur Schuster (Manchester), Henri Poincaré (Paris) e Friedrich Kohlrauch (Gottingen), celebraram a descoberta e difundiram-na nos seus países.

³ A 27 de Janeiro de 1896 o jornal *Novidades* publica a primeira notícia sobre a descoberta dos raios X e a 29 o mesmo jornal publica com maior detalhe as experiências de Röntgen.

Eis um resultado, alcançado individualmente por um professor português (não é mencionado qualquer grupo), que põe em evidência três aspectos essenciais: primeiro, a existência na Universidade de Coimbra de equipamento que permitiu a repetição de uma experiência actualíssima; segundo, o professor em causa estava cientificamente informado; terceiro, a ausência de qualquer projecto de estudo da «nova radiação». Deste resultado à aplicação pela medicina portuguesa dos efeitos desta radiação foi um pequeno passo: durante o mês de Maio foram feitos ensaios da sua utilização no diagnóstico clínico, nos Hospitais da Universidade, por iniciativa de Daniel de Matos, lente de Clínica Cirúrgica.

Um mês depois, na primeira página d'*O Século* é publicado um artigo que refere, entusiasticamente, as diversas experiências efectuadas por Teixeira Bastos e quatro radiografias deste trabalho, por serem consideradas notáveis e de qualidade comparável ao que de melhor se fazia no estrangeiro, eram reproduzidas em zincogravura⁴. A primeira dissertação universitária sobre raios X feita em Portugal foi apresentada à Faculdade de Filosofia, em Janeiro de 1897, por Álvaro José da Silva Basto como tese de conclusões magnas que precedia a licenciatura; intitulava-se «Os raios catódicos e os raios X de Röntgen» e exibia referências muito actuais (Martins, 2005: 64).

Contemporâneos dos estudos sobre os raios X são os primeiros trabalhos sobre a radioactividade, um campo que viria a abrir um importantíssimo capítulo da física do século xx, a física nuclear, desencadeando também aplicações de grande alcance no âmbito da medicina. Este domínio, que no futuro se viria a revelar tão importante para os estudos da constituição da matéria, não originou nenhuma actividade particular nas escolas superiores portuguesas onde se ensinava física, ao contrário do que acontecera com os raios X. A radioactividade foi objecto de uma dissertação de licenciatura na Universidade de Coimbra por João de Magalhães, onde, nas primeiras páginas, se pode ler:

A falta de um corpo radioactivo, que em virtude do seu elevadíssimo preço o gabinete de física da

⁴ «A photographia através dos corpos opacos», *O Século*, de 1 de Março de 1896.

Universidade ainda não adquiriu, impediu-nos de verificar alguns dos fenómenos mais evidentes a que o rádio dá origem e que são de fácil observação. [Magalhães, 1906: 310.]

As referências usadas eram livrescas e tudo o que se expunha não correspondia a qualquer actividade de observação. Já em 1902 este mesmo assunto despertara a curiosidade de Alexandre de Sousa Pinto, que, em concurso para professor da Academia Politécnica do Porto, apresentara uma dissertação — *Os Raios de Becquerel* — onde expunha o estado da arte sobre o tema. A mesma curiosidade, e a mesma ausência de qualquer trabalho experimental, levou João de Almeida Lima, professor da Escola Politécnica de Lisboa, depois Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a publicar dois trabalhos na Academia das Ciências: o primeiro em 1908, *Tecendo o Elogio de Henri Becquerel*; o segundo em 1913, *Sobre a Radioactividade*⁵. Os raios X e a radioactividade eram os temas actuais que mais atraíam as atenções dos professores de Física do ensino superior português.

Sobre as teorias que despontaram no início do século xx, em particular a teoria da relatividade, não se divisam, nas duas primeiras décadas do século, referências dignas de nota ou quaisquer trabalhos de compilação bibliográfica. As equações da transformação de Lorentz-Fitzgerald, devidamente acompanhadas por uma discussão sobre o princípio da relatividade, aparecem escritas, pela primeira vez, em Portugal no ano de 1912 por um jovem licenciado em Matemática pela Academia Politécnica do Porto, não com propósitos de explanação científica, mas enquanto tema de reflexão filosófica (Fitas, Rodrigues e Nunes, 2000). O seu autor foi Leonardo Coimbra e a matéria exposta constitui parte da dissertação apresentada no concurso para assistente de Filosofia da, então muito recente, Faculdade de Letras de Lisboa (Coimbra, 1983). Embora sempre

⁵ Na universidade portuguesa não se desenvolveu, durante este período, qualquer trabalho que envolvesse a radioactividade; contudo, Portugal foi, entre 1910 e 1914, devido à extracção de autonite (fosfato de urânio), o principal fornecedor de minério radioactivo da França.

marcado pela discussão filosófica, este autor voltará a tratar esta teoria física em textos que publicará nos anos 20 na revista cultural *Águia*. Mas o acontecimento mais marcante que liga Portugal à teoria de Einstein diz respeito ao facto de a confirmação das previsões da teoria da relatividade geral ter sido alcançada com base em observações astronómicas do eclipse de 29 de Maio de 1919 feitas em solo de «língua portuguesa» (parafrazeando Fernando Pessoa)⁶. Só dois anos depois, em 1921, Portugal ouviu, talvez pela primeira vez, a intervenção de um cientista expondo a teoria da relatividade. Tudo se passou no Porto, aquando do 1.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, em que a conferência inaugural da secção de Matemáticas foi proferida pelo matemático espanhol, e especialista em relatividade, José Maria Plans y Freire (Plans, 1921). Esta conferência pôs especialmente os matemáticos e astrónomos portugueses em contacto com a investigação feita em torno da relatividade geral. O interesse deste grupo perante a nova teoria poderá explicar o facto de os únicos trabalhos de investigação associados à teoria da relatividade se debruçarem essencialmente sobre as suas bases matemáticas, nomeadamente a geometria diferencial, evidenciando-se Aureliano Mira Fernandes, matemático e professor de Mecânica Racional no Instituto Superior Técnico, que publicou vários trabalhos na revista italiana *Rendiconti da Accademia dei Lincei*. É importante mencionar que o patrono destas comunicações foi o matemático italiano Tullio Levi-Civita, que estava associado à formulação da relatividade geral. A investigação de Mira Fernandes nesta matéria foi, nas décadas de 20 e 30, um acto solitário e singular no meio dos matemáticos e físicos portugueses (Fitas, 2005)⁷.

⁶ O grupo de astrónomos chefiados por Sir Arthur Eddington realizou as observações na ilha do Príncipe, possessão colonial portuguesa, enquanto um outro grupo chefiado por Charles Davidson realizou as observações no monte do Sobral no Brasil. No Brasil, ao contrário de Portugal, uma equipa de astrónomos brasileiros, além de efectuar as suas próprias observações, acompanhou muito de perto os trabalhos da expedição inglesa.

⁷ Outros trabalhos sobre a recepção da teoria da relatividade em Portugal: D. L. Gagean e M. Costa Leite (1992), «General Relativity and

3. Esforços para desenvolver e apoiar a investigação na universidade portuguesa

A universidade portuguesa acordou no século xx, pela força de um decreto assinado em Dezembro de 1901, sob o peso de uma reforma muito aquém da que exigiam os tempos e os espíritos mais esclarecidos do País. Era voz corrente, quer dos seus professores menos comprometidos com o *statu quo* da época quer dos estudantes, a inadequação do ensino universitário nacional às necessidades do País. No princípio deste século, a frequência escolar em todas as escolas de ensino superior rondaria os três mil alunos (Carvalho, 1987). A universidade portuguesa estava cometida sobretudo a tarefa de transmissão de conhecimentos, cumpria-lhe formar os quadros superiores da administração pública e do ensino, a par de garantir a preparação técnica exigida por certas profissões. Não se pedia aos docentes universitários que realizassem investigação científica (produzissem ciência) como uma das actividades inerentes à sua qualidade de professores, a grande maioria dos trabalhos por eles realizados eram livrescos, demonstrativos e inseriam-se na necessidade de se apresentarem às provas de progressão na carreira docente universitária.

Só após a revolução republicana de 1910, quando se reforma a Universidade de Coimbra, se cria a Universidade do Porto e se reconstitui a Universidade de Lisboa, é atribuído à investigação científica um papel de maior relevo no desempenho das funções de professor universitário. Nas três universidades criaram-se as novas faculdades de ciências. É também

Portugal: a Few Pointers Towards Peripheral Reception Studies», in J. Einsentaedt e J. Kox (eds.), *Studies in the History of General Relativity*, Boston, Birkhauser, 3-14; A. J. Fitas (2003), «Nota histórica sobre a teoria da relatividade em Portugal na década de trinta», in *Seminário sobre Ciência em Portugal na Primeira Metade do Século XX*, Évora, Universidade de Évora-CEHFC.; A. J. Fitas (2004), «A teoria da relatividade em Portugal no período entre guerras», *Gazeta de Física*, 27 (II), 4-10; A. J. Fitas (2005), «The Portuguese Academic Community and the Theory of Relativity», *e-Journal of Portuguese History (e-JPH)*, 3 (2).

deste período a criação das novas escolas superiores de engenharia, do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, e da Faculdade Técnica, posteriormente de Engenharia, no Porto, escolas onde as ciências, especialmente a física, a matemática e a química, assumem um papel relevante na formação de base dos futuros engenheiros.

Com as medidas da reforma republicana do ensino superior⁸, procurou-se iniciar um novo ciclo na instituição universitária portuguesa, o que exigia obrigatoriamente, na maioria dos domínios científicos, que os professores nacionais fizessem um esforço em pôr-se a par da investigação científica praticada nos centros mais avançados da Europa. E a prova de que as intenções eram boas, mas não passavam disto mesmo, era o facto de se manter a prática das viagens de professores pela Europa, onde colhiam informação sobre desenvolvimentos técnico-científicos e, sobretudo, acerca da organização do ensino superior⁹, ao contrário de irem para o estrangeiro aprender a fazer ciência, a investigar, a produzir novos conhecimentos. Alterar a situação, passar das intenções aos actos, implicava a renovação dos quadros universitários e a criação de condições para que estes realizassem obrigatoriamente a sua aprendizagem em laboratórios cientificamente actualizados. O objectivo já fora enunciado por Ramon y Cajal:

[...] la ciencia viva, dinámica, en flujo y reflujo perennes, que solo se aprende conviviendo con los grandes investigadores, respirando esa atmósfera

⁸ No Decreto com força de lei de 19 de Abril de 1911, onde o Governo da República estabelecia a reforma das universidades portuguesas, constava: «Art.º 1 — As universidades são estabelecimentos públicos de carácter nacional [...] para o triplice fim: a) fazer progredir a ciência, pelo trabalho dos seus mestres, e iniciar um escol de estudantes nos métodos da descoberta e invenção científica; b) ministrar o ensino geral das ciências e das suas aplicações [...] c) promover o estudo metódico dos problemas nacionais [...]» (*Diário do Governo*, de 22 de Abril de 1911.)

⁹ Veja-se o relatório de uma viagem: Álvaro Basto (1912), *A Organização das Faculdades de Ciências em Portugal*, Coimbra.

tónica de sano escepticismo, de sugestión directa, de imitação y impulsión, sin las cuales las mejores aptitudes se petrifican en la rutinaria labor del repetidor o del comentarista. [In Monteiro, 1936: 253.]

Em 1914, dois assistentes de Física e Química realizaram estágios de curta duração no laboratório de Mme Curie: Marques Teixeira, da Universidade do Porto, e Francisco Martins de Sousa Nazareth, da Universidade de Coimbra. Este último publicou em Coimbra, em 1915, a dissertação ao concurso para o lugar de segundo-assistente do 1.º grupo da 2.ª secção da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, que é o primeiro trabalho de natureza experimental realizado inteiramente em Portugal, envolvendo a detecção de radioactividade (Nazareth, 1915), já que a dissertação apresentada por Manuel Marques Teixeira ao concurso de assistente no Porto, *Manipulações Radioactivas*, fora realizada essencialmente em Paris. No seu trabalho, Sousa Nazareth refere que todos os instrumentos usados, com uma excepção, foram montados, testados e calibrados no Laboratório de Física da Universidade de Coimbra, e, no ano seguinte, publicou um outro trabalho sobre parte da instrumentação construída (Nazareth, 1916).

Estes estágios de curta duração tiveram como objectivo essencial a realização de provas para progressão na carreira universitária e deixaram marcas muito débeis no campo da investigação. O magistério de Sousa Nazareth, bem como a sua capacidade como experimentalista, vai influenciar de um modo decisivo o jovem segundo-assistente da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, Mário Silva, a iniciar uma carreira na investigação universitária sob sua orientação, o que não se concretizará: Sousa Nazareth abandonou Coimbra e saiu de Portugal¹⁰; Mário Silva foi então enviado pela sua universidade

¹⁰ Sobre esta personagem e a sua entrada no universo artístico dos anos 20 em Portugal, cf. França, 2006, 138.

para o Instituto do Rádio de Madame Curie, onde, após três anos, obteve o doutoramento na Universidade de Paris (Santiago, 2001) ¹¹.

O tempo passava e a esperada renovação dos quadros universitários não se fazia, tudo continuava como dantes. Os políticos republicanos, pressionados por alguns professores universitários mais empenhados e também por homens públicos mais esclarecidos, e após algumas tentativas falhadas, conseguem apresentar um diploma de criação de uma Junta de Orientação dos Estudos, quando António Sérgio se encontrava à frente do Ministério da Instrução ¹². Propunha-se um organismo que apoiasse a pretendida renovação, mas, a exemplo do que já acontecera, a proposta foi chumbada pelo Parlamento devido a dificuldades financeiras. Fazer, ou não, investigação era perfeitamente indiferente. A velha imagem do «lente» e de uma universidade «sebenteira», fortemente desactualizada e velha, apesar das reformas recentes, persistia: não se desenvolvera a investigação científica e não se procedera à sua renovação pedagógica. Evidentemente, havia excepções, excepções importantes e que procuravam remar contra a maré do conformismo, mas estas não ditavam a regra, embora alimentassem um pequeno coro de vozes incómodas ¹³.

Foi já no período pós-28 de Maio que o ministro da Instrução, Duarte Pacheco ¹⁴, retomou a ideia da criação da Junta, embora fosse o seu sucessor no mesmo ministério, Gustavo

¹¹ Mário Silva partiu para Paris em Setembro de 1925 e regressou, para retomar a sua actividade docente, no ano lectivo de 1929-1930.

¹² O que aconteceu entre 18 de Dezembro de 1923 e 27 de Fevereiro de 1924.

¹³ Citem-se, a título de exemplo, os nomes de A. Celestino da Costa, Mark Athias e Abel Salazar, os dois primeiros da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e o segundo da do Porto, Gomes Teixeira da Faculdade de Ciências do Porto e Mira Fernandes do Instituto Superior Técnico, de Lisboa.

¹⁴ Director do Instituto Superior Técnico desde 1927 e membro da direcção da Federação Académica de Lisboa em 1921, período em que este organismo representante dos estudantes da capital defendera um projecto de criação de uma Junta.

Cordeiro Ramos, quem promulgou, em 1929, o decreto criador da Junta de Educação Nacional, organismo a que o Ministério das Finanças garantiria os recursos financeiros necessários ao seu funcionamento. É no Regulamento da Junta¹⁵ que aparecem consignadas as suas principais finalidades, que se podem resumir assim:

[...] em promover e auxiliar por todos os meios a investigação científica, em organizar bolsas de estudo no país e no estrangeiro, em velar pela colocação dos antigos bolseiros, no intercâmbio intelectual e na expansão da língua portuguesa no estrangeiro, estabelecer escolas de ensaio pedagógico, subsidiar publicações científicas, promover a melhoria progressiva da educação nacional e, desde 1931, o aperfeiçoamento artístico. [Costa, 1934: 8.]

A partir do ano lectivo de 1929-1930, algumas dezenas de licenciados passaram a dispor de condições para, no estrangeiro, junto de centros com provas dadas, melhorarem a sua formação técnico-científica ou iniciarem uma carreira científica orientada por cientistas de mérito reconhecido e alcançarem diplomas académicos nessas escolas. As medidas tomadas pela Junta foram muito importantes, mas estavam longe de satisfazer as necessidades do País. Sem se pretender analisar, em geral, a sua actividade, destaque-se, no ano lectivo de 1930-1931, o quadro 1 referente ao número de bolsas concedidas para o estrangeiro (Junta, 1932).

Os bolseiros em Ciências distribuem-se pelas áreas seguintes: Botânica (2), Física (3), Química (2), Zoologia (3). Conclusão muito fraca, mas importante: a Física é das disciplinas científicas a aproveitarem claramente as bolsas para formação no estrangeiro e dos três bolseiros nomeados neste relatório, dois farão os seus doutoramentos nas universidades que os

¹⁵ O Regulamento da Junta foi publicado no *Diário do Governo*, de 26 de Junho de 1929.

QUADRO I
Número de bolsas

| | Prorrogação do ano anterior | Concedidas pela 1.ª vez em 1930-1931 | Total | Destas serão prorrogadas em 1931-1932 |
|--------------------|--------------------------------|--|-------|---|
| Letras | 4 | 6 | 10 | 4 |
| Ciências | 3 | 7 | 10 | 10 |
| Medicina | 7 | 6 | 13 | 4 |
| Direito | 1 | 2 | 3 | 2 |
| Farmácia | - | 1 | 1 | - |
| Engenharia | - | 3 | 3 | 2 |
| Agronomia | - | 3 | 3 | 3 |
| Pedagogia | 3 | 4 | 7 | 4 |
| <i>Total</i> | 18 | 32 | 50 | 29 |

acolheram ¹⁶. O director do Laboratório de Física da Faculdade de Ciências de Lisboa, A. Cyrillo Soares, pôde, em meados da década de 30, fazer um balanço da «cooperação portuguesa na construção da física moderna» ou apresentar os resultados do apoio da Junta, agora já designado como Instituto para a Alta Cultura, «ao desenvolvimento da investigação em Física no nosso país» (Soares, 1937). Com esta informação é possível construir o quadro II, onde se apresenta a actividade dos bolseiros de Física no estrangeiro na década de 30.

4. O Laboratório de Física em Lisboa, o Seminário de Física Teórica no Porto

Do quadro II verifica-se que a maioria destes bolseiros regressou a Portugal com 30 anos, a idade própria para iniciar

¹⁶ A expectativa sobre a acção da JEN era grande e o jornal *O Século* tomou a iniciativa de promover no seu Salão, em Lisboa, entre Fevereiro e Abril de 1933, um ciclo de conferências públicas, objecto dum pormenorizado relato jornalístico e alvo de algum escândalo, onde se dava a conhecer o trabalho de bolseiros de diferentes áreas do conhecimento.

QUADRO II

| Nome | Escola | Instit. estágio | Artigos publicados em revistas internacionais |
|---|------------------------|--|---|
| Herculano Amorim Ferreira (1895-1974) (Univ. Lisboa). | 1929-1931 | Imperial College | Um artigo nos <i>Proceed. Royal Society</i> , vol. 135, 1932. |
| Amaro Joaquim Monteiro (1898-1979) (Univ. Lisboa). | 1937-1938 | Paris | Doutoramento na Univ. de Lisboa. Doutoramento na Univ. de Lisboa. |
| António da Silveira (1904-1985) (IST). | 1929-1932 | College de France (Paris). | Quatro artigos nos <i>CR de l'Ac. des Sc. Paris</i> , dois em 1932 e dois em 1933. |
| Manuel Valadares (1904-1982) (Univ. Lisboa). | 1929-1930 1930-1933 | Instituto do Rádio de Genebra; Estágio no Lab. Curie (Paris). | Doutoramento na Univ. de Paris. Um artigo na <i>Helvetica Physica Acta</i> ; quatro artigos nos <i>CR de l'Ac. des Sc. Paris</i> ; um livro nas <i>Actualités Scientifiques et Industrielles</i> , 1935. |
| Aurélio Marques da Silva (1905-1965) (Univ. Lisboa). | 1935-1938 | Lab. Curie (Paris) | Doutoramento na Univ. Paris. Quatro artigos nos <i>CR de l'Ac. des Sc. Paris</i> . |
| Manuel Telles Antunes (1905-1965) (Univ. Lisboa). | 1933-1935 | Inst. Nac. Fis. e Quim. (Madrid); Instituto de Física Teórica de Giessen (Alemanha). | Doutoramento na Univ. Madrid (orient. Miguel Catalan). Três artigos nos <i>Annales da Soc. Esp. de Fis. e de Quim.</i> ; um artigo no <i>Zeitschrift für Physik</i> . |
| João Rodrigues de Almeida Santos (1906-1975) (Univ. Coimbra). | 1930-1935 | Universidade de Manchester. | Doutoramento na Univ. de Manchester (orient. W. L. Bragg e J. Welsh). Um artigo no <i>Journal of Scientific Instruments</i> ; um artigo no <i>Zeit für Kristallographie</i> . |

uma carreira profissional orientada para a investigação, mas ao chegarem vão encontrar uma situação difícil para a sua integração:

[...] primeiro, as condições para prosseguir a investigação são praticamente inexistentes; segundo, o entendimento da investigação, enquanto uma actividade própria e autónoma, não é entendida como tal pela maior parte do corpo académico. [Fitas e Videira, 2004: 53.]

Nas faculdades de ciências, em qualquer das universidades, a investigação era inexistente. Mário Silva, que não fora bolseiro da JEN e obtivera o doutoramento em Paris sob a orientação de Marie Curie, chegou a Portugal em 1929, após uma tentativa infrutífera de prosseguir com os seus trabalhos na capital francesa (Silva, 1957). Já no País, empenhou-se na criação de um Instituto do Rádio em Coimbra, iniciativa que, pela falta de apoios financeiros, se mostrou a curto prazo votada ao fracasso. Paralelamente a este esforço, Mário Silva obteve apoio da JEN para prosseguir a sua actividade de investigação, da qual resultou, além de quatro trabalhos publicados na *Revista da Faculdade de Ciências*, a sua progressão na carreira académica, mas faltava um grupo e a investigação fenece (Santiago, 2001). O Laboratório de Física da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, devido à acção de Cyrillo Soares, procurou garantir junto da JEN algum suporte financeiro que viesse a sustentar a actividade dos bolsheiros que, entretanto, regressavam¹⁷. Os primeiros bolsheiros deste laboratório tiveram percursos diferentes: Amorim Ferreira não

¹⁷ Cyrillo Soares, não sendo um investigador, foi um dos raros professores universitários que, na década de 30, soube entender que a investigação em física «exigências que só podem ser satisfeitas por uma organização poderosa e não pelo indivíduo isolado e sem recursos» (Soares, 1937: 13).

prosseguirá na investigação iniciada ¹⁸, enquanto Manuel Valadares virá animadíssimo para continuar a sua actividade de investigador:

[...] voltei com a convicção de que era preciso criar entre nós a investigação científica no domínio da Física. Ela nunca tinha existido entre nós, à parte alguns casos esporádicos realizados mais com objectivo de satisfazer imposições legais do que como consequência de um desejo, de uma necessidade cultural [...] Aqui não havia, de facto, material algum que servisse para trabalhar no domínio onde me especializara, nem quase havia lugar para trabalhar. Eu já vinha, aliás, preparado para me deparar em tal situação e não sofri por isso desânimo algum; era preciso começar-se fosse em que condições fosse: começou-se. Basta dizer-lhe que a primeira instalação que montei foi toda (à exclusão duma velha bobina que tinha sido pertença do colégio de Padres de Campolide...) com material emprestado. Alguns meses depois desta instalação estar a funcionar alguém me sugeria a possibilidade de ir como professor auxiliar para Coimbra; recusei: tinha encetado uma obra e queria levá-la até ao fim. O trabalho foi prosseguindo com o apoio de algumas boas vontades e a hostilidade mais ou menos disfarçada de outros. [In Salgueiro, 1978: 3.]

Mas dedicar-se à investigação era tarefa quase impossível, pois

os vencimentos são parcos e mal permitem viver a não ser na pobreza e na miséria — e não estou a fazer literatura [...] para que um professor consiga

¹⁸ Embora o seu contributo para a investigação em ciências geofísicas e também para a fundação do Serviço Meteorológico Nacional tenha sido de grande relevância.

ganhar razoavelmente precisa de, mesmo na situação de catedrático, aceitar acumulações de regência que o esgotam, sem lhe permitir trabalho produtivo. [Costa, 1934: 24.]

Este é o panorama traçado por um responsável da Junta¹⁹ e a única alternativa existente residia nas bolsas de estudos da JEN, e depois do IAC, que remuneravam parcial ou totalmente estes investigadores, as chamadas bolsas para o País, complementando os seus parcos vencimentos e, neste caso, funcionando como alternativa ao acumular de horas lectivas que não deixavam qualquer tempo livre à investigação; eis as palavras de Valadares:

[...] se em certos períodos o meu ordenado de assistente e a bolsa que o IAC me dava permitiam viver sem preocupações económicas, outros houve em que, reduzido só aos vencimentos da Faculdade, a situação financeira não era de molde a criar o estado de espírito necessário para prosseguir na tarefa encetada. [In Salgueiro, 1978: 4.]

Sob a direcção de Cyrillo Soares, Manuel Valadares vai construir, mesmo em condições francamente adversas, os meios para investigar, recusando-se a ocupar a trincheira «da ausência de condições» e enveredando pela via de, mesmo nessa ausência, haver sempre investigação de qualidade que podia ser praticada. É assim que, entusiasmando uma pequena equipa, publicou, nos *Contes Rendus* da Academia de Ciências de Paris, os resultados da investigação experimental feita no laboratório de Lisboa sobre a risca L do espectro do chumbo, em particular, sobre a existência de uma banda satélite, só então observada, mas já prevista teoricamente (Gil, 1995). Outros bolseiros foram chegando e outros colaboradores foram sendo arregimentados...

¹⁹ Augusto Celestino da Costa, notável histologista, uma das figuras inconformadas com o panorama da investigação científica nacional e que, a partir de 1934, será o presidente da JEN.

A actividade persistente e organizada do Laboratório de Física de Lisboa será coroada de algum êxito quando em 1940 o IAC, em ofício datado de 22 de Fevereiro de 1940, o reconhece como Centro de Estudos de Física, estrutura de investigação congregadora da actividade dos bolseiros então aí «residentes»: Amaro Joaquim Monteiro, Aurélio Marques da Silva, Armando Gibert e Manuel Valadares. No quadro III apresenta-se uma síntese da actividade de investigação deste centro ao longo de dezasseis anos da sua existência (Gibert, 1950).

QUADRO III

| Período | Trabalhos publicados | | | Doutoramentos |
|--------------------|----------------------|-----------|-------|---------------|
| | Rev. nac. | Rev. int. | Total | |
| 1930-1934 | 9 | 6 | 15 | 2 |
| 1935-1938 | 8 | 10 | 18 | 2 |
| 1939-1942 | 16 | 11 | 27 | 1 |
| 1943-1946 | 25 | 5 | 30 | 5 |
| <i>Total</i> | 58 | 32 | 90 | 10 |

Dos números expostos, importa sublinhar que dos cinco doutoramentos referidos no período de 1943-1946, quatro foram realizados com base em trabalho experimental realizado no Centro, orientados por Valadares e Marques da Silva, e o quinto foi alcançado por um bolseiro no Instituto Politécnico de Zurique²⁰.

Com o trabalho de investigação em desenvolvimento e sentindo a dificuldade de publicação em revistas internacionais, devido à guerra que assolava a Europa, a equipa do Centro de Estudos de Física saltou para a criação da *Portugaliae Physica*,

²⁰ Lídia Salgueiro do Laboratório de Física da FCUL, Marieta da Silveira do Laboratório de Química da FCUL, Carlos Braga e José Sarmento do Laboratório de Física da FCUP, Armando Gibert no I. P. Zurique.

que é impressa em Março de 1943. Foi nesta revista, ainda hoje existente, que foram dados a conhecer de uma forma sistemática os resultados obtidos no laboratório da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. O êxito da actividade do Centro, ao concentrar a sua actividade nos estudos de espectrografia dos raios X e de radiações emitidas em transmutações radioactivas, demonstrava a tese defendida por Manuel Valadares:

[...] a experiência no estrangeiro me havia mostrado que o laboratório especializado era aquele que dava maior rendimento, designadamente nos centros que dispunham de reduzidas dotações e de pessoal científico pouco numeroso. [Valadares, 1950: 94.]

Contudo, este laboratório preparava o salto para outra área de acção...

No princípio de Fevereiro de 1942, o Centro de Física de Lisboa anunciava um curso intitulado «Introduction à la théorie des quanta», que seria ministrado pelo físico teórico austríaco Guido Beck, ex-assistente de Heisenberg, que na altura se encontrava como bolseiro do IAC na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Este era o primeiro curso ministrado em Portugal sobre Mecânica Quântica. Alguns matemáticos portugueses já tinham apresentado, em meados da década de 30, trabalhos nesta disciplina no âmbito da Física Matemática, como era o caso de Ruy Luís Gomes (Gomes, 1983), catedrático de Física Matemática da Universidade do Porto, que se deslocara a Lisboa propositadamente para ouvir o físico austríaco. Não obstante a expectativa, as lições de Beck não chegaram a acontecer. Por motivos alheios aos organizadores, Beck foi impedido, devido a directiva do IAC, de dar o seu seminário (Fitas e Videira, 2004: 79). Foi neste ambiente de frustração e prepotência que Ruy Luis Gomes conheceu este físico teórico, que, entretanto e por força das circunstâncias, regressara a Coimbra. Nesta cidade, Beck continuou a trabalhar com o assistente de Mário Silva, José Luís Rodrigues Martins, que, apesar de algumas vicissitudes académicas, terminou com êxito as suas pro-

vas de doutoramento em 1945²¹. Rodrigues Martins, orientado por Beck, foi o primeiro doutorado português em Física Teórica, e, até à década de 60, seria o único.

Já no Porto, semanas após a sua estada em Lisboa, Ruy Luís Gomes convidou Guido Beck para, dentro do recém-criado Centro de Estudos Matemáticos do Porto²², organizar o Seminário de Física Teórica anexo ao Centro de Estudos Matemáticos do Porto. Entre este contacto e o início do Seminário, a 10 de Outubro de 1942, Guido Beck empenhou-se na sua organização. Ficou definido que a direcção do Seminário seria do físico francês Alexandre Proca, mas, porque não fora possível garantir a sua presença nesse Outubro, Beck assegurou a abertura dos trabalhos. Os trabalhos progrediram a bom ritmo, mas o físico austríaco foi forçado a interromper a sua colaboração no final do ano²³. Sem a sua presença, o Seminário sofreu algumas interrupções, embora algumas lições tenham sido asseguradas por um outro discípulo de Beck, Fernandes de Sá²⁴, aguardando-se a chegada de Proca.

Alexandre Proca, acompanhado da família — mulher e filho —, chegou a Portugal e iniciou o trabalho para que fora convidado em Outubro de 1943. O Seminário de Física Teórica na Universidade do Porto passou a funcionar todas as sextas-feiras e reabriu com duas sessões da responsabilidade do próprio Proca:

A primeira teve lugar no dia 29 de Outubro e o Professor Dr. Proca tratou de *Les particules élémentaires* (Position du problème. Méthodes d'ataques.

²¹ Houve muitas dificuldades para arranjar um júri que apreciase a tese de Rodrigues Martins: «Todos se recusavam dizendo que a minha tese não era de Física mas de Matemática» (Fitas e Videira, 2004: 222).

²² Outro centro do IAC nascido oficialmente em Fevereiro de 1942.

²³ Guido Beck abandona Portugal com destino à Argentina em finais de Março de 1943.

²⁴ O segundo orientando de Beck, assistente de Matemática da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, desenvolveu trabalho em Mecânica Quântica Relativista, todavia não chegou a concluir a sua tese de doutoramento (Fitas e Videira, 2004).

Principes fondamentaux des mécaniques nouvelles); a 2.^a sessão realizou-se no dia 5 de Novembro e versou o tema *Rappel de quelques notions fondamentales de Mécanique Ondulatoire*. [Gazeta, 1943.]

Além destas duas sessões iniciais, o director do Seminário clarificou, perante os participantes, os objectivos do mesmo, que se podem sintetizar do seguinte modo:

[...] primeiro, escolha de um tópico, evitando assim a dispersão, reforçando o trabalho colectivo do grupo ou, no mínimo, a interacção entre os diferentes elementos do grupo, todos participam no mesmo tema, todos sabem do que se fala; segundo, desenvolver actividade científica pioneira na Física Teórica, encontrar os problemas novos a estudar, o que seria garantido pelo estudo de memórias «de maneira a fornecer uma base de partida para a elaboração de trabalhos originais»; terceiro, e porque o que se pretende é trabalhar em Física Teórica, o conhecimento dos «resultados de ordem experimental destinados a precisar as bases físicas dos fenómenos de que se estuda a teoria» é fundamental quer para a construção de novos modelos quer para novas pistas experimentais que estes sugiram; quarto, aprofundar o nível de conhecimentos teóricos necessários para atacar os problemas em exame. [Fitas e Videira, 2004: 99.]

Carlos Braga, recém-chegado do Centro de Física da Universidade de Lisboa onde, entre Agosto de 1942 e Dezembro de 1943, fez investigação experimental, sob a direcção de Valadares, participou no Seminário, cabendo-lhe apresentar uma análise dos dados experimentais mais recentes ao tratar o tema «As partículas elementares do ponto de vista experimental». Esta foi a actividade no último trimestre de 1943, mas depressa começaram os sobressaltos: em 31 de Dezembro termina a bolsa do IAC dada a Proca e, a partir de então, ele e a família subsistirão com muitas dificuldades, à custa de uma bolsa da Fundação Rockefeller e de

fundos privados arrançados por Ruy L. Gomes (Fitas e Videira, 2004: 194). Apesar de tudo, o trabalho continuou até ao final do ano lectivo de 1944 e Proca publicará ainda um artigo na *Portugaliae Physica*²⁵. Devido à falta de meios, o físico francês é forçado a abandonar Portugal, o que, devido à impossibilidade da sua substituição, porá em causa, a muito curto prazo, a continuação do Seminário de Física Teórica²⁶. Neste ano de permanência em Portugal, e apesar de todos os percalços, Proca descobre a grande revelação deste seminário, o estudante Soares David, a quem o IAC nega, em 1946, uma bolsa para estudar Física Teórica em Inglaterra (Fitas e Videira, 2004: 103).

5. Algumas considerações finais

Pelo conteúdo do relatório de actividades de 1943 do Centro de Estudos de Física de Lisboa, sabe-se que deste centro faziam parte treze bolseiros, dos quais nove pertenciam ao quadro docente da Faculdade de Ciências, sendo quatro doutorados, e os restantes elementos a outras instituições. Neste relatório, a terminar, escrevia-se:

Seminário de Física — Manteve-se durante o ano de 1943, com bastante regularidade, a prática de efectuar semanalmente sessões em que os investigadores deste laboratório davam notícia da marcha, dificuldades e rendimento dos seus trabalhos, assim como a de outros estudos de particular interesse para a actividade deste Centro.

Nas palavras do seu director, «este laboratório está na realidade a tomar o carácter de um verdadeiro centro de investigação científica, mercê de várias circunstâncias entre as quais o auxílio dado pelo IAC».

²⁵ Alexandre Proca (1944), «Sur un nouveau type d'électron», *Portugaliae Physica*, 1 (2), 59-66.

²⁶ O Seminário terminará efectivamente em 1946.

Uma outra característica evidenciada pelo Centro de Lisboa foi o esforço, mesmo em tempo de guerra, para aproveitar todas as oportunidades no sentido de reatar os contactos internacionais. Já em meados de 1940, o director do Centro oficiava para o IAC a presença de um físico, Sérgio Benedetti, que, pela sua prática e conhecimentos, seria do máximo interesse ser convidado para participar na actividade deste laboratório. Benedetti era um físico que ensinava na Universidade de Pádua e que, pelas leis anti-semitas italianas, fora afastado das suas funções, refugiando-se em França e passando a trabalhar no Laboratório de Joliot-Curie²⁷. Soares tentou interessar o IAC na fixação deste físico no nosso país, contudo, a informação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado não deixava margem para dúvidas: não devia permanecer em Portugal! E assim se perdeu uma colaboração importante que talvez fizesse avançar a investigação da física no País. Beck estava em Coimbra, mas foi em Lisboa que se proporcionou apresentar a sua actividade nas sessões semanais de Seminário; também aqui o IAC vai intervir, mais no sentido de levantar obstáculos do que no sentido de fomentar os contactos. A própria vinda de Alexandre Proca para Portugal já fazia parte dos planos do Centro de Lisboa, para dar os primeiros passos na construção de um grupo em física teórica, que contava, inicialmente, com a prestação singular de um outro bolseiro, Telles Antunes (Fitas e Videira, 2004: 156, 170).

Todas estas ligações dos membros do grupo de Lisboa passavam pelo Laboratório Curie e também eram comuns a Mário Silva, só que os primeiros estavam organizados cientificamente e cuidavam activamente das suas relações internacionais — relembre-se que Armando Gibert, bolseiro em Lisboa, vai em 1942, por indicação de Beck, fazer o doutoramento para Zurique (Fitas e Videira, 2004)...

Foi a existência de matemáticos na escola do Porto, interessados em desenvolver a física teórica e onde se destacava o

²⁷ A ocupação alemã de Paris obrigou-o a fugir, passou por Portugal com o propósito de ir para os Estados Unidos, contando para isso com o apoio do prémio Nobel Arthur Compton.

entusiasmo de Ruy Luís Gomes, que permitiu a organização do Seminário de Física Teórica, iniciando o ensino de matérias que eram uma novidade absoluta em Portugal. O apoio do IAC a esta iniciativa foi fundamental, mas os decisores desta estrutura estavam longe de perceber que rasgar um caminho novo na investigação, num país onde ela não existia, não se compadecia nem com bolsas de três meses... nem com a denegação de bolsas a novos valores que pretendiam completar a sua formação científica no estrangeiro.

As decisões tomadas pelo Conselho de Ministros de Junho de 1947, que ditaram o afastamento da universidade portuguesa, por motivos políticos, das personagens mais importantes que intervieram nas duas últimas cenas apresentadas neste texto, marcaram indelevelmente o futuro da investigação portuguesa em física (e não só) nas décadas seguintes.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BASTOS, Henrique Teixeira (1896), «Raios X de Röntgen», *O Instituto*, XLIII (1), 38-41.
- CARVALHO, Rómulo de (1987), *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Nacionalidade até ao Fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- COIMBRA, Leonardo, «Criacionismo», in Sant'Anna Dionísio (coord.) (1983), *Obras de Leonardo Coimbra*, vol. 1, Porto, Lello & Irmão — Editores.
- COSTA, A. Celestino (1934), *A Junta de Educação Nacional*, Lisboa.
- FITAS, A. J. (2005), «A teoria da relatividade em Portugal (1910-1940)», in Carlos Fiolhais, *Einstein entre Nós — A Recepção de Einstein em Portugal de 1905 a 1955*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 15-42.
- FITAS, A. J., MARCIAL, E., RODRIGUES, M., e NUNES, Fátima (2000), «A filosofia da ciência no Portugal do século XX», in Pedro Calafate (dir.), *História do Pensamento Filosófico Português* (vol. v, tomo II), Lisboa, Editorial Caminho.
- FITAS, Augusto J. S., e VIDEIRA, António A. P. (2004), *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Lisboa, Instituto Piaget.
- FRANÇA, José-Augusto (2006), *José e os Outros*, Lisboa, Editorial Presença.
- Gazeta de Matemática* (1943), Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 17.

- GIBERT, A. (1950), «O centro de estudos de física do Instituto para a Alta Cultura anexo à Faculdade de Ciências de Lisboa», *Gazeta de Física*, II (4), 86-89.
- GIL, Fernando Bragança (1995), «O estudo dos raios X e o início da investigação em física nas universidades portuguesas», in *Gazeta de Física*, 18 (3), 11-17.
- GOMES, Alfredo Pereira, 1983-1984, *Ruy Luís Gomes — In Memoriam, Portugaliae Mathematica*, 42 (4), III-X.
- Junta de Educação Nacional, 1932, *Relatório dos Trabalhos Efectuados em 1930-1931*, Lisboa.
- MAGALHÃES, João de (1906), «O rádio e a radioactividade», *O Instituto*, 53, 309 (esta tese será publicada nesta revista ao longo de 1906 e 1907).
- MARTINS, Décio R. (2005), «Dissertações einsteinianas em Portugal (1911-1930)», in Carlos Fiolhais, *Einstein entre Nós — A Recepção de Einstein em Portugal de 1905 a 1955*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 59-100.
- MONTEIRO, Hernâni (1936), «A Junta de Educação Nacional/sua história; seus fins; suas realizações principais», *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, vol. 20 (4), 246-254.
- NAZARETH, Francisco Martins de Sousa (1915), *Ionização dos Gases em Vaso Fechado*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- (1916), «Sobre um electrómetro de folhas de ouro», *O Instituto*, 63 (1), 4-22.
- PLANS Y FREIRE, José Maria (1921), «Proceso histórico del cálculo diferencial absoluto y su importancia actual», *Actas do 1.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Madrid.
- SALGUEIRO, Lídia (1978), «Vida e obra de Manuel Valadares», *Gazeta de Física*, VI, 2-12.
- SANTIAGO, Maria Raquel C. (2001), *Mário Silva — A Obra de um Professor*, tese de mestrado, Universidade de Évora.
- SILVA, Mário (1957), «Velhas recordações do Laboratório Curie», *Seara Nova*, Janeiro-Abril de 1957.
- SOARES, A. Cyrillo (1937), *Possibilidades de Cooperação Portuguesa na Construção da Física Moderna*, Coimbra, Coimbra Editora, L.^{da}
- VALADARES, Manuel (1950), «O Laboratório de Física da FCL», *Gazeta de Física*, II (4), 93-106.

DAS ARTES PLÁSTICAS E VISUAIS

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA *

Por entre história, balanço e ponto de situação passará este texto de três mil palavras encomendadas. Três posições diferentes a que o autor está habituado por prática de muitas páginas e muitos anos. Reuni-las, porém, como? — que uma coisa é observar o sítio em que se está, outras, calcular os ganhos e perdas havidos e verificar como se passaram no tempo as coisas, e que coisas. Entendendo que verificar, para um historiador, significa *verus facere*, fazer verdade do acontecido, que essa é a sua insolente pretensão.

Se o autor aceitou a encomenda, em vez de pedir o favor de lerem o tanto que tem escrito e falado, nas três posições em questão, foi, crê ele, por curiosidade de ver como poderia sobrepô-las, entre afirmações do dado por certo e interrogações do que esse certo poderá valer, e nesta altura mesmo, em que o século historiável se terminou — como se terminam os séculos, na convenção do tempo continuado, detido apenas falaciosamente para aplicação do astrolábio. Enquanto *la nave va*, com a sua carga tragicómica de criadores e criações, em busca, sempre, de impossível salvação, no século seguinte, com as rupturas que historicamente os significam, no descanso dos historiadores...

Assim o autor olha para o que se sabe (ou ele modestamente sabe) e enfia arquitecturas e architectos, pinturas e pintores, esculturas e escultores, e outras coisas de artes e artistas, redefinindo-se (ou supondo fazê-lo) entre modas, tendências

* Professor catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa, responsável pela institucionalização da História da Arte em Portugal, é autor de vasta obra especializada e de divulgação no seu campo. Colaborador frequente da *Prelo* e do *JL*, foi ainda responsável por títulos importantes da História contemporânea (*Colóquio-Artes*, série *Córnio*).

e necessidades, mercados e reflexões críticas, que a actualidade provoca e acelera. Já um balanço de valores aqui se insinua, e o ponto que se tire ganha nisso esclarecimento. Sem obliterar o facto de estarmos, aqui e agora, no espaço e no tempo que nos cabe e bate à porta. Quanto ao começar o discurso histórico encomendado, haverá que perguntar quando, logo ao princípio do século, ou a seu meio, ou mais tarde — em contas certas, decimais, se possível, que assim se convencionou a História, em décadas duvidosas mas práticas. Fez-se o autor uma especialidade de anos 20 (um tanto também 40 e 60, pares sempre, por gosto), mas tem obrigação de saber que Amadeo e Santa-Rita morreram antes deles, dando à pintura nacional as únicas criações contemporâneas que na sua história contam, durante mais trinta anos.

Entretanto, porém, morreram os três pintores maiores do fim de Oitocentos — Columbano e Malhoa (este mesmo em 1933, no dia em que se inaugurava a Propaganda Nacional do António Ferro) e António Carneiro, autor de um único quadro, mas bastante para o simbolismo e para o Porto, onde devia brotar logo em 1900, e cujo título, *A Vida*, dizia o que devia dizer. Soares dos Reis já se tinha suicidado, no Porto também, por causa dela, em desterro entendida, e a escultura que ficou, de Teixeira Lopes, só serviu para uma *Pátria* de Museu de Artilharia e uma *Verdade* oferecida ao manto da fantasia de Eça de Queirós. Fosse este texto de literatura, assinalaria ele morrer (e em Paris, preferindo a Cidade que ali era às Serras que só matrimonialmente podia conhecer), no mesmo ano d'*A Vida* — que para mais, em Portugal, não podia dar. Em arquitectura, sim, todavia, por vias de «casa portuguesa» de Raul Lino, e das que o cosmopolitismo parisiense de Ventura Terra podia oferecer, em termos republicanos de Parque da Liberdade, ao cimo da avenida do mesmo nome e de pouquíssimo uso arquitectónico, ou só no n.º 214 de Norte Júnior, em 1915, com *bow windows* de luxo, dignas do monumento ao marquês de Pombal — que levou quarenta e cinco anos a ter primeira pedra republicana e mais seis a ser inaugurado, de má vontade, em Estado Novo. Foi em 1934 e com uma qualidade oitocentista única na capital do País que ia conhecer outro destino, após a morte de Columbano, que deixou em «passos perdidos» do Parlamento um desencantado testamento da

história pátria. Como se assim respondesse à imagem que um Nuno Gonçalves, quatrocentos e cinquenta anos atrás, propusera à mesma (ou outra) pátria, e que era então objecto de ferocíssima discussão — com a qual já foi dito que (na sua irreabilidade) se terminava o século xx nacional. E que, sobretudo, foi ponto de partida para a original criação poética de um jovem pintor e escritor, Almada Negreiros, que sobrevivera aos seus companheiros de «primeira geração». O que dela em 1925 restava, viu-se nas paredes d'A Brasileira do Chiado e do Bristol, com Barradas e Viana (e António Soares) e o próprio Almada a retratar-se no café em *José e os Outros* desses anos, e em romance também, que só podia intitular-se *Nome de Guerra* como era (e se permite o autor dizer, fora do seu texto). Mas também o Stuart d'O *Sempre Fixe* então também aparecido, vinte anos depois da morte de Rafael Bordalo e do seu último jornal que em *Paródia* virara o século, para sempre ou nunca mais — nos cinquenta anos de atemporalidade que iam tombar sobre o País, com o *Zé Povinho* amordaçado. Ele que nasceria exacto contemporâneo do *Desterrado* portuense, entre as duas cidades do reino. Facto que já foi assinalado.

A arquitectura deu, por essa altura de 1925 (o projecto, seis anos depois a inauguração), a primeira construção «modernista», no Cinema Capitólio, de Cristino da Silva, quando os cinemas da nova religião social tinham acabado de dar, no Tivoli, de Raul Lino, um edifício o mais clássico possível, como se supunha convir à Avenida da Liberdade — antes que, dez anos mais tarde, o mais original dos arquitectos de então, Cassiano Branco, nela fizesse edificar metade do Hotel Vitória e o Cine-teatro Éden, com o projecto diminuído também. Pouco depois (ou ao mesmo tempo), Pardal Monteiro desenharia corajosamente ali a sede do *Diário de Notícias* e, longe, a primeira igreja moderna de Lisboa, dedicada, não sem polémica, a Nossa Senhora de Fátima. Quando a cidade havia de crescer para nordeste, nos sítios do Areeiro e de Alvalade — com bairros de nova burguesia e uma praça que seria a quarta da cidade, depois do Rossio medieval, do Terreiro do Paço pombalino e da Rotunda fontista, e era a que Salazar justamente pretendeu.

A Praça do Areeiro terminou, na verdade, o processo urbanístico que Duarte Pacheco iniciara no complexo do Instituto Superior Técnico, ao Arco do Cego, desde 1925 e ao longo dos

anos 30 — e que havia de ter coroamento ideológico na magna realização da Exposição do Mundo Português, em 1940. Contradição da história do outro mundo que Portugal marginalizava, ela foi necessariamente devida a Salazar, seu programador, a Duarte Pacheco, a Cottinelli Telmo e a Cristino da Silva, sobretudo, com pinturas de toda a gente disponível (e muito de Almada Negreiros, já decorador de Fátima e do *Notícias*) e esculturas principais de Leopoldo Almeida e Canto da Maia — quando o melhor artista da especialidade era Francisco Franco, desde a estátua de *Gonçalves Zarco*, em 1927, e a de *Salazar*, em 1937, até à equestre de *D. João IV*, em 1940. Outro sendo Barata Feyo com as estátuas de *Herculano*, *Garrett* e *Antero*, de 1945-1946, ou de *Bartolomeu Dias*, de 1952, e, equestre também, de *D. João VI*, de 1965. Ou, mais novo, António Duarte, com o *D. Pedro I* de Cascais, em 1965 também.

Entretanto a pintura beneficiara do «segundo modernismo» trazido à cena em 1930 na Exposição dos Independentes e que Ferro animara oficiosamente no seu SPN/SNI, onde Mário Eloy, Carlos Botelho, Bernardo Marques e Sarah Affonso foram justamente premiados, nunca Júlio — tarde de mais para José Tagarro ou Dominguez Alvarez, mas não para Almada Negreiros, que outra coisa provou ser, nos frescos das gares marítimas, entre 1946 e 1949.

Nesse ponto a história da pintura portuguesa se detém, por qualidade, originalidade e significado estético e poético das obras, a primeira série virada para o recente passado estilístico decorativo e formalista e folclórico de Almada, a segunda, de releitura cubista, para o seu sentimento lisboeta de tipos e cenas — até à cena maior dos *Emigrantes*. Que pode e deve ser entendida como uma outra resposta a Nuno Gonçalves, ómega da aventura marítima no século xv iniciada — como já foi também escrito.

Nesta cena triste, a crítica social coeva do neo-realismo tem a sua mais inteligente expressão, mais do que aquela que a ele viera, inocentemente, de Mexicanos e Portinari, por via do grande talento de J. Pomar, no famigerado *Almoço do Trolha*, de 1947, e com o apoio das Exposições Gerais de Artes Plásticas, de declarado compromisso político, durante dez anos até 1956, e que sofreram apreensão de quadros da PIDE. Ao mesmo tempo, porém, outra linha de revolta se definia com o surrealismo — anunciado

por António Pedro e António Dacosta, em 1940, contra a Exposição do Mundo Português ainda aberta, com uma exposição de dramática consciência poética e histórica. Como já foi apontado.

Vespeira, Azevedo e Moniz Pereira expuseram escandalosamente em grupo, em 1949, e, com mais definitivas consequências, Vespeira e Azevedo com Fernando Lemos, em 1952 — entrada em cena do abstraccionismo, com suas polémicas, em termos expressionistas e líricos, ou gestuais, de Vasco Costa, ou geométricos, no rigor poético de Fernando Lanhas, a que Eduardo Nery viria a acrescentar valores lúdicos.

Mas, ao fim das Gerais, um acontecimento exterior interveio na vida portuguesa, «milagre sociológico», como foi dito, com incidência particular na vida artística, e foi a Fundação Gulbenkian, com o seu museu, as suas bolsas, as exposições internacionais que trouxe — e as duas que organizou, abrindo o panorama lisboeta a uma inesperada consideração social, entre 1957 e 1961. Ao fim da década, a inauguração da sua sede (Cid. Atouguia, Pessoa) marcou o ponto de chegada do modernismo na arquitectura nacional — enquanto a Igreja do Sagrado Coração de Jesus (Teotónio, Portas) marcava um ponto de partida para nova criação estética. Já foi escrito também, como escrito ficou que, numa parede da Fundação, Almada Negreiros, em 1969, gravou o seu testamento poético, *sub specie* geométrica, no desenho de *Começar* — obra-prima do que estava sendo no mundo a «arte conceptual», em inédita assunção nacional...

Outras artes, *pop*, *op*, *mini* e mais vagas expressionistas, em fronteiras abertas de Paris (grupo KKY) e Porto (grupo Quatro Vintes) se sucederam e concorreram, com variadas necessidades de criação, desde 1970, e com expressão maior na exposição da Alternativa Zero, realizada em Lisboa em 1977 (Ernesto de Sousa). «Zero» porque outra não havia, como foi escrito — caíra já há três anos o regime salazarista. Sem que consequências estruturais se verificassem na criação artística nacional que disso tivessem realmente dependido — a não ser uma liberdade crítica de temas, sem aproveitamento poético maior, ou fundamental.

Joaquim Rodrigo, com a sua invenção *pop* de rigorosa proposta pictural, e Noronha da Costa, com o seu discurso metafísico de espaços e tempos, marcaram esses (ou estes) anos a caminho do fim do século, que viram provar-se as carreiras

paralelas de J. Resende e J. Pomar em «semelhante categoria 'académica', positivamente encarada na exposição formal dos seus discursos estéticos» (escreveu-se).

A. Sena, J. Martins ou M. Batista determinaram uma geração chegada também a plena maturidade, a par de Paula Rego e de Graça Morais, nas suas exigências de um discurso figurativo obsessivo, feito, um, de leituras e, outro, de raízes de terra, quando José Guimarães se entrega a outra violência formal, feita de carne e sexo, capaz de todas as invenções plásticas, e Cruz Filipe se fixa em evocações românticas de imagens recompostas. Ou, renovando-se incessantemente, através de investigações formais originais, Fernando Lemos (creditado subitamente de um renome internacional pelas suas «fotografias subjectivas» de 1950) e, de uma lenta ressituação figurativa, Nikias Skapinakis — ambos na busca de mitologias possíveis para os tempos que correm, com a ironia inestimável que lhes compete. E que Álvaro Lapa explorou, em impossível tragédia pessoal.

Enquanto J. Cutileiro, entre o seu *D. Sebastião* de Lagos, em 1970, que reinventou a escultura portuguesa em termos comemorativos de História (ou re-História), e a gostosa e brincada sensualidade dos seus nus, produz a arte material que a pedra lhe dá sem enganar. José Aurélio ou P. Croft são outros raros escultores, como Ana Vidigal ou Pedro Calapês são, na sua invenção formal, outros raros pintores, e Cabrita Reis, depois de Ana Vieira e de Câmara Pereira, outro raro encenador de espectaculares composições de coisas e espaços. Com mais toda a obra caricatural de João Abel Manta, que, nos anos 70, renovou o que no início do século ficámos devendo a Rafael Bordalo.

Enquanto na arquitectura se chegou à «terceira geração», que, depois de F. Távora e Teotónio Pereira (e já Keil do Amaral e Viana de Lima, Januário Godinho e Arménio Losa ou Frederico George e R. Atouguia ou G. Byrne e Arsénio Cordeiro ou Vítor Figueiredo e Costa Cabral ou Formosinho Sanches e J. Andresen) e antes de Souto de Moura e Graça Dias ou Carrilho da Graça e Soutinho, se polariza em Siza Vieira e Tomás Taveira — na sua variedade clássica e na sua invenção pós-modernista, numa polémica que os anos finais do século definem tanto quanto possível internacionalmente.

Chegou assim a altura do balanço secular do proposto que pela história fora se fez. Contas positivas de saldo — que

se terminaram no Centro Cultural de Belém e na magna Exposição Internacional de 1998, entregues, por concurso, a V. Gregotti e (entre outros) a Vassalo Rosa, em ambos os casos com a colaboração de M. Salgado. E nos dois casos Lisboa adquiriu, para a sua estrutura urbanística, uma renovada dimensão histórica em relação ao Tejo — entre pontes e metro.

Isso se impõe à cidade, e lhe basta como razão física e moral da sua história que importa contar, com os conteúdos que foi tendo, intelectuais e sensíveis, artísticos, políticos e económicos — culturais, em suma.

Os pontos altos do saldo considerado ao longo do século passado? Na pergunta que agora se ponha tem lugar o comedimento — que mais séculos não caberiam aqui — e ainda menos os do futuro, que dele há de ou tem que ser a História que façamos e nos faça a nós, na verdade da nossa existência transitória... Os cálculos propostos são, naturalmente, de opinião e não de autoridade. Assim o autor (porque lho perguntaram) menciona os derradeiros seis quadros de Amadeo, de 1916, os quadros d'A Brasileira de José Almada e os outros, de 1925, a Exposição do Mundo Português, em 1940, os frescos de Almada na Gare Marítima da Rocha, de 1949, a exposição Azevedo-Lemos-Vespeira em 1952, a Fundação Gulbenkian enquanto tal, de 1960, a composição *Começar* de Almada Negreiros, de 1969, o *D. Sebastião* de Cutileiro, de 1970, a obra de Joaquim Rodrigo e de Noronha da Costa nos anos 60 e 70, a exposição Alternativa Zero, em 1977. Tudo coisas, e só essas, em arte, sem as quais o Portugal do século xx não teria sido o que foi.

Que mais, depois, ou algo mais, nos vinte anos seguintes? Muita coisa mediana, decerto, que deve constituir o corpo significativo de todas as culturas que sem ele não existem, em substância. Nele cabe necessariamente a acção dos museus com seus programas incertos ou duvidosos, no Chiado, na Gulbenkian, no Centro Cultural de Belém ou em Serralves, ou, mais modestamente, mas acertadamente, em Almada ou em Tomar (onde se contam já, a quatro por ano, regularmente, vinte e cinco exposições — Almada, Pedro, Dacosta, Júlio, Vespeira, Azevedo, Lemos, Calvet, Nery, Guimarães, etc., etc.), e as exposições históricas que se façam (os anos 40, em 1982, a exposição do século xix, em Paris e na Ajuda, em 1987, a

exposição do Surrealismo, em 2001), os prêmios que se instituíam (e, sobre todos, os da AICA, de artes plásticas e de arquitectura, anualmente, desde 1981), os livros que se publicaram, desde o *Dicionário da Pintura*, editado de 1959 a 1973, a uma *História da Arte Ocidental* dos séculos XIX e XX, que me foi possível escrever, em 1987, e a uma *História da Arte em Portugal* (6 vols., Presença, 2001-2004), da responsabilidade de três especialistas, segundo as épocas, e o ensino estruturado que se ministrou, desde 1976, na Universidade Nova de Lisboa, em *História da Arte*, e dos jornais e revistas que houve, desde o *Horizonte*, de 1946, à *Colóquio-Artes*, lançada pela Fundação Gulbenkian em 1959 e sabordada em 1996 (com grave prejuízo de uma presença cultural portuguesa no mundo ocidental), e da crítica que se fez e faz com a responsabilidade da Association Internationale des Critiques d'Art — a que foi possível dar um presidente português, nos anos 80. Mas, também, num mercado sempre aleatório (com uma pequena aventura em 1952-1954, na pioneira Galeria de Março, e a referência da Galeria 111, em quarenta anos de trabalho de M. de Brito), as colecções que se tenham formado, dele, de M. Vinhas, de J. de Brito, de J. Berardo — com destino duvidoso ou incerto, que sobre a Fundação Vieira da Silva neste mesmo momento impende.

Passou-se assim da história ao balanço, e até a este ponto da situação em que nos encontramos. Restará então repetir o que muito recentemente o autor escreveu: que «não podem satisfazer inteiramente (em que percentagem, perguntar-se-á mais tarde) os novos artistas o sentido das últimas décadas em questão [...] — mas certo é que a novidade organizacional da sua actuação deve ser aqui especialmente considerada, na *courte durée* em que nos movemos». Porque, na «crise semântica» que a arte ocidental atravessa, entre modas, tendências e mercados — não pode ser esquecido que «a pintura/escultura/etc. é também um comércio» (A. Malraux, por perífrase).

Mas, e por uma vez, originalmente, este texto pedido sobre artes visuais inclui nelas, por o ser, o cinema. E o autor, que por ele há muitos anos anda também, e em doses maciças, deve dar-se ao prazer de sobre ele divagar opinião, em apêndice, ao menos.

Em Fevereiro de 2006, o *JL* realizou um inquérito sobre os melhores filmes portugueses desde 1980, deixando para trás da memória do autor muitos outros, anos e filmes, desde (que se lembre bem, no devido tempo de espectador) *A Severa*, de Leitão de Barros, acontecimento social que foi em 1931; ainda recentemente o reviu (na Cinemateca, que é seu sítio habitual em Lisboa) e o apreciou, com todas as qualidades e defeitos que teve e continua a ter. Ele faz parte da história do nosso cinema possível, como a *Maria do Mar* e os vários *Pátios das Cantigas*, numa popularidade que tinha a sua razão de ser divertimento sem compensação. *A Canção da Terra*, de Brun do Canto, foi em 1938 uma breve esperança de intelectuais sem sentido real, e o *Aniki Bó-Bó* um milagre — que se lembra o autor de ter aplaudido de pé, na estreia do *Éden*, dez anos depois d'*A Severa*, contra toda uma plateia a patear furiosamente; e mais o autor tem a satisfação de o ter apresentado nos *Cahiers du Cinéma*, vinte anos mais tarde...

Dos vinte e oito filmes mais votados no inquérito do jornal, é verdade que o autor só viu dez, e mais cinco que recolheram votos também; mas não o preferido *Noite Escura*, de João Canijo, de 2004 — e disso pede desculpa. Tivesse ele votado, teria feito subir *Francisca*, de Manoel de Oliveira, e *Recordações da Casa Amarela*, de João César Monteiro, ambos já em 2.º lugar, a *ex aequo* do 1.º, de que só um voto os separou. Com isso prestaria ele homenagem a dois raros casos de criação pessoal, em toda a história do cinema nacional.

Dele não há, por enquanto, uma *História*, mas felizmente um utilíssimo *Dicionário Cronológico*, de João Mário Grilo (2.ª ed., 2005) — que bom seria haver também para as outras artes, visuais ou não.

Nela, porém, a título de balanço, sempre tem dito o autor que os dois filmes que prefere, com data mais antiga, são o *Belarmino*, de Fernando Lopes, de 1964, e, de Manoel de Oliveira, *Os Canibais*, de 1988, com música de João Pais — e ambos os autores amistosamente o sabem...

Belarmino é uma Lisboa que, essencialmente, mudou menos do que pode parecer, miserável e chunga, que vem de Fialho e de Raul Brandão, sem tempo de história nem de salvação, e que só o Fernando podia entender assim... Teve o

autor a ideia de mostrar, há anos, o filme a Edgar Morin, como imagem da cidade que ele visitava, buscando-lhe o sentido real-irreal que todas as cidades escondidamente têm, em sua mais autêntica poesia. E nisso ficou o sociólogo servido, e nós com ele, nesta obra única. Como única também é a incrível história que o Manoel tirou de Álvaro Carvalho, numa leitura absurda de cómico absoluto, de quem não tem nada que provar, depois do que fez e havia ainda de fazer — como, por exemplo, esta *Francisca* camiliana, ou o *Vale Abraão* bessiano, em 1981 e em 1993, ou, já em 2001, o *Vou para Casa*, só para pôr o Picolli a mirar, durante minutos e minutos, um par de sapatos novos... Tal pode ser o ponto de actualidade.

Mas poderia ainda o autor listar aqui outros filmes, como *Ana*, de António Reis e Margarida Cordeiro (que teve o gosto de apresentar em Paris, em 1984), com a sua verdade telúrica, ou como *O Processo do Rei*, de João Mário Grilo, de 1990, que é, muito provavelmente, o único filme histórico português, ou como *Os Verdes Anos*, de Paulo Rocha, de 1963, que teria sido sinal de «nova vaga» se a houvesse, ou o *Dom Roberto*, de Ernesto de Sousa, de 1962, que teria sido neo-realista e lírico, se possibilidade disso tivesse havido, ou *Capitães de Abril*, de Maria de Medeiros, de 2000, que foi, no seu difícil caso, o melhor que podia ingenuamente ser. Ou então *A Canção de Lisboa*, de Cottinelli (que já era o mais inteligente dos arquitectos da sua geração; foi dito), de 1933, que, além de ser de Lisboa, da Beatriz e do Vasco, tem, em sequência cinematográfica, aquela prodigiosa travessia da cidade, em corrida desalmada, dos Castelinhos à Faculdade do Campo de Santana, do estudante Vasco esfalfado...

Coisa única — que «o cinema é também uma indústria» (A. Malraux).

BIBLIOGRAFIA RECENTE

- FRANÇA, José-Augusto, *O Modernismo (Século XX)*, vol. 6 de *História da Arte em Portugal* (Ed. Presença, Lisboa, 2004).
- GRILO, João Mário, *Dicionário Cronológico do Cinema Português* (2.ª ed., 2005).
- JL, *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, de 1-14 de Fevereiro de 2006, «Diversos — 25 anos, 25 filmes».

ARQUITECTURA E URBANISMO NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

As cidades e a arquitectura no século xx português

JOSÉ MANUEL FERNANDES *

Este texto, resultante da junção e síntese de estudos e trabalhos vários, organiza-se do seguinte modo: com uma introdução, na qual se procura problematizar questões recentes, dentro da realidade mais geral e ampla da arquitectura e do urbanismo em Portugal (duas áreas que entendemos indissociáveis); e com uma sequência, organizada e cronológica, dos principais temas, obras e autores que povoaram o século xx português, bem como já os inícios do actual.

Nesta segunda parte do texto, será mais desenvolvida a parte referente ao derradeiro quartel do século xx, uma vez que, tendo-o vivenciado pessoal e profissionalmente, nele encontramos muitas explicações para melhor entender questões e problemas da nossa arquitectura actual.

Um compromisso portanto entre uma visão «histórica» da arquitectura portuguesa dos últimos cem anos, e o levantar das maiores questões hoje presentes — eis uma «chave» simples para melhor entender este texto.

* Nasceu em Lisboa em 1953. Arquitecto pela Escola de Belas-Artes de Lisboa, 1977. Doutorado em História de Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 1993, onde foi professor agregado em 1999. Director do Departamento de Arquitectura da Universidade Autónoma de Lisboa em 1998-2000, Director do Instituto de Arte Contemporânea do Ministério da Cultura em 2001-2003. Investiga, escreve e publica regularmente sobre temas de arquitectura e urbanismo. Das obras mais recentes destaca-se *Arquitectos do Século XX*, Lisboa, 2006.

Reflexão introdutória: alguns temas e problemas

Falar da arquitectura do «tempo presente» em Portugal — que num campo como este pode referir-se às últimas décadas, dada a morosidade do processo de concepção-construção da obra arquitectural — pode levar a uma leitura mais enumerativa, baseada na reflexão sobre as grandes obras, os grandes temas, as efemérides e os acontecimentos realizados e acontecidos. A pouca distância «histórica» a isso aconselharia.

Seria então, nesta óptica, de mencionar, no contexto de um processo de modernização e de urbanização no quadro da União Europeia, os vastos programas equipamentais realizados — com relevo para as novas instalações universitárias de várias das nossas principais cidades e para os novos pólos de «cultura urbana» como o Centro Cultural de Belém, Serralves ou a Culturgest — e também, no contexto da crescente internacionalização da nossa cultura urbana e arquitectónica, de chamar a atenção para os acontecimentos internacionais, como a Lisboa 94, o «fenómeno» Expo 98, o Porto 2001. Seria ainda, no quadro de uma cultura moderna de raiz portuguesa, ocasião para referir a obra de confirmação e até de consagração dos alguns autores mais notáveis no quadro nacional, com projecção além-fronteiras, como Siza Vieira, Souto de Moura, Carrilho da Graça, Gonçalo Byrne, Paulo dos Santos, a dupla Graça Dias/Egas Vieira.

Finalmente, ainda seria possível, num contexto de produção geograficamente alargada, afirmar a permanência do lado «diáspora» da arquitectura portuguesa: com a afirmação da nova arquitectura de Macau ao longo de toda a década de 1990 e já nos primeiros anos do século XXI (com Manuel Vicente, Bruno Soares/Irene Ó, entre vários); também, ainda que timidamente, em Timor Leste (com os projectos de Pedro Reis); e até, nas ilhas atlânticas, do despontar de autores e obras insulares (os casos de Paulo Gouveia, Paulo David ou João Favila). É igualmente, em termos geracionais, seria possível constatar a emergência de uma geração mais recente, com evidente frescura e qualificação projectual, como Inês Lobo, Manuel e Francisco Aires Mateus, Ricardo Gordon e Carlos Lúcio, Nuno e José Mateus/ARX, Cristina Guedes e Francisco Campos, José Adrião e Pedro Pacheco, João Mendes Ribeiro, entre muitos outros.

Internacionalizada, moderna, qualificada, renovada e com personalidade própria: eis como surgiria portanto a arquitectura actual, de raiz portuguesa, a quem a visse, mais desprevenido, partindo apenas dos seus sinais de prestígio institucional, em exposições com autores e obras seleccionados, nas mostras consagradoras de Veneza e de São Paulo, nas obras bibliográficas de estudo e divulgação.

Mas «arquitectura» deve ser também o espaço de todos nós, o do contexto do quotidiano das casas, dos espaços das cidades e do território nacional. E deveria ser igualmente o mundo do nosso urbanismo, ou seja, do espaço colectivo pensado ou planeado para a comunidade vivente neste «torrão» à beira-Atlântico. E deveria ser arquitectura, igualmente, a resultante material e física, dominante, do espaço desenhado e edificado pela imensa maioria dos «não-autores», passando pelo desenhador, pelo engenheiro e pelo construtor anónimo das cidades e dos prédios, até ao *designer*, ao arquitecto e ao urbanista. Ou não será assim? E, há que o dizer abertamente, as coisas nestes domínios ou têm ido mal ou vão de modo preocupante.

Deste modo, neste difícil e árduo contexto dos iniciais anos do século XXI, à partida desencantado, centro-me agora em algumas questões em aberto e em problemas de fundo por resolver. Invocarei assim três problemas persistentes e graves do nosso meio arquitectónico — três «maleitas», se quisermos glosar o mestre Keil do Amaral:

- A discrepância evidente e chocante entre o indiscutível valor da arquitectura concebida e produzida por uma certa elite erudita e urbana, reconhecível nas suas manifestações culturais e institucionais, de dimensão internacional, e a imensa e dominante arquitectura sem qualidade, que vai lenta mas inexoravelmente edificando as construções dos bairros novos dos velhos aglomerados, as extensões urbanas e industriais, os subúrbios de «má morte»;
- A discutível qualidade, orientação e valor do ensino da arquitectura em Portugal: a sua dificulda-

de de qualificação, de orientação, de fundamentação técnica, transdisciplinar e cultural, e a consequentemente complexa e problemática futura inserção profissional do jovem formado;

- A clara dificuldade dos agentes edificadores em dar qualidade arquitectónica e urbana às nossas cidades — num processo de urbanização que evoluiu muito rapidamente por todo o País, e que colocou em cena novos paradigmas e maneiras de conceber e usar a cidade, nem sempre do modo mais legítimo e compreensível.

Vamos tecer portanto algumas reflexões, simples e elementares, sobre estes aspectos.

O primeiro ponto exprime, apesar de tudo, um sinal de esperança: se há hoje um claro desfasamento entre a existência de arquitectos qualificados, com a sua linguagem correcta e bela, e uma imensa arquitectura dominante sem qualidade, «geradora de feio», ou seja, uma vasta construção-sem-ser-arquitectura, já é bom que haja um padrão de valor, embora minoritário, para o processo edificatório.

Do que se trata agora é de encetar e insistir num amplo processo de democratização e aplicabilidade do saber técnico e artístico da arquitectura no quadro da sociedade, permitindo e criando as condições para a sua aplicação aos diferentes campos da construção, sejam equipamentos, sejam prédios de habitação, planos de cidades ou mobiliário urbano.

É que este problema do desfasamento entre uma elite culta, produtora de boa mas pouca arquitectura, e uma vasta camada de brutalidades construtivas, não é senão espelho do País actual: em vinte e cinco anos de processo democrático, não se conseguiu ainda tecer e consolidar um «edifício sólido» e generalizado de produzir a arquitectura.

E esta batalha, apenas iniciada, passa por uma coragem na alteração do campo legislativo (autorizando, de modo gradual, apenas aos arquitectos o exercício da arquitectura), do quadro institucional (permitindo mais poder de decisão local e central aos técnicos arquitectos, aptos para os campos urbanístico e arquitectónico), aparentemente sempre adiada. Na com-

plementaridade com estas mudanças, há que favorecer os saberes transversais, entre diferentes áreas disciplinares — o que anteriormente se designava por «trabalho de equipa», que encontra por certo no arquitecto uma espécie de «mediador-humanista», que está preparado como poucos para articular as diferentes áreas de especialidade no campo da construção.

O campo e o problema do ensino de arquitectura em Portugal relacionam-se amplamente com o que atrás se disse — mas constitui, pelas suas características e dimensão, uma questão autónoma e singular.

Em trinta anos, o acesso à formação de arquitecto não só se generalizou amplamente por todo o País (havia duas escolas em 1975, hoje há mais de vinte), como se diversificou nos tipos de formação especializada, havendo actualmente ofertas de cursos generalistas, mas também de cursos de gestão e planeamento urbanístico, de interiores, artes e decoração, de formações em arquitectura de pendor mais tecnológico, mais teoricista, mais sociologista, etc. Mas este processo de expansão foi demasiado atribulado, desgovernado, desigual, para que pudesse dar resultados sempre qualificadores. E os processos de educação e de formação, em crise profunda em todas as frentes do saber, também povoam com dificuldades a área da aprendizagem da arquitectura.

Assim, dois grandes tipos de questões se levantam ao ensino da nossa área: o assegurar da sua qualidade mínima (como garantir a aprendizagem mais correcta num país onde, segundo as estatísticas publicadas, entre os actuais 10 000 estudantes de Arquitectura, 25% são alunos de uma única escola, que tem um ensino claramente massificado, com centenas de alunos só no 1.º ano?); e o orientar, da maneira mais ajustada à sociedade portuguesa, em permanente e acelerado processo de evolução, das formações mais adequadas e ajustadas a essa realidade em mudança.

A resposta, ou melhor, o caminho mais certo e serenamente adequado, só pode estar na qualificação das aprendizagens, em detrimento da quantidade de formandos, e na paralela construção de espaços de ensino apetrechados, com a correspondente consolidação de um corpo docente que garanta acompanhamento e formação personalizada — tanto mais num

campo tão «humanizador» como se pretende seja o da arquitectura. Finalmente, estará o futuro desta aprendizagem também na capacidade de cada escola se saber internacionalizar, conseqüentemente, «abrir», diversificar e personalizar, orientando a sua proposta de ensino no caminho, diverso do das outras congêneres, que os seus programas, a formação orientada dos seus docentes e o seu espaço de trabalho e contexto ditarem.

Só este tipo de orientações, concatenadas entre si, permitirão a articulação da escola com os seus pares pedagógicos, de dimensão internacional, incluindo a possibilidade de uma pós-formação aberta e actualizada, com a aprendizagem prática e oficial essencial, com a ligação estratégica ao meio social e cultural envolvente e com a capacidade de diversificar e renovar as formações — aspectos estes que dão sentido ao que pode e deve ser, hoje, uma escola de arquitectura.

A qualidade da paisagem que hoje edifica e dá forma às cidades é outro problema grave. Se considerarmos que a aprendizagem da cidadania, ou seja, do viver cívica e colectivamente, de modo adequado, os ambientes urbanos que a época moderna permite e oferece, anda a par com a aprendizagem de uma cultura e prática urbanas, concluímos facilmente que a instituição da vivência humanizada, democrática e ecológico-sustentada das cidades é uma das grandes tarefas e dificuldades do tempo actual.

Os subúrbios, anátema do século recém-passado, persistem ainda, um pouco por toda a urbe lusitana, como uma «resultante tardia» de anteriores processos de «fabricar» vida colectiva degradada — e ainda são infelizmente padrão orientador de muitos municípios que vivem do rendimento dado pelas autorizações para a construção e para a urbanização mais ou menos desenfreadas.

Só a intervenção com uma visão informada, e logo estratégica e integradora, quer nos centros das cidades quer nas suas áreas de expansão, poderá afirmar um caminho francamente com futuro para a cidade portuguesa. E para isso, há que concatenar esforços e energias, entre poderes locais e municipais e a acção central-estatal — sem preconceitos, complexos ou medos inúteis.

Os espaços criados ou recuperados pela Lisboa 94, pela Expo 98, pelo Porto 2001 e mais recentemente pelos vários Programas «Polis» são o sinal — mas ainda com muitas insuficiências e erros — de um caminho novo, sem dúvida a trilhar com coragem e determinação. Pela arquitectura e pela cidade portuguesa, ou seja, no nosso contexto.

Uma breve síntese histórica, de 1900 a 1975

Provindo do século XIX, o eclectismo prolongou-se pelo primeiro quartel do século XX, entre obras da «arquitectura do ferro» (elevador de Santa Justa, por Mesnier du Ponsard, de 1900-1902) e palacetes e edifícios de habitação, com decoração arte nova, por arquitectos notáveis como Ventura Terra (casa na Rua Alexandre Herculano, de 1903) e Norte Júnior (prédio na Avenida da Liberdade, de 1915-1916), que preencheram as vastas áreas de expansão urbana de Lisboa, as Avenidas, planeadas por Ressano Garcia entre 1879 e 1910. Sem esquecer, em paralelo, a obra de Marques da Silva no Porto.

O movimento da «Casa Portuguesa», significativo entre 1890 e 1920, foi encabeçado por Raul Lino e procurou reactivamente criar uma arquitectura mais ligada aos valores vernáculos e à paisagem (Casa do Cipreste, Sintra, de 1907-1913).

Nos anos de 1920-1930 afirmou-se a tendência do Modernismo, com a nova tecnologia do betão armado e um gosto *art déco* simplificado. Percursoras foram a garagem do *Comércio do Porto* (por Rogério de Azevedo, de 1928-1932) e a sala de espectáculos do Capitólio em Lisboa (por Cristino da Silva, de 1925-1929).

A ditadura política do Estado Novo, afirmada desde 1926, correspondeu a uma política de obras públicas encabeçada pelo ministro Duarte Pacheco (1932-1943), que apoiou a geração dos arquitectos modernistas, numa primeira fase, com edificações funcionalistas e puristas, sobretudo em Lisboa: Pardal Monteiro (Instituto Superior Técnico, de 1927-1941); Cassiano Branco (este com programas apenas da iniciativa privada, como o Cinema Éden, de 1933, e o Hotel Vitória, de 1934-1936), Carlos Ramos (Pavilhão de Oncologia, de 1927-1933), Jorge Segurado (Casa da Moeda, de 1933-1941), entre outros.

Depois da Exposição do Mundo Português (Belém, 1940), uma tendência conservadora, nacionalista e neo-historicista (o chamado «Português Suave») acompanhou os anos da guerra, prolongando-se até meados dos anos de 1950, com obras emblemáticas como a Praça do Areeiro (por Cristino da Silva, de 1938-1953) ou os inúmeros «Palácios de Justiça».

A arquitectura moderna reconsolidou-se entre 1955 e 1965, quer em planos de urbanização modernizantes (Alvalade e Encosta do Restelo, em Lisboa, por Faria da Costa, 1945-1960) quer seguindo as regras urbanísticas e arquitectónicas da «Carta de Atenas» (Olivais Sul, Lisboa, por Rafael Botelho e Carlos Duarte, 1959-1964). Uma geração inovadora e arrojadada afirmou-se então, quer no Portugal ibérico, com Keil do Amaral (Feira das Indústrias, Lisboa, de 1952-1957), Arménio Losa (edifício na Rua de Ceuta, Porto, de 1950-1955), Fernando Távora (Mercado de Vila da Feira, de 1952-1959), Teotónio Pereira (bloco das Águas Livres, Lisboa, de 1953-1955) e Conceição Silva (Hotel do Mar, Sesimbra, de 1957-1963), entre vários — quer nas ilhas atlânticas (Chorão Ramalho, conjunto das Caixas de Previdência do Funchal, Madeira, de 1960-1969), em África (Vieira da Costa, Mercado Quinaxixe, em Luanda, Angola, de 1950-1953; Amâncio Guedes, edifício do Leão que Ri, Maputo, Moçambique, de 1954-1955) e Macau (Manuel Vicente, Orfanato Helen Liang, de 1963-1964).

A transição dos anos 1960-1970, entre a guerra colonial e o 25 de Abril, assistiu a um crescimento económico e ao incremento da construção, com relevo para os grandes conjuntos da habitação social, o turismo no Algarve e a expansão dos serviços e dos subúrbios.

Arquitectura portuguesa, 1975-2000: o último quartel de Novecentos

Transformações com o 25 de Abril de 1974

A partir do processo de transição democrática de 1974-1976, pode dizer-se que a arquitectura portuguesa foi dos campos da actividade nacional que soube traduzir ou reflectir de

modo claro e intenso a nova abertura de Portugal ao exterior — num contraste, esse sim culturalmente «revolucionário», com a situação do meio século anterior.

De facto, nesta área com vastas implicações políticas e sociais, foram inúmeras as novas tendências e as transformações profundas que se operaram — e acentuaram já na década de 1980 — com o percorrer de renovados caminhos e plurais áreas (e geografias) de actuação, com a crescente diversidade de linguagens plásticas, com o gradual internacionalismo dos autores e suas obras, e ainda com as inovadoras e criativas atitudes perante o espaço, a cidade e o território.

Falar do pós-25 de Abril de 1974 implica referir em primeiro lugar o original processo de autoconstrução de habitação colectiva para os grupos mais pobres da sociedade, apoiado pelos novos governos desejadamente socialistas, e conhecido em Portugal como as «Operações das Brigadas SAAL (Serviço de Auxílio Ambulatório Local)».

Seguindo as tendências arquitectónicas contemporâneas, sejam as de cariz neo-racionalista/rossiano (Porto: São Vítor, por Siza Vieira; Lisboa: Quinta do Bacalhau, por Manuel Vicente; Quinta das FONSECAS, por Hestnes Ferreira) ou as de expressão neovernacular (Alto do Moinho, Alfragide, por Silva Dias; Antas, no Porto, por Pedro Ramalho), ou mesmo de procura mais contextualista/territorial (em Setúbal, por Gonçalo Byrne) — todas estas acções de fundo social/colectivista, com métodos político/sociologistas e preocupação antropológica/culturalista, marcaram, ao menos simbolicamente, um tempo de mudança, entre 1974 e 1976. Abortado em 1976-1977 pela nova directriz política anticomunista, a experiência SAAL compensou em parte a classe dos arquitectos pela crise profunda de falta de trabalho e desemprego que se seguiu a 1974, e foi uma experiência única no renovar da sua relação com a construção, o cliente, a cidade.

No final da década de 1970 e inícios da de 1980, depois do regresso massivo de muitos profissionais de arquitectura das ex-colónias africanas, uma nova frente de actividade arquitectónica despontou no Oriente extremo, com a retoma da actividade económica e desenvolvimentista da China, sediada no território sob a secular administração portuguesa de Macau.

E, do «lado de cá» dos oceanos, em escala mais reduzida, uma crescente actividade edificatória, sobretudo dos equipamentos e espaços públicos, despontou nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, sob a égide dos novos Governos Regionais, dotados de autonomia alargada e ansiosos por recuperar o enorme atraso civilizacional (sobretudo depois da importante acção de reconstrução da cidade de Angra do Heroísmo, na sequência do terramoto de 1980). Nestes arquipélagos foram assim surgindo ao longo da década de 1980 os primeiros autores de geração insular, como João Francisco Caires (Madeira) ou João Maia Macedo e Paulo Gouveia, nos míticos Açores.

Também foi crescendo, no Portugal Ibérico, adentro da «provincia profunda» do interior, desde as cidades do Nordeste às Beiras e ao Alentejo, uma nova actividade construtiva, mercê de uma recente geração de arquitectos aí nascidos e depois profissionalmente aí sediados (é exemplar o caso de Trás-os-Montes — com o novo grupo de arquitectos fixados em Vila Real, formando na década de 1980 o Atelier Pioledo, liderado por António Belém Lima). Este fenómeno, apoiado em novo investimento privado local mas sobretudo dinamizado depois da integração portuguesa na União Europeia, levou a transmigrações de muitos arquitectos e empresas ligadas à construção. Assim, pouco a pouco, as pequenas cidades lusitanas foram ganhando os seus novos arquitectos, vivendo e habitando na comunidade urbana local.

Uma verdadeira comunidade autónoma de autores residentes (vindos da ex-«África Portuguesa», de Angola e Moçambique, ou do Portugal em plena crise de desemprego nos inícios dos anos de 1980) foi surgindo em Macau e perdurou até 1999, quando o território foi finalmente devolvido à China. Esta comunidade profissional, com resultados de produção arquitectónica de desigual qualidade e esforço, foi mesmo assim produzindo ao longo de um quarto de século um conjunto significativo de obras naquela cidade e ilhas vizinhas. Refiram-se, desenhando e construindo em Macau — a título meramente exemplificativo —, autores como Irene Ó e Bruno Soares, ou como Carlos Marreiros (macaenses ou com eles trabalhando), e ainda Adalberto Tenreiro (natural de São Tomé e com um percurso que passa por Hong-Kong), Francisco Figueira (trabalhando na área

do Património) e sobretudo Manuel Vicente (de Lisboa), o mais polémico mas também o mais interessante e internacionalizado autor (conjunto de habitação social Fai-Chí-Kei, Macau, 1978-1982).

*A fase de ingresso na União Europeia,
depois de 1985-1986*

A arquitectura portuguesa desta fase, descobrindo novos caminhos com sentido «aberto», operando em áreas e geografias tão diversas, e possuindo um potencial criativo multifacetado e dinâmico, foi singrando ao longo dos anos de 1980, mas com especial ritmo depois dos meados da década. O período desde 1985-1986 (o tempo da integração europeia, com Espanha) marca de facto um relançamento da actividade urbana e construtiva, e um paralelo caminho para o reinício da liderança cultural e profissional das cidades maiores de Lisboa e do Porto, no campo da arquitectura e do urbanismo. Por um lado, as correntes estéticas do pós-modernismo tinham então plena aceitação, sobretudo nos autores da capital, e, por outro, a maturidade da escola de arquitectura moderna no Porto foi ganhando um estatuto internacional de nível europeu.

Em Lisboa, 1985 foi «o ano das Amoreiras», primeiro centro comercial de iconografia arrojadamente pós-moderna, cujo sucesso financeiro e popular ajudou a veicular aquela nova linguagem arquitectónica (por Tomás Taveira, 1980-1985). Com Luís Cunha floresceu um gosto pós-moderno de cunho original e pessoal, que atingiu o melhor resultado na nova igreja da Portela (1982-1992). Refira-se também a nova mesquita de Lisboa, de seguro desenho neovernacular e concepção moderna (por João Paulo Conceição/António Braga, 1980-1985). Estas obras exemplificam o que de mais interessante se edificou em Lisboa neste tempo de mudança — a que se deve juntar os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (por Arsénio Cordeiro/Nunes de Almeida, 1982-1985).

Mas estes anos marcam igualmente um tempo de crise urbanística, com uma gestão tardo-desenvolvimentista do município de Lisboa (que não soube preparar a cidade para as

transformações que se avizinhavam, de sentido mais cultural e patrimonial). Esta gestão, se produziu equívocos como as esplanadas da Rua do Carmo (*kitsch* e fora de época), teve resultados claramente negativos, como foi o acentuar da «renovação selvagem», urbana e arquitectónica, das belíssimas avenidas de fim do século XIX — pontuada pela traumática demolição do Cinema/Teatro Monumental, em 1984, e pela emergência de uma arquitectura disseminada de cariz desqualificador. Um caminho que, de modo quase brutal e simbólico, terminou em Lisboa com o grande incêndio do Chiado (1988), prova irreversível de que algo estava definitivamente errado no uso e funcionamento do extenso centro histórico da cidade.

Com a nova gestão socialista municipal de 1990, uma correcção gradual foi imposta à situação, quer com o incentivo do planeamento estratégico da cidade, quer com o apoio à reabilitação dos vários núcleos históricos da urbe (Alfama, Mouraria, Bairro Alto, Castelo, Madragoa, Olivais), quer ainda com a preparação de eventos culturais e de lazer, motivadores de uma nova atitude face à cidade (reutilização da área portuária de Lisboa, programa da Sétima Colina).

Na cidade do Porto e área nortenha, a situação de produção arquitectónica, mais periférica, teve novas marcas qualificadoras: o completamento da Estalagem de Santa Marinha da Costa (por Fernando Távora, 1972-1985), obra notável de recuperação-inovação, como que anunciava o progressivo domínio, cultural/conceptual, da escola do Porto nos planos nacional e internacional. Igualmente a obra da nova Câmara Municipal de Matosinhos, articulando recuperação do existente e nova arquitectura moderna, foi um trabalho contemporâneo e significativo (por Alcino Soutinho, 1981-1987).

Foi também por esta época que as primeiras obras europeias de Siza, em Berlim e na Holanda, lhe deram um sinal de internacionalização, depois confirmado na própria capital lusa (com o seu Plano de Recuperação do Chiado, 1988-1989), e consagrado no plano europeu com a concessão do Prémio Pritzker ao autor nortenho. Depressa — já na década seguinte — outros autores ganhariam reputação ou encomendas internacionais, quer na ligação directa à mítica «Escola do Porto» (como Eduardo Souto de Moura), quer pela sua articulação com

uma escola de «regionalismo crítico» mais genericamente portuguesa (Gonçalo Byrne, João Luís Carrilho da Graça), quer mercê da qualificada actuação pessoal de autores estrangeiramente cultos (José Paulo dos Santos).

Na transição dos anos de 1980-1990, o panorama cultural interno foi tentando acompanhar este progressivo afirmar, qualificado, da nova arquitectura portuguesa: de cariz universal, viajada e culta — sem deixar de se ater a uma enraizada expressão delicada, e de estar atenta às realidades do necessário desenvolvimento nacional. O reavivar de acções nacionais, como os Prémios AICA — Secretaria de Estado da Cultura (depois Ministério da Cultura), ou da Associação de Arquitectos Portugueses; ou o reacentuar de galardões locais, como o Prémio Valmor e Municipal de Lisboa, deu uma nova atenção ao papel da arquitectura e do urbanismo no País. Estes aspectos foram complementados pela criação de mais escolas de arquitectura por todo o território (públicas e privadas), com a diversificação de revistas e de publicações sobre cidade e arquitectura, e ainda com as várias exposições e eventos dedicados ao tema da arquitectura, no País e além-fronteiras.

Os anos de 1990: significação internacional da arquitectura portuguesa

A década de 1990 pode considerar-se marcada pelo relativo apogeu do papel cultural, político, social — e até comunicacional —, desempenhado pela arquitectura portuguesa contemporânea, quer no plano nacional quer no internacional. Curiosa e até contraditoriamente, uma arquitectura e um urbanismo em geral com graves deficiências e geral mediocridade, praticados em todo o País (muito ainda assinado por não arquitectos), não tem impedido a existência de obras isoladas de grande qualidade, e a prática de experiências arquitectónicas e urbanísticas de conjunto, excepcionais e notáveis (Pavilhão da Expo Sevilha 92, Lisboa Capital da Cultura 94, Expo Internacional Lisboa 98, Porto Capital da Cultura 2001).

A consagração de Álvaro Siza Vieira como um dos grandes autores mundiais decorreu nesta fase com a execução de

sucessivas obras de sentido experimental e profunda qualidade (Escola de Educação de Setúbal, 1986-1995; Igreja de Marco de Canaveses, 1990-1996; Pavilhão de Portugal/Expo 98, Lisboa, 1996-1998; Museu de Serralves, Porto, 1999, e as obras em Santiago de Compostela, o Centro de Arte Contemporânea e a Escola de Jornalismo).

Eduardo Souto de Moura, discípulo de Siza (consagrado com o Prémio Pessoa 1998 — galardão máximo da cultura portuguesa atribuído pela primeira vez a um arquitecto), assumiu então uma obra muito própria e inovadora (Edifício de Geociências de Aveiro, c. 1993; prédio na Rua do Teatro, na Foz, Porto, c. 1994; Pousada de Santa Maria do Bouro, 1989-1997).

João Luís Carrilho da Graça vê uma carreira de valor crescente premiada com o prémio FAD da Catalunha, em 1999, na sequência de obras marcantes (Pousada da Flor da Rosa, 1990-1995; Escola de Turismo/Hotelaria, Faro, 1993-1995; Pavilhão do Conhecimento, Lisboa, 1994-1998).

Estes três autores receberam na mesma década o mais significativo prémio da arquitectura nacional: o Prémio SECIL, atribuído em 1992 a Souto de Moura (pela Casa das Artes da SEC no Porto, 1981-1991), em 1994 a Carrilho da Graça (pela Escola de Comunicação Social de Benfica, 1988-1993) e a Siza Vieira (pelo edifício no Chiado) em 1996. Em 1998, o mesmo prémio foi para Vítor Figueiredo, um experimentado autor, pela sua Escola de Arte e Design nas Caldas da Rainha, de 1993-1997.

Outro galardão importante, o Prémio AICA/MC (Associação Internacional de Críticos de Arte/Secção Portuguesa com o Ministério da Cultura), foi premiando nomes incontornáveis, em função da obra extensa realizada, como Manuel Tainha, Frederico George, Amâncio Guedes, e Raul Chorão Ramalho, entre outras atribuições.

No tema dos equipamentos colectivos, ressalte-se a importância das novas arquitecturas universitárias, com sucessivas realizações de diversificados programas nas principais cidades portuguesas. São exemplos a Faculdade de Psicologia de Lisboa (1987-1991, Manuel Tainha), o Pólo da Mitra da Universidade de Évora (1990-1996, Vítor Figueiredo), o Instituto Superior de Economia de Lisboa e os Departamentos de Enge-

nharia e Informática de Coimbra (1989-1992, Gonçalo Byrne/Manuel Mateus) e o Departamento de Engenharia Mecânica e residência de estudantes da Universidade de Aveiro (1988-1991, Adalberto Dias).

Algumas grandes obras institucionais/públicas constituíram marcos nos anos de 1990 — por vezes com polémicas nos *media*, dado o seu evidente significado político-social e a dimensão material: refiram-se a nova sede da Caixa Geral de Depósitos (Arsénio Cordeiro com Nunes de Almeida e Barreiros Ferreira, c. 1985-1992), o Centro Cultural de Belém (Vittorio Gregotti com Manuel Salgado, 1988-1992) e a nova Feira Internacional de Lisboa, 1996-1998 (Barreiros Ferreira com França Dória).

Em Lisboa e no Porto prosseguiram as obras de base municipal para a recuperação arquitectónica/social nos principais bairros históricos — mas o tema da recuperação generalizou-se às cidades de dimensão média, sendo de destacar a obra realizada em Guimarães, cujo centro histórico foi por isso premiado (Reabilitação do Centro Histórico, 1987-1992, por Fernando Távora/GTL, com coordenação de Alexandra Gesta, com Bernardo Távora, Fernando Barroso, Carlos Martins e Giovanni Muzio).

Participações em obras internacionais permitiram destacar um dos mais inventivos e heterodoxos *ateliers* de arquitectura, o de Manuel Graça Dias e Egas José Vieira (Pavilhão de Portugal na Expo 92, Sevilha, 1989-1992; sede da Ordem dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1991-1994; proposta Urbanização da Lisnave, Almada, 1999).

Nas áreas atlânticas e transatlânticas, das Ilhas e de Macau, haveria que referir muitos nomes recentes; exemplifiquemos com dois autores marcantes e de linguagem muito original: Paulo Gouveia, nos Açores, com dois museus delicadamente neovernaculares (Museu dos Baleeiros, 1986-1989, e Museu do Vinho, Pico, 1991-1999); e Manuel Vicente, em Macau (Quartel dos Bombeiros da Areia Preta, c. 1991-1996; World Trade Center, c. 1994-1995, e o inovador Plano da Baía da Praia Grande, 1990-1995). Neste território, e assinalando a passagem à administração chinesa, há que ressaltar simbolicamente o elegante Centro Cultural de Macau (INTERGAUP/Bruno Soares e Irene Ó, 1996-1999).

Numa avaliação fim-milenar da nossa arquitectura recente, são de ressaltar os mais novos e promissores autores. A título de exemplo, refiram-se alguns deles, entretanto revelados ou afirmados: Manuel Mateus/Francisco Mateus (ampliação da sede da Ordem dos Engenheiros, Lisboa, 1994-1998; Museu do Brinquedo, Sintra, 1995-1997), João Santa Rita (recuperação do Museu do Fado e da Guitarra, Alfama, 1995-1998); o *atelier* ARX Portugal/Nuno Mateus/José Mateus (exposição do Pavilhão do Conhecimento dos Mares da Expo 98, 1997-1998); João Paulo Providência/José Fernando Gonçalves (convento dominicano em Lisboa, 1989-1995). Com obra anterior mais longa, refiram-se ainda Fernando Salvador/Margarida Nunes (Bar Lux em Lisboa, c. 1998; lar em Tomar, 1998) e José Paulo dos Santos (pousada no Convento dos Lóios em Arraiolos, c. 1995). Este autor recebeu em 1998 o importante Prémio de Arquitectura da Ordem dos Arquitectos em Berlim (com a creche em Karow, Alemanha).

Os primeiros anos do século XXI

Em relação aos temas provindos do final do século XX, constata-se, olhando para os anos de 2001-2006, a dinâmica de algumas linhas de força bem características da arquitectura portuguesa. Em primeiro lugar, a continuidade da consolidação dos talentos de autores «fortes», como Siza Vieira (conjunto habitacional dos Terraços de Bragança, Lisboa; Museu da Fundação Camargo, Porto Alegre, Brasil), Souto de Moura (Estádio de Braga para o Euro 2004, Prémio SECIL), Carrilho da Graça (Centro de Documentação da Presidência da República, Belém, Lisboa; Teatro e Auditório para Poitiers, França), Graça Dias/Egas Vieira (Teatro Municipal de Almada), Gonçalo Byrne (Torre de Controlo Marítimo, Algés), António Lima (Conservatório de Música em Vila Real) e Hestnes Ferreira (edifícios do ISCTE, Cidade Universitária de Lisboa).

Também constatámos a consagração de vários autores um pouco mais recentes, como Francisco e Manuel Aires Mateus (Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, Centro Cultural de Sines) e Nuno e José Mateus (Museu do Mar em Ilha-

vo) — premiados muito recentemente com o Prémio Valmor e Municipal de Lisboa e/ou com o Prémio AICA/MC. Exposições individuais de retrospectiva marcaram presença nestes anos, nomeadamente dedicadas a Hestnes Ferreira, Aires Mateus e Siza Vieira.

Numa outra linha, tem-se afirmado uma série de autores de formação mais jovem, que Portugal tem amplamente apresentado internacionalmente, nas bienais de arquitectura em Veneza e São Paulo. Neste conjunto de criadores, ressalte-se a inovadora revelação de arquitectas, a importância que assumem as ilhas atlânticas (Madeira e Açores), bem como as áreas regionais do continente — entre autores e obras — e a originalidade de programa e sentido imaginativo de muitas soluções espaciais. Exemplifiquemos, entre vários, com Inês Lobo (Auditórios da Universidade dos Açores), João Mendes Ribeiro (Centro de Artes Visuais de Coimbra), Pedro Costa e Célia Gomes (Biblioteca da Universidade dos Açores), Promontório Arquitectos (conjuntos habitacionais no Parque das Nações, Lisboa), Paulo David (Casa das Mudanças/Centro de Artes na Calheta, Madeira), Bernardo Rodrigues (Casa em São Miguel, Açores), Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira (Gruta das Torres, Pico, Açores).

Claro que muitos outros autores merecem uma referência; recordemos exemplificativamente, sem ambição sistemática, várias obras de Adalberto Dias (Elevador dos Guindais, Porto), Alexandre Burmester e José Carlos Gonçalves (Edifício Telecel-Vodafone), Cristina Guedes e Francisco Campos (as caixas de vidro-bares da Ribeira do Porto), Cristina Veríssimo e Diogo Burnay (equipamentos no Cartaxo), Fernando Martins (Biblioteca Municipal de Loures), Flávio Barbini e Maria João Barbini (Centro da BRISA em Carcavelos, com Carrilho da Graça), João Santa Rita (Centro de Interpretação de Alcalar, Algarve), Margarida Grácio Nunes e Fernando Salvador (pavilhões efémeros da Feira do Livro de Lisboa), Pedro Maurício Borges (casas em São Miguel, Açores), Ricardo Bak Gordon (a «casa dupla» para Cabrita Reis no Algarve), Victor Mestre e Sofia Aleixo (recuperação da casa-estúdio de Relvas na Golegã). Há igualmente que não esquecer a continuidade de produção de autores «clássicos», como Alcino Soutinho, Manuel Tainha, Bartolo-

meu da Costa Cabral, até já o RISCO de Manuel Salgado, e com um apontamento especial para a longa, delicada e meticulosa obra de releitura-reconstituição urbano-arquitectónica, global, por Sérgio Fernandez e Alexandre Alves Costa, em Idanha-a-Velha.

Termine-se esta resenha apenas indicativa — mesmo assim significativa de um processo de produção arquitectónica renovado, amplo, aberto e internacionalizado — com a referência à obra de autores paisagistas (Gomes da Silva, João Nunes, com vários jardins e parques projectados em Portugal e Itália, etc.) e à emergência de uma primeira arquitectura lusófona pós-colonial qualificada, em Timor Leste (como o projecto da igreja de Quelicai, por Pedro Reis) e em Macau (caso da Praça Nam Van, por Manuel Vicente, Rui Leão e Francesca Bruni).

A arquitectura do Portugal europeu expande-se e reafirma-se hoje na Europa, mas também, naturalmente, no quadro da sua longa e ampla tradição geo-histórica, do Atlântico e da América ao Extremo Oriente.

BREVE BIBLIOGRAFIA

- Arquitectura do Século XX — Portugal/Architektur im 20. Jahrhundert-Portugal* (catálogo de exposição, coord. Annette Becker, Ana Tostões, Wilfried Wang), Deutsches Architektur-Museum Prestel/Portugal-Frankfurt 97, Frankfurt 1997.
- DIAS, Manuel Graça, *30 Exemplos (Arquitectura Portuguesa no Virar do Século XX)*, Relógio d'Água, Lisboa, 2004.
- FERNANDES, Fátima, e CANNATÁ, Michele, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea/Contemporary Architecture in Portugal 1991-2001*, Edições Asa, Porto, 2001.
- FERNANDES, José Manuel, *Sínteses da Cultura Portuguesa — A Arquitectura/Synthèses de la Culture Portugaise — L'Architecture/Synthesis of Portuguese Culture — Architecture*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Comissariado para a Europália 91-Portugal, Lisboa, 1991 (2.ª ed., actualizada, com o título *Arquitectura Portuguesa. Uma Síntese*, 2000; 3.ª ed., 2006).
- , «A arquitectura», in *Portugal Anos 2000. Retrato de um País em Mudança*, Círculo de Leitores e Comissariado de Portugal para a Expo 2000 Hannover, Lisboa, 2000, pp. 244-251.

- , «Arquitectura religiosa», in *A Igreja e a Cultura Contemporânea em Portugal 1950-2000*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001, pp. 13-51 (coord. Manuel Braga da Cruz e Natália Correia Guedes).
- , *Arquitectura e Indústria em Portugal no Século XX*, SECIL, Lisboa, 2003.
- FERNANDES, José Manuel, e JANEIRO, Ana, *Arquitectura no Algarve. Dos Primórdios à Actualidade, uma Leitura de Síntese*, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, Lisboa, 2005.
- IAP XX. *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Ordem dos Arquitectos/Instituto das Artes e Fundação Mies de Barcelona, Lisboa, 2006.
- LAND, Carsten, HUCKING, Klaus J., e TRIGUEIROS, Luiz, *Arquitectura em Lisboa e Sul de Portugal desde 1974/Architecture in Lisbon and the South of Portugal Since 1974*, Blau, Lisboa, 2005.
- Metaflux, Catálogo da Representação Portuguesa na 9.ª Bienal de Arquitectura de Veneza*, Instituto das Artes, Ministério da Cultura, Lisboa, 2004.
- Portugal 1990-2004/Portogallo 1990-2004/Triennale di Milano*, Presidência da República, Lisboa, 12/2004 (catálogo de exposição de arquitectura e design, org. Henrique Cayatte).

PORTUGAL COMO CULTURA NO EXTERIOR

EUGÉNIO LISBOA *

Tratar-se-ia, em suma, da nossa imagem cultural e, daí, da nossa imagem, *tout-court*, no estrangeiro. Preocupamo-nos talvez de mais com isso, em teoria, e insuficientemente com a mobilização adequada dos meios necessários para uma promoção eficaz dessa almejada boa imagem.

Haveria, desde logo, que partir de várias premissas inelutáveis:

- 1) Portugal é um país pequeno e deve interiorizar, de uma vez por todas, que o é;
- 2) O mundo dos grandes tende a não prestar grande atenção aos pequenos e a não acreditar que um pequeno país possa ter uma cultura importante — daí os obstáculos maiores que se opõem à nossa diplomacia cultural;
- 3) Os nossos grandes valores — quando os temos —, se chegam, ocasionalmente, a impor-se aos países de maior dimensão, têm tendência, depois de impostos, a não ficar: é necessário estar constantemente a lembrar-lhes que o Eça, o Pessoa, o Camões, são valores universais e permanentes. Isto é: o esforço de captação da atenção dos grandes tem que ser um esforço bem pensado, bem municiado — e *constante*.

* Ensaísta literário, também com obra poética publicada, colabora regularmente no *JL*. Exerceu durante longo período funções de adido cultural e de comissário nacional da UNESCO.

De um modo geral, os nossos governos, como toda a gente, «pensam» que é importante darmos, «lá fora», uma boa imagem de nós próprios. Pensam — ou dizem pensar. Mas quase tudo quanto decidem fazer indica, para além de qualquer dúvida, que não acreditam muito nisso que dizem pensar:

- Os orçamentos para a cultura são sempre singularmente inadequados: 0,5 % do PIB (para 2007, serão 0,4 % em vez do 1 % que fora mais ou menos prometido em campanha eleitoral);
- As nomeações dos nossos agentes culturais no estrangeiro (adidos ou conselheiros culturais) raramente obedecem a um critério de mérito e de adequação do agente ao perfil do cargo, e quase sempre se procura apenas oferecer uma sinecura bem paga a um amigo político em crise de alma ou de finanças ou a um protegido de um protegido de um amigo que busca protecção. Nos últimos anos, cada nomeação que se faz, para um destes cargos, é mais desastrada do que todas as anteriores e, dado o elevado custo destas nomeações, o desperdício feito roça pelo criminoso;
- As dotações para o investimento na nossa imagem cultural no estrangeiro beiram o grotesco, quando é sabido que, quanto mais pequeno é o país a promover, maior e mais bem pensado deve ser o esforço mobilizado, para se captar a atenção do olho enfastiado que se pretende seduzir;
- Os governos tendem a esquecer-se, mesmo quando fingem não o fazer, de que o que se gasta na cultura não é um *custo* mas sim um *investimento*.

Temos repetidamente lembrado quão importante é, para nos levarem a sério, *noutros domínios*, que comecem por nos levar a sério no domínio cultural. O Reino Unido aprendeu à sua custa as consequências de ter descuidado, durante muitos anos — entre as duas guerras mundiais —, a promoção da sua imagem cultural no estrangeiro. Uma missão comercial enviada, em 1929, à América do Sul e chefiada por D'Abernon che-

gou à conclusão de que, «apesar dos milhões de libras investidos em antigos negócios, os britânicos não estavam a fazer quaisquer progressos nos sectores novos como a aviação, a construção de estradas ou o transporte a motor, nos quais outros países mais aventureiros e de imagem menos anquilosada lhes estavam a levar a dianteira». Depois de um longo período de investigação *in loco*, D'Abernon publicou um influente relatório, no qual indicava, de modo firme e surpreendente, que não se podia infelizmente afirmar que os britânicos «tenham suficientemente entendido a relação directa [que existe] entre cultura e comércio», concluindo assim, em termos inequívocos: «Àqueles que dizem não ter esta extensão da nossa influência [i. e., a cultura] qualquer relação com o comércio, respondemos que estão totalmente errados; a reacção do comércio à mais deliberada inculcação da cultura britânica, que nós advogamos, é definitivamente certa e deverá ter lugar com a maior rapidez.»

Temos, por várias vezes, citado — aparentemente sem grande êxito — estas importantes conclusões do relatório de uma missão *comercial* junto das nossas autoridades governativas. O que não tem impedido que a cultura continue a ser tratada como a parente pobre dos nossos decisores políticos, sempre destinada a ser sacrificada em primeiro lugar quando chega a época das vacas magras.

Tem sido também costume nosso, quando falamos nestas ingentes matérias, chamar para aqui, a modos de iluminação, o famoso texto de Ortega y Gasset: «A cultura», observava o famoso filósofo espanhol, «não é a vida na sua totalidade mas apenas o seu momento de *segurança, força e claridade*.» Precisamente esta subliminar sugestão de *segurança, força e claridade* é que pode, sem que disso as pessoas se cheguem a aperceber muito bem, ajudar a criar aquele clima de forte confiança sem o qual o comércio não prospera ou nem sequer chega a arrancar... Nada disto tem que ver com aquele conceito de cultura decorativa e pifamente mundana que ainda muita gente julga ser a que melhor rima com a atmosfera das embaixadas.

A nossa imagem cultural — uma imagem forte, aliciante e promotora — há-de ter que começar logo cá em casa e, depois, naquela que emitem os nossos emigrantes *lá fora*. Apetece-me

aqui transcrever as belas passagens que se encontram logo nas primeiras páginas do *Diário de Paris*, da autoria do embaixador Marcello Duarte Mathias, que fala do alto da sua experiência de diplomata culto e inteligente: «A imagem de Portugal! Louvável iniciativa [refere-se ao seminário diplomático que teve lugar no Centro Cultural de Belém, em Janeiro de 2001], sobretudo se constituir um exercício de lucidez no sentido de valorizar o que merece sê-lo, até porque o país é melhor do que aparenta. Também aqui, para lá do muito já feito, penso nomeadamente na melhoria dos serviços públicos, vias de comunicação, e nos ganhos sociais dos últimos quinze anos: progresso material, níveis de bem-estar, maior percentagem das mulheres na população activa, infra-estruturas de equipamento colectivo, incremento das actividades culturais, consolidação da democracia — há campo aberto para muito mais. Importa distingui-lo e estabelecer prioridades, sem cair na tendência em confundirmos o diagnóstico com o remédio, e deixarmo-nos ficar por aí. [...] A imagem de Portugal? O novo-riquismo das 'nossas elites', que de elites têm pouco? A insuficiência da nossa classe política, que do poder se deslumbra com a ostentação? O fosso que se tem vindo a agravar entre ricos e pobres? As autarquias entregues aos patos-bravos que tudo vão arrasando? O somatório masoquista de desgraças que os noticiários televisivos oferecem todas as noites? O aumento da criminalidade? A mortandade nas nossas estradas, sem paralelo em nenhum outro país da Europa, e talvez o sinal mais evidente do nosso atraso cívico e mental? O desaparecimento do nosso espaço rural, e a progressiva descristianização do País de tão graves consequências para a nossa própria identidade? O gosto da vulgaridade, que é hoje uma forma alegre de exibicionismo, reflexo da ordinarice das nossas gentes.»

A este impressionante e acutilante inventário de ingredientes negativos que propiciam de nós, lá fora, uma imagem de indigência cívica e cultural, acrescentaria mais uns pontos de vulto:

- A nossa incrível falta de pontualidade — que vai de contínuos a ministros e primeiros-ministros —, que reflecte, no fundo, uma primária e ofensiva falta de consideração pelos outros (conheci, para

- dar só um exemplo, pelo menos um embaixador que *fazia questão* de chegar sempre atrasado meia hora, para afirmar a sua «importância»);
- A nossa cancerosa proliferação legislativa, a que não corresponde, por outro lado, qualquer respeito do cidadão pela lei;
 - A nossa total incapacidade — a todos os níveis da administração pública, para não falar do mundo privado — para responder a cartas e mesmo a cartas de certa importância: «deixar cair» é a nossa filosofia;
 - A facilidade e fluência com que se falta a compromissos assumidos, mesmo os mais solenes;
 - A nossa burocracia pesada, bizantina, amedrontada e ineficiente (a Suécia, por exemplo, tem uma burocracia pesada mas altamente eficiente e rápida);
 - O «entusiasmo» pacóvio por certos projectos que têm tanto de «entusiástico» como de pouco amadurecido (nunca esquecerei um nosso celebrado Secretário de Estado da Cultura que um dia enviou a Londres, para «negociar» directamente com o Foreign Office, sem qualquer intermediação da embaixada portuguesa ali acreditada, uma *barbie* muito jovem, muito entusiástica e singularmente pouco apetrechada, a qual se entreteve a «dar lições» à sofisticada diplomacia britânica sobre como fazer diplomacia cultural... Depois de tal visita, ouvi, fazendo-me vermelho, os comentários impecavelmente discretos mas agudamente reveladores do meu colega britânico!);
 - O provincianismo gritante de certos portugueses supostamente da nossa elite que, uma semana depois de chegarem, por exemplo, a Inglaterra, confessam, *urbi et orbi*, que já sentem dificuldade em falar e escrever português e se dirigem à embaixada de Portugal, em cartas escritas em... mau inglês (imaginam-se as figuras que, noutros sectores, farão, junto dos britânicos, tentando ser mais ingleses do que os ingleses).

Poderia dar mais exemplos, mas tornar-se-iam cansativos e nada acrescentariam de importante ao que fica dito. Quereria só acrescentar que não devemos ter ilusões quanto à possibilidade de os estrangeiros «não repararem» em muitos dos pontos ventilados: reparam e fazem, sobre eles, os comentários adequados, mesmo quando usam de cautela e delicadeza ao fazê-lo. Nunca esquecerei, por exemplo, um desses comentários, feito por um notável cirurgião britânico, a propósito do modo como conduzimos automóveis em Portugal. O escritor Fernando Namora, de quem eu era amigo, fora a Londres, quando eu lá estava colocado como conselheiro cultural na embaixada de Portugal: ia ser sujeito a uma delicada intervenção cirúrgica. Acompanhei-o ao hospital e por lá me demorei enquanto a operação decorria — foi longa (quase seis horas). Terminada esta, quando o cirurgião saiu da sala de operações, perguntei-lhe, a medo, qual seria o prognóstico... Olhou-me com o seu olhar de águia e, com um sorriso entre amistoso e voltairiano, respondeu-me: «Prognóstico? Olhe, mesmo tendo em conta que, devido ao modo como Vocês se comportam nas estradas, a expectativa de vida, no vosso país, é sujeita a um grande decréscimo, dou vinte anos ao seu amigo...» Não estava, infelizmente, a dizer-me a verdade, no que dizia respeito à saúde de Namora. Mas o remoque ao nosso modo de conduzir era certo e não perdeu a oportunidade de o fazer. E não foi, tão-pouco, caso único.

Outro dos pontos ventilados — a não resposta, em tempo, ou de todo, a cartas endereçadas às nossas entidades públicas — atinge níveis escandalosos. Um grande número de telefonemas recebidos na embaixada de Londres, ou de cartas ou mesmo de visitas pessoais, tinham que ver com respostas *não dadas* a pedidos de informação feitos directamente para Lisboa: não se achava importante responder. Não se imagina o efeito devastador que este *laisser aller* causa na nossa imagem junto de gente rigorosa, neste capítulo, como é a inglesa, ou a alemã, ou a americana, ou a escandinava.

Outro investimento importante a fazer-se é na imagem que projectam os nossos emigrantes nos países que os acolhem. Têm, normalmente, boa reputação como trabalhadores ordeiros e disciplinados, mas uma aura de quase inevitável

terceiro-mundismo dificilmente se lhes descola do perfil. Quando estava em Londres, participava, de dois em dois anos, nas chamadas comissões mistas, nas quais as duas partes envolvidas — Portugal e Reino Unido — avaliavam as mútuas acções culturais anteriormente desenvolvidas e as que se propunham desenvolver nos dois anos seguintes. Numa dessas reuniões quis discutir e passar para as actas o caso da imagem cultural dos emigrantes (ali, imigrantes) portugueses no Reino Unido. O meu colega do Foreign Office, Peter Naylor — um homem notável e um profissional competente —, quis imediatamente opor-se: o tema dos imigrantes não fazia parte da agenda da reunião... Pedi-lhe, contudo, que me ouvisse: e fiz-lhe ver que parte da imagem cultural que o nosso país projectava no seu passava pela imagem que de nós davam os emigrantes portugueses. Nessa medida eles eram, de direito, «matéria de comissão». Peter Naylor fez um sorriso resignado e rendeu-se nestes termos: «Your argument is very subtle.» E o assunto passou para as actas. Falta só tirar partido desta pequena vitória. Pela parte que me tocou, nos dezassete anos que passei em Londres, como conselheiro cultural, nunca me furtei a ir junto das várias associações da nossa comunidade emigrante fazer conferências, seminários ou o que me fosse solicitado, como, por exemplo, dar colaboração para revistas da sua iniciativa ou mesmo edição de um livro em editora a seu cargo...

Resumindo muito, deixaria aqui dois pontos chave:

- 1) Da nossa imagem cultural depende — e de modo dramático — o nosso êxito em *todos* os outros sectores da nossa afirmação;
- 2) A nossa imagem cultural, *lá fora*, depende, em grande parte, do nosso comportamento, *cá dentro*, e da imagem que projectam as nossas comunidades de emigrantes, *la dentro* (ou *lá fora*, como se preferir). Se do bater de asas de uma borboleta em Cascais pode depender o tempo que faz na Indochina, de uma carta não respondida, em Lisboa, pode resultar um fiasco subsequente, em Londres ou Nova Iorque!

PORTUGAL E MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XX: LÍNGUA, PÁTRIA E PÂNICO

PHILLIP ROTHWELL *

Ao longo do século xx, a relação entre Portugal e Moçambique está assombrada pelos fantasmas imperiais: e estes fantasmas interferem frequentemente com uma complexa relação histórica entre o imperialismo português e o imperialismo britânico. Enquanto isto era um comportamento aceitável no início do século xx — uma vez que Portugal recuperava da ressaca do *ultimatum* britânico de 1890 —, é inquietante constatar que esta tendência continua a manifestar-se em alguns sectores em Portugal e na mais vasta comunidade de língua portuguesa que vê sempre a relação de Portugal com a sua antiga colónia como ameaçada por tudo o que tenha relação com o mundo anglo-saxónico. Este enquadramento, gerado e alimentado por certas realidades, por vezes, diz-nos mais sobre as fantasias imperiais de Portugal, do que sobre a realidade linguística de Moçambique.

A 13 de Novembro de 1995, Moçambique tornou-se oficialmente o primeiro país de língua oficial portuguesa a aderir à Commonwealth. De acordo com o autor angolano Sousa Jamba, esta adesão confirmava os receios de muitos portugueses de que em África a sua língua estava a ser «ultrapassada pelo avanço do inglês» (Jamba, 1997: 29). Cinco anos mais tarde,

* Professor no Departamento de Estudos Hispânicos e Portugueses na Universidade de Rutgers, nos Estados Unidos. Autor de *A Postmodern Nationalist — Truth, Orality and Gender in the Work of Mia Couto* (Lewisburg, Bucknell University Press, 2004) e de *A Canon of Empty Fathers: Paternity in Portuguese Narrative* (Lewisburg, Bucknell University Press, no prelo).

numa conferência no Instituto de Estudos da Commonwealth em Londres, Mouzinho Mário, da Universidade Eduardo Mondlane, afirmava que no momento já havia mais falantes de inglês do que de português em Moçambique. A sua afirmação foi de imediato rebatida por dois ministros do governo de Moçambique, Francisco Mabjaja e Luís António Covane, presentes na conferência. Foi interessante testemunhar a rapidez com que os ministros rebateram a especulação académica proferida, reafirmando a ideia de que Moçambique é um país predominantemente falante de português.

Nenhuma das partes envolvidas na discussão dispunha de dados estatísticos para apoiar os respectivos pontos de vista relativamente ao desenvolvimento da língua inglesa em Moçambique. Contudo, Mouzinho Mário citou dados estatísticos governamentais do censo dos anos 90 que indicavam que somente 40% da população moçambicana tinha conhecimentos de português e que apenas 6,5% considerava o português como a sua língua materna. Até que uma investigação mais lata e rigorosa seja empreendida e realizada em Moçambique, não haverá de facto maneira de avaliar até que ponto o inglês entrou na competição linguística em Moçambique e está ou não a destruir o português como língua franca. Todavia, a constante intervenção de agências internacionais de ajuda, de fundações globais e de investidores estrangeiros — que requerem conhecimentos de língua inglesa para empregar locais, fazendo simultânea e praticamente nenhum esforço para que os seus funcionários internacionais falem português (nem nenhuma outra língua falada em Moçambique) — levou a que os conhecimentos de inglês representassem, em termos de mercado de trabalho, uma importante mais-valia social e económica.

No entanto, este artigo não visa abordar a complexa e multifacetada composição linguística de Moçambique, mas antes analisar os preconceitos e as percepções sócio-linguísticas veiculados no discurso de alguns comentadores culturais.

No mundo de língua portuguesa, particularmente em Lisboa, começou a aparecer um certo discurso que representa o comportamento da língua portuguesa como análogo ao que tradicionalmente é atribuído à comunidade lusófona. Neste discurso, esta comunidade está lusotropicalmente reduzida a uma

homogeneidade: i) por deter uma experiência colonial única, moralmente superior à dos outros países colonizadores em África (particularmente o império britânico); e ii) por viver sob constante receio dos ingleses e da sua língua. Mais concretamente, no final do século xx e seguindo esta tradição, a língua vem reencenar um paradigma reificado pela primeira vez no fim do século xix na altura do *ultimatum* britânico. Nesta conjuntura, os colonizadores britânicos exploravam certos povos africanos (os de Makololo), cortando assim a expansão lusitana e confirmando a sua autoridade numa região geográfica que Portugal reclamava ser da sua influência.

A relação histórica de Portugal com a sua mais velha aliada, a Grã-Bretanha, pode ser descrita como uma relação baseada na desigualdade. Do Tratado de Methuen à crise do *ultimatum*, a influência britânica «tornou Portugal uma colónia» nas palavras de Maria Luísa Nunes (Nunes, 1987: 5). Muito do inovador trabalho de Boaventura de Sousa Santos sobre as particularidades e incongruências da experiência colonial portuguesa chamou a atenção para esta situação de desigualdade ao demonstrar a incapacidade das teorias hegemónicas para captar a complexidade de um colonialismo exercido por uma potência imperial que muitas vezes se sentiu colonizada. Na verdade, a primeira marca das relações anglo-portuguesas em 1147 deu-se quando cruzados ingleses ajudaram Afonso Henriques a conquistar Lisboa aos mouros. Subsequentemente, doze tratados seriam assinados entre as duas nações: o primeiro em 1373 e o último em 1943. Mas não podemos deixar de assinalar que todo o interesse histórico da Grã-Bretanha por Portugal tem na base uma partilhada animosidade em relação à Espanha. De Portugal, por razões historicamente conhecidas e intimamente ligadas à sua geografia, da Grã-Bretanha por disputa de poder, seja na Europa, seja em territórios imperiais. Não é por acaso que, à medida que a Espanha se afirma como poder europeu e imperial, o interesse da Grã-Bretanha em manter a sua fachada de amizade com Portugal aumenta. Porém, no século xix, na altura da corrida para África, os projectos de expansão imperial britânica colidiam com interesses portugueses em África. O sonho de Cecil Rhodes, de um império da Cidade do Cabo ao Cairo, esbarrava geograficamente com o so-

nho português do Mapa Cor-de-Rosa, que previa a união dos territórios de Angola e Moçambique, criando aquilo que se chamou a África Meridional Portuguesa. A disputa entre estes dois sonhos imperiais mutuamente hostis irrompeu na crise do *Ultimatum* de 1890, que se revela como um sintoma de uma má relação ou, como dizia há pouco, de uma relação desigual — semelhante a um casamento que se desfaz e em que África se torna o filho-objecto da luta entre pais ressentidos. A perturbadora comparação aponta para a perturbadora natureza das mentalidades britânica e portuguesa da altura.

Mas, sem dúvida, mais problemático é verificar o quanto desta mentalidade persiste no final do século xx. Mais uma vez, Moçambique tornou-se o pretexto accidental para o melodrama psicológico provocado por um bizarro sentido de virilidade linguística portuguesa maltratado, e o sentimento residual de que a mais velha aliada de Portugal nunca respeitou masculinamente as suas reivindicações imperiais.

As tensões causadas pelo *Ultimatum* — o receio psicológico da viabilidade de Portugal como Eduardo Lourenço aborda em *O Labirinto da Saudade* — podem explicar, ou contribuir para explicar, a sensibilidade portuguesa relativamente às intenções britânicas em Moçambique. Os imperialistas ingleses dos finais do século xix tinham-se tornado vítimas da sua própria retórica antiportuguesa e acreditavam verdadeiramente que os portugueses praticavam um imperialismo deficiente. Malyn Newitt descreve como no fim do século xix a «crítica temperada de desprezo» se tornou a *cassette* de todo o viajante britânico que se outorgava o direito de escrever sobre a África portuguesa (Newitt, 1981: 24). O que é interessante é verificar o quanto esta contenda foi interiorizada e ainda hoje se manifesta em certos sectores da sociedade portuguesa pós-colonial, que historicamente reage à potencial expansão da língua inglesa em Moçambique. A histeria foi exacerbada pelo toque lusotropical que caracteriza as interacções culturais entre Portugal e as suas antigas colónias.

Um dos principais pontos da teoria de Gilberto Freyre, muito clamados nos últimos tempos do império colonial português em África, foi o da diferença substancial da colonização portuguesa relativamente à britânica, uma vez que a primeira

contemplava a mistura de raças e a segunda baseava e promovia o *apartheid*. Contudo, muitos dos exemplos dos resultados desta mistura de raças, particularmente visíveis nas elites culturais que deram origem à geração de escritores moçambicanos que lutavam pela independência — tal como José Craveirinha —, denunciavam nas suas obras o racismo que estruturava o colonialismo português. Mesmo escritores assimilados, como Luis Bernardo Honwana, que supostamente terá beneficiado desta «menos racista» legislação colonial portuguesa, destaca a raça como um factor determinante no colonialismo português. Uma das propostas ideológicas de declaração da não existência de racismo na família imperial portuguesa e, portanto, da sua diferença e superioridade moral era a sua constante comparação com o protótipo do imperialismo do século XIX, a Grã-Bretanha e as suas práticas coloniais racistas. Claro que, da perspectiva das populações colonizadas na África Portuguesa, a Grã-Bretanha era secundária. O *chibalo* e a *palmatória*, tão exaustivamente referidos nas obras daquela geração lutadora de escritores moçambicanos, eram utilizados pelos portugueses nos territórios coloniais.

A contaminação lusotropical de que padecem alguns intelectuais portugueses leva alguns comentadores a acreditar e a defender que, inerentemente, a língua portuguesa ocupa um lugar moralmente superior dentro do elenco das línguas imperiais — o território do Quinto Império — em que o inglês opera. No Moçambique contemporâneo, a forma como está estabelecida e funciona a língua portuguesa tende a prosseguir a mesma relação que o inglês tinha junto das populações da África subsariana durante os dias gloriosos da colonização europeia. Mas antes de concentrarmos a nossa atenção nas manifestações deste discurso, abordaremos a outra razão em virtude da qual, e particularmente em relação a Moçambique, se gerou um pânico entre alguns nacionalistas falantes de português no que dizia respeito ao futuro da sua língua na nação no final do século XX: nomeadamente, a redução aparente na sua importância simbólica, tanto dentro do país como a nível internacional.

Os argumentos avançados para defender a entrada segura de Moçambique na Commonwealth tinham por base a geografia política regional. Uma vez que todos os vizinhos de

Moçambique eram já membros, foi sugerido que os laços culturais e económicos entre o Moçambique pós-conflito e os seus vizinhos poderiam ser mais produtivos pela adesão do país a esta organização internacional. A difusão e propagação da língua inglesa na antiga colónia portuguesa foi vista como uma «grande prioridade» pelo Secretário da Commonwealth a desenvolver durante os anos que decorreriam até Moçambique se tornar membro pleno da organização (Commonwealth Secretariat, 1991: 7).

A política de língua do governo e presidência de Moçambique de facto mudou significativamente após a morte de Samora Machel. Numa visita de Estado a Portugal em 1983, Machel depositou uma coroa de flores no túmulo de Camões como prova do seu reconhecimento da partilha linguística entre os dois países (Cristóvão, 1987: 103). A nível internacional, Machel fez questão de falar em português nas reuniões da Assembleia Geral das Nações Unidas, fornecendo, no entanto, traduções escritas em inglês, uma forma normalmente utilizada pelos presidentes de Portugal e do Brasil, apesar da sua fluência na «língua internacional». Todavia, Joaquim Chissano, que assumiu a presidência após a morte de Machel, decidiu falar em inglês quando falava nas Nações Unidas como Presidente de Moçambique. As sensibilidades inerentes à escolha da língua em instâncias internacionais estão claramente presentes na política seguida por países oficialmente bilingues como o Canadá, cujos líderes utilizam o francês ou o inglês em iguais proporções em ocasiões oficiais internacionais. A decisão de Chissano de usar o inglês quando se dirigia ao mundo, em nome da sua nação, foi muito significativa pela mensagem que esse acto veiculava, tendo gerado uma situação de alarme em alguns sectores da intelectualidade portuguesa.

Uma situação paralela desenvolveu-se a nível nacional. Chissano percebeu o aumento do valor oficial dedicado às línguas africanas em Moçambique. Machel, como parte do seu esforço de forjar um sentido de identidade e unidade nacional, privilegiou a língua portuguesa na sociedade civil e condenou «o culto da comunidade linguística» (Machel, 1975: 36), ou seja, o uso de línguas locais africanas em detrimento da língua nacional oficial — o português — através da qual, como notou

Benedict Anderson, Moçambique começou a ser imaginado. Em 1986, Russell Hamilton afirmou que «a língua do antigo colonizador tinha-se tornado um meio emotivo de consolidação nacional no Moçambique pós-independência» trazendo como prova a preferência de dois Rongas comunicarem entre si em português e não na sua língua materna comum. Assim eles poderiam exhibir as suas credenciais moçambicanas.

Uma componente fundamental da construção da nação moçambicana pós-independência foi a educação, que, sob o regime de Machel, usava obrigatoriamente o português como a língua de instrução. Dada a composição linguística de Moçambique na altura da independência, com um escasso número de pessoas portadoras de um certificado de fluência em português fora das zonas urbanas, os problemas advindos desta orientação política eram enormes e quase intransponíveis. Em 1985, Lourenço Rosário defendia que, «por razões históricas óbvias, a maioria do nosso povo não domina a única língua de escolarização, o Português» (Rosário, 1987: 181). Os professores, com um domínio precário da língua portuguesa, eram obrigados a ensinar em português crianças oriundas de famílias que só falavam uma ou mais línguas africanas. É impossível avaliar o impacto desestabilizador que a guerra civil provocou no débil sistema educativo moçambicano, daí que uma avaliação clara desta política de língua na geração escolarizada no pós-independência também não tenha muitas possibilidades de ultrapassar o nível da especulação. Porém, com a paz no horizonte, o governo moçambicano presidido por Chissano começou a permitir a existência de projectos educacionais veiculados e ensinados nas línguas maternas dos alunos. O artigo 5.º da Constituição de Moçambique, de 1990, prevê um aumento do papel das línguas africanas no sistema educativo.

Em 1994, durante a campanha eleitoral para as primeiras eleições multipartidárias, o poliglota Presidente Chissano proferiu discursos em línguas africanas regionais em comícios políticos, uma estratégia que aliás voltaria a utilizar na segunda campanha eleitoral nacional. Na análise da situação linguística de Moçambique de então, temos um Presidente preparado para usar o inglês a nível internacional e línguas africanas a

nível local, enquanto o seu predecessor apelava à supressão das línguas africanas em favor da unidade linguística a construir pelo português, utilizando por isso o português como a sua língua local e internacional, ou seja, desde a família à Assembleia Geral das Nações Unidas, Moçambique falaria em português.

Interessante é notar que, em 1995, o próprio Presidente Chissano considera importante dissipar os receios expressos em «alguns círculos portugueses» de que a sua língua estaria em decadência, ou mesmo obsoleta, na antiga colónia (*Mozambiquefile*, 1995: 22). Estas declarações foram proferidas na sequência do aparecimento de uma série de artigos na imprensa lisboeta em que se alertava para o facto de em Moçambique o português estar sob o assalto do inglês.

Jorge Bacelar Gouveia foi uma das vozes que se levantou para chamar a atenção dos perigos que a língua portuguesa corria em Moçambique e, conseqüentemente, para o problema do futuro da permanência da língua portuguesa naquele país do Índico. Em 1994, escrevia no conhecido semanário *Expresso*:

A opinião pública, tanto portuguesa como moçambicana, tem sido objecto, nos últimos tempos, de uma sonora campanha de defesa da substituição do português pelo inglês como língua oficial da República de Moçambique. [Gouveia, 1994: 2.]

Jorge Bacelar Gouveia prossegue a sua argumentação falando de poderosos interesses «ao mais alto nível» no Reino Unido, Estados Unidos e na África do Sul em nome dos quais os países tinham adoptado uma estratégia concertada para proceder à substituição do português pelo inglês em Moçambique. A primeira fase desta estratégia envolvia «o denegrir da língua portuguesa [...] associando-a ao período da colonização». A história colonial de uma língua imperial nunca pode ser totalmente obliterada. Este facto não impede que essa mesma língua imperial se torne uma língua de libertação e luta, como defenderam Frantz Fanon e Amílcar Cabral. Na verdade, tanto o francês como o inglês têm idênticas cargas históricas colo-

niais e emocionais ao português, e o acto de lhes apontar este aspecto colonialista continua a revelar-se importante. Uma língua deve ser analisada ao longo da sua história, de forma a que o passado possa ser entendido no presente. Ao contrário do que sugere Gouveia, este reconhecimento não é sinónimo de desvalorização. Diferentemente, é antes um agradecimento pelo sinuoso e complexo processo seguido pela língua portuguesa até ser usado e aceite em Moçambique. A análise de Gouveia é portanto falaciosa e revela o seu alinhamento com os defensores do luso-tropicalismo, que continuam a defender que o colonialismo português era qualitativamente diferente do «horroroso» colonialismo britânico.

O segundo passo da estratégia desenvolvida por Gouveia defende um «apoio intenso ao estudo das línguas tradicionais». De acordo com o crítico, as agências anglo-saxónicas subsidiavam o estudo de línguas locais com o objectivo de «diminuir (primeiro) e apagar (depois) o papel do português como meio de comunicação entre os moçambicanos». Nesta linha, o argumento defendido por Gouveia parece partir do princípio de que a sobrevivência do português como uma língua moçambicana depende da supressão ou desaparecimento de outras línguas locais. O encorajamento promovido pelos anglo-saxónicos relativamente ao estudo e promoção de línguas locais é visto como parte de um comportamento antiportuguês. De forma análoga ao abuso britânico relativo às terras de Makololo em 1889 — que levou à crise do *Ultimatum* —, a defesa das línguas africanas é vista como uma agressão à língua portuguesa, por parte dos falantes de inglês.

O terceiro aspecto da argumentação de Gouveia refere o inglês como uma «língua salvífica», que no limite levará Moçambique à «renúncia à soberania económica», ligando assim a fantasia da independência económica de Moçambique ao continuado uso do português pelo país. O seu argumento revela-se precário por dois motivos. Em primeiro lugar, e infelizmente, porque Moçambique é hoje em dia um país que vive a cultura da dependência, regido pelos acépticos princípios ditados pelo FMI e pelo Banco Mundial, deixando assim cair por terra as suas aspirações a uma efectiva autonomia económica. Em segundo lugar, esta posição parece reprojectar um papel neocolo-

nial semiperiférico liderado pela comunidade económica lusófona, que é tão nefasto como o neocolonialismo anglo-saxónico, não gozando contudo dos grandes recursos económicos associados ao mercado global anglo-saxónico.

Antes e depois de o artigo de Gouveia ser publicado, um conjunto de críticos de língua portuguesa chamaram a atenção para o facto de o português estar em risco no mundo e mesmo em Portugal devido ao constante assalto do inglês. Fernando Cristóvão lamentava o facto de «até o circunspecto Banco de Portugal não tem pejo, em solene publicidade encimada pelo escudo nacional, de anunciar, em inglês, na imprensa portuguesa, sem tradução» (Cristóvão, 1987: 17). Seguidamente, apelava a medidas urgentes para proteger a língua portuguesa no mundo e em Portugal. O «espaço» que o crítico reclamava como território ocupado pela língua portuguesa — sendo um PALOP ou a Lusofonia — assentava na muito citada e institucionalizada frase de Fernando Pessoa/Bernardo Soares em que a pátria é identificada com a língua portuguesa.

Moçambique, mesmo antes da independência, apresentava-se em situação particularmente perigosa relativamente à possibilidade de cair na diabólica sedução do inglês. Mas nunca caiu. Num absurdo título de primeira página do *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 27 de Julho de 1993, declarava-se: «Língua portuguesa em perigo em Moçambique: SOS de Craveirinha e Mía Couto.» Nas páginas subsequentes, Nelson Saúte, um dos jornalistas moçambicanos mais apreciados pela imprensa portuguesa, enviando a sua reportagem de Maputo, dizia: «o avanço do inglês, língua falada nos seis países que têm fronteira com Moçambique, está a pôr em perigo o estatuto do português como idioma oficial» (Saúte, 1993: 4). Saúte alimentava assim a histeria generalizada que corria entre os intelectuais da praça em Lisboa, e em seguida fazia um retrato das actividades dos britânicos e dos americanos, como se ambos tivessem uma política calculada e programada para forçar Moçambique a adoptar o inglês como língua oficial:

Convém, no entanto, sublinhar que a vontade política dominante é manter a língua portuguesa como oficial. Nota-se, todavia, que a pressão de ou-

tras esferas é maior. Os britânicos, através do British Council, montaram uma das mais actualizadas bibliotecas de que os moçambicanos dispõem.

Isto para não falar das acções que a representação diplomática americana promove ao nível da cultura e da comunicação social. [Saúte, 1993: 4.]

Como sugere Ngugi, os poderes económicos que utilizam o inglês compreendem o poder exercido pela «bomba cultural» (Ngugi, 1986: 3) que é a língua dos negócios, e é mais do que provável que as actividades britânicas e americanas em Moçambique fossem desenhadas para promover as suas actividades e consequentes vantagens económicas.

Contudo, esta probabilidade desencadeou uma histeria entre os comentadores lusófonos, ofuscando a realidade histórica da fraca implantação e difusão da língua portuguesa em Moçambique. Em 1950, por exemplo, praticamente quatro séculos e meio após a aportagem das naus de Vasco da Gama em Moçambique, apenas 2,9% do que era considerada população africana entendia algum português (Herrick, 1969: 59), algo que indica os imensos avanços do português *após a independência*. Falar da língua inglesa como algo que de repente toma de assalto um território com cinco séculos de presença linguística portuguesa é sobrestimar o papel que a língua portuguesa teve durante a época colonial, e subestimar a efectiva presença histórica que a língua inglesa teve na região e em Moçambique.

Desde os tempos da Conferência de Berlim que a língua inglesa ensombra Moçambique, nunca tendo sido destronada. Na viragem para o século xx, havia uma activa e próspera comunidade anglo-saxónica na Beira, que dispunha de imprensa própria em língua inglesa e utilizava a libra como moeda. Cerca de 1913, à volta de 70% dos residentes e espaços de negócio em Lourenço Marques eram propriedade de britânicos ou de indianos da Índia britânica que falavam inglês. Desde o início do século que uma maciça emigração oriunda das províncias do sul de Moçambique se dirige para a África do Sul constituindo um consistente e importante vector social e económico da vida económica de Moçambique. Estes emigrantes, conhecidos como os *magaíças*, passavam uma grande parte das suas

vidas em ambiente linguístico anglo-saxónico e, no retorno, hábitos, palavras ou expressões iam entrando na linguagem do dia-a-dia moçambicano em português ou em línguas africanas. Se o português está hoje num risco maior do que antigamente, ou sofrendo uma ameaça maior do que as que ao longo da história pode ter sentido, isso deve-se ao avanço global do inglês como língua internacional. Daí que possamos argumentar que em Moçambique o português provavelmente carece de uma protecção especial como qualquer uma das outras línguas da região: chope, changana, makua e muitas mais.

Ironicamente, o artigo de Mia Couto, que o editor colocou como um SOS logo na primeira página, não refere a diminuição da língua portuguesa em Moçambique. O título, que ocupa praticamente um terço do espaço dedicado ao artigo, declara efusivamente: «o perigo existe» (Couto, 1993: 5). Subsequentemente, muito pouco do que é dito por Mia Couto neste artigo merece o título atribuído, e inevitavelmente ficamos a pensar se quem seleccionou tão bombástico título terá efectivamente lido o artigo. É praticamente como se o editor tivesse previamente decidido que o português estava em perigo em Moçambique, independentemente do que o artigo efectivamente dizia. Mia Couto inicia o seu artigo afirmando que, a longo prazo, o português pode vir a ser substituído pelo inglês. Porém, de imediato, contrapõe: «na verdade, acho difícil que tal venha a acontecer porque o português é, por um lado, a língua materna para muitos moçambicanos e, por outro, já contaminou muitas das línguas nacionais do país». O resto do artigo coloca em questão e discute as estatísticas que indicavam a diminuição do português e afirma: «quando se fala do receio de o português ser substituído por outras línguas, se estão a agitar fantasmas». Agitar fantasmas, de facto. Parece estar-se de novo a desenterrar o fantasma do *ultimatum* britânico, com tudo o que isso acarreta e implica na psique nacional portuguesa. Um fantasma que os portugueses deixaram viver e parece manterem vivo.

Numa outra entrevista ao *JL*, em 1999, Mia Couto reafirma a sua convicção de que, ao mesmo tempo que o inglês é importante em Moçambique, o português é ainda a língua pela qual o país se imagina. Ao mesmo tempo chama a atenção

para a ideia feita de que Moçambique é uma nação de língua portuguesa [«não mais do que um terço dos 16 milhões de moçambicanos falará português» (Silva, 1999: 9)]. A falta de apoio de Portugal não parece ter retardado ou desacelerado a consolidação do português como uma língua moçambicana. Críticos como Cristóvão, Gouveia e Saúte entraram num discurso de inferioridade, retratando a língua portuguesa como indefesa face ao avanço do inglês. Mia Couto, por outro lado, critica abertamente estes «complexos de pequenez» (Couto, 1994: XXIV) e vê o futuro de forma bastante mais optimista. Apenas apela para o apoio prático que pode efectivamente ser dado aos escritores moçambicanos.

A posição de Mia Couto é bastante mais razoável em vários sentidos. Antes de tudo, ele recusa desenvolver o debate sobre a ameaça que a língua inglesa representa para a modificação da interacção de Portugal com Moçambique. Por outro lado, a posição defendida por Gouveia, Saúte e Cristóvão encena o já longo cenário de Portugal como vítima — sempre sob a ameaça do poder anglo-saxónico, que não respeita as fronteiras do que Portugal ainda imagina como se fosse seu. Todavia, a realidade histórica de Moçambique no final do século xx mostra-nos algo diferente. Não somente que o Moçambique pós-colonial pode imaginar-se a si próprio em língua portuguesa, mas sobretudo que se recusa fazê-lo nos termos estabelecidos pelo antigo colonizador. Usa a língua portuguesa da sua maneira própria, sem a assombração dos fantasmas do Ultimatum, e que não se sente intimidada pelo inglês. Por outras palavras, para os moçambicanos, os receios e medos do avanço do inglês não são mais do que um vestígio de uma fantasia colonial portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict, 1991, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (London, Verso).
- Commonwealth Secretariat, 1991, *Capacity-Building in Mozambique: The Commonwealth Contribution* (London, Commonwealth Fund for Technical Cooperation).

- COUTO, Mia, 1993, «O perigo existe», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 27 de Julho, 5.
- , 1994, «Gerar futuro e não gerir saudade», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 22 de Junho, XXIV.
- CRISTÓVÃO, Fernando, 1987, *Notícias e Problemas da Pátria da Língua* (Lisboa, ICLP).
- GOUVEIA, Jorge Bacelar, 1994, «Moçambique sem português?», *Expresso*, de 7 de Maio, 24.
- HAMILTON, Russell, 1986, «Language and Literature in Portuguese-writing Africa», *Portuguese Studies*, 2, 196-207.
- HERRICK, Alison Butler, 1969, *An Area Handbook for Mozambique* (Washington D. C., American University).
- JAMBA, Sousa, 1997, «Out of Lusophone Africa: The Situation of Writers in Angola and Mozambique», *TLS*, de 17 de Outubro, 29.
- MACHEL, Samora, 1975, *A Nossa Luta* (Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique).
- Mozambiquefile*, 1995, «Mozambique to Join Commonwealth?», August, 22.
- NEWTIT, Malyn, 1981, *Portugal in Africa: The Last Hundred Years* (Harlow, Longman).
- NGUGI WA THIONG'O, 1986, *Decolonizing the Mind: The Politics of Language in African Literature* (London, James Currey).
- NUNES, Maria Luísa, 1987, *Becoming True to Ourselves* (New York, Greenwood Press).
- ROSÁRIO, Lourenço, 1987, «A oralidade através da escrita na voz africana», in *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, org. Manuel Ferreira (Lisboa, Gulbenkian), 181-189.
- SAÛTE, Nelson, 1993, «Intelectuais moçambicanos preocupados: língua portuguesa em perigo», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 27 de Julho, 4-5.
- SILVA, Rodrigues da, 1999, «Entrevista: Mia Couto», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, de 10 de Março, 7-9.

PORTUGAL-ANGOLA: ALGUMAS RELAÇÕES LITERÁRIAS

FRANCISCO SOARES*

As relações literárias entre Angola e Portugal no século xx são marcadas por um acontecimento a vários títulos decisivo: o período da guerra colonial. A chamada «guerra colonial» foi na verdade um conjunto de guerras, relativamente concertado, pela independência dos países africanos de língua portuguesa. Foram, portanto, guerras de independência, anticoloniais. E é essa nova direcção que marca a viragem irreversível das relações literárias entre os dois países. Ela une portugueses e angolanos sob uma nova bandeira, que é a do reconhecimento mútuo. Por outro lado, intensifica, como nenhuma outra, o trânsito entre Portugal e Angola. Isto vai por sua vez intensificar as nossas relações literárias e promover intertextualizações não conflitivas, como eram as de alguma da chamada literatura colonial. Agora as intertextualizações aproximam, estabelecem cumplicidades perante uma guerra duplamente recusada, não procuram distinguir o selvagem do civilizado, nem opor um ao outro, nem colocar o selvagem e mau de um lado e o civilizado e bom do outro, são relações solidárias e, de certo modo, igualitárias.

Já antes tinha havido movimentos nesse duplo sentido de modernização bibliográfica do meio local e de reconhecimento de uma autonomia literária. Na verdade, a literatura, em grande parte, preparava já, desde os anos 40, a cumplicidade que a

* Docente da Universidade de Évora; especialista em literatura angolana. Entre as suas obras conta-se a *Notícia da Literatura Angolana*, 2001, publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

guerra veio relevar. Mas eram tímidos os primeiros sinais, ou poucos e, sobretudo, sem que o horizonte de expectativas apontasse para a irreversibilidade do processo.

Apesar de reconhecer a importância deste factor contextual, ele não se impôs por si próprio. Houve pessoas que polarizaram, com o seu crescimento e a sua energia, o que depois esquematicamente escrevemos nas histórias das literaturas e das nações, ignorando, por vezes, que estamos a falar de percursos biográficos decisivos e de genealogias culturais assentes nas relações entre as pessoas. Se as obras em si, por estarem libertas do contexto original, exigem uma leitura que explique esse funcionamento autónomo, interdependente de contextos novos e parcialmente imprevisíveis, a história literária tem exigências diferentes que vão para além das características das obras. Elas nos exigem a compreensão dos processos em função do desenvolvimento espiritual e do envolvimento dos acidentes biográficos, que podiam ser inconsequentes em outras pessoas. Começamos então por ver quem foram os protagonistas e em que medida isso está relacionado com as relações literárias entre Angola e Portugal.



Logo no dealbar do século surge em Luanda uma publicação efémera, *Luz e Crença*, cujo nome tinha conotações maçónicas. Segundo Mário António, o título completo seria *Luz e Crença, Propaganda Literária Ilustrada*. Saíram «duas edições» apenas, porém decisivas (1902-1903) para a memória cultural de Luanda. Um ano antes, protagonizado pelo mesmo grupo de filhos da terra, apareceu o *Almanach Ensaios Literários*, «de que foi director Francisco das Necessidades Ribeiro Castelbranco» e que se reeditou em 1902 (impresso numa tipografia de Lisboa)¹. Os

¹ Segundo Mário António Fernandes de Oliveira em *A Formação da Literatura Angolana*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, pp. 129-133.

seus protagonistas eram funcionários públicos filhos da terra que vinham ascendendo na escala social em contramão, ou seja, ao arripio do esforço de colonização que tendia a branquear, com a presença de maior número de reinóis, toda a administração do Estado. Neste panorama é exemplar a ascensão de Francisco Castelbranco (por vezes aparece Castello Branco ou Castel-Branco): entrou ele como «guarda da alfândega de Luanda, com exercício na mesa grande, por alvará de 14-1-1885»² e a 10 de Julho de 1899 tomava posse como «1.º oficial do quadro aduaneiro da província, colocado na alfândega de Luanda», após uma estada de vários anos em Benguela também trabalhando na alfândega. Esta foi uma das vias pelas quais a elite local encontrou maneira de manter um mínimo de posição perante o avanço do colonialismo positivista pós-*Ultimatum*, que a República apenas iria acelerar, gorando as expectativas dos republicanos angolenses.

Lino de Sousa Araújo, que foi proprietário de *O Cruzeiro do Sul* nos anos 70 do século XIX³, ilustra uma segunda via de permanência e resistência no interior do sistema. Era a dos que fizeram carreira nas repartições da Fazenda, pois em 18 de Fevereiro de 1899 é confirmado como «recebedor» na repartição da Fazenda de Luanda e «1.º Tesoureiro Geral» da repartição da Fazenda Provincial. Mamede de Sant'Anna e Palma, que fizera o elogio necrológico de Joaquim Dias Cordeiro da Matta em *O Arauto Africano* (em artigo datado de «19-5-1889») ⁴, era confirmado como «amanuense de 2.ª classe» da repartição da Fazenda de Huíla — para onde se deslocou. Ao mesmo tempo, António de Assis Júnior, que ainda nos daria duas peças fun-

² *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, suplemento ao n.º 18 (s. d.; o n.º 18 é de 6 de Maio de 1899), p. 224, onde se resume a sua carreira até esse momento.

³ Mário António, *A Formação da Literatura Angolana*, p. 113.

⁴ V. Mário António, *A Formação da Literatura Angolana*, p. 107, F. Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, p. 107, e E. Bonavena, «Cordeiro da Matta: 'o poeta do rio Cuanza'», in J. D. Cordeiro da Matta, *Delírios*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 11.

damentais da literatura angolana em 1917 e em 1934, era confirmado como «amanuense de 1.^a classe» da repartição da Fazenda do Pungo Andongo/Ambaca⁵.

Uma terceira via foi a dos empregos de tipógrafo e telegrafista. Era uma colocação vital, visto que assegurava a comunicação de mensagens a longa distância e por via da escrita. Augusto Silvério Ferreira, outro nome ligado à *Luz e Crença* e, segundo Mário António, «líder carismático da sociedade crioula»⁶, fora admitido «à frequência do curso prático de telegrafia, com subsídio», em Janeiro desse ano⁷ e em Março aparece já na qualidade de «amanuense dos Telégrafos»⁸. Não se ficou por aí: uma portaria (n.º 536) de 24 de Novembro de 1899 nomeia «o amanuense interino da secretaria geral», Augusto Silvério Ferreira, «provisoriamente», escrivão «da residência de Cabinda, com os respectivos vencimentos»⁹.

Esta rápida vista de olhos serve para mostrar, sobretudo, que o grupo da *Luz e Crença* e dos *Ensaíes Literários*, António de Assis Júnior, mesmo Óscar Ribas, são também o resultado da ascensão e entrada no funcionalismo público dos filhos da terra depois do *Ultimatum* e são, portanto, um reflexo do fim de século anterior. É nesse sentido que, tanto *Ensaíes Literários* quanto *O Angolense* (mais tarde), republicam o poema «Negra», de Cordeiro da Matta, ou *Scenas d'África*, de Pedro Félix Machado. Os *Ensaíes Literários* depunham, portanto, no pórtico do século xx, uma geração de transição, mas que basicamente vinha e resultava do século anterior¹⁰. Mesmo em termos literários, se ela timidamente constituiu o realismo angolano, fez qualquer coisa que já devia ter acontecido antes.

Dos mesmos meios ergue-se a *Voz de Angola Clamando no Deserto*, que foi uma das principais manifestações de proto-

⁵ BOGGPA, n.º 7, 18 de Fevereiro de 1899, pp. 94-98.

⁶ *A Formação da Literatura Angolana*, p. 131.

⁷ BOGGPA, n.º 1, 7 de Janeiro de 1899, p. 15.

⁸ BOGGPA, n.º 11, 18 de Março de 1899, p. 145.

⁹ BOGGPA, n.º 47, 25 de Novembro de 1899.

¹⁰ V. Mário António, *A Formação da Literatura Angolana*, pp. 129-131.

nacionalismo. Volto a Mário António e à *Formação da Literatura Angolana*: «por investigações feitas se conclui que foram seus autores quase todos os africanos que, no ano da sua publicação, eram vivos e que antes haviam assumido um papel de relevo na imprensa crioula angolana dos dois-três últimos decénios do século XIX». O livro representa aliás uma vertente fundamental das letras angolanas do século romântico, a polémica. O avolumar das tensões sociais, essencialmente provocadas pelo avanço da colonização positivista e evolucionista, explode nessas páginas com o mais veemente e apurado estilo que o século XIX podia ter produzido aqui. Quero dizer com isto que também esse livro e toda a polémica envolvente podemos inserir ainda na directa resultante do século anterior.

4

As primeiras manifestações típicas do novo momento, de contenção e recuo para as elites urbanas e rurais de Angola, são bifidas. O início do que muito equivocadamente se chamou a literatura colonial dá-se também nestes anos, com as etnografias de Benguela e Catumbela escritas por Augusto Bastos (1872-1936) e os seus folhetins de aventuras coloniais ou locais transformados em pequenos livros. Só mais tarde são publicados em Portugal os livros de João Teixeira de Vasconcelos¹¹, Maria Archer¹², Henrique Galvão¹³.

Augusto Bastos é uma figura *sui generis* na Angola de então. Filho da terra (de pai português e de mãe angolana), com a família abastada no pólo Benguela-Catumbela (nessa altura o Lobito ainda não contava), foi estudar a Lisboa e aproveitou bem o seu tempo. Mostra possuir uma inteligência brilhante e uma cultura científica actualizada, que ia da matemática às ciências sociais, passando pela astronomia e outras

¹¹ *Memórias de um Caçador de Elefantes*, Porto, Marânus, 1924.

¹² *África Selvagem: Folclore dos Negros do Grupo Bantu*, Lisboa, Guimarães, 1935.

¹³ *Kurika: Romance dos Bichos do Mato*, 2.^a ed., Livraria Popular Francisco Franco.

matérias. Porém, a morte prematura do pai obriga-o a voltar e a trabalhar no mesmo eixo comercial e geográfico onde foi, entre outras profissões mais ou menos espirituais, padeiro e presidente da Câmara (apesar da condição de mestiço e de já não ser muito rico na altura). Foi sócio correspondente da Sociedade de Geografia, nesse âmbito escrevendo e publicando as etnografias de Benguela ¹⁴ e Catumbela ¹⁵. Mantinha-se informado, o quanto podia, sobre a evolução da cultura científica. Foi convidado, em 1928, a organizar e instalar o Arquivo Histórico de Angola, num reconhecimento que, apesar de tardio, quadrou bem no escol angolense.

A literatura de Augusto Bastos nesta época é essencialmente didáctica e algo ingénua. Parece acreditar que, por um esforço pedagógico ao serviço do qual punha a sua arte, seria possível existirem no futuro colonos honestos e filhos da terra dignos a viverem em conjunto e respeitando-se. Parecia achar o progresso, mesmo à sombra do colonialismo, compatível com as tradições em vários pontos. O tempo não lhe deu razão e o desenlace é surpreendente, não por ter morrido pobre, nem por ter sido enterrado em campa rasa (até hoje preservada no «Campo da Igualdade» em Benguela), mas por nos ter deixado ainda um livro raro, segundo consta, uma espécie de romance policial, inovador mais uma vez nas letras angolanas. Criador de personagens — sendo esse o aspecto artístico, intrinsecamente literário, mais relevante na sua prosa narrativa —, escreveu e publicou (em 1932) as *Aventuras Policiais do Repórter Zimbro* — hoje desaparecidas.

A obra de Augusto Bastos coloca-nos a questão levantada por Mário António com muita lucidez em *A Formação da Literatura Angolana*: saber se a literatura que se chamava colonial era de colonizados ou de colonizadores. Augusto Bastos foi incluído «na lista de 'heróis' que *O Angolense* de 1917» ergueria como estandarte face ao ataque decisivo do segmento colonial

¹⁴ *Traços Gerais sobre a Etnografia do Distrito de Benguela*. Lisboa, Typ. Universal, 1909.

¹⁵ *Etnografia de Catumbela*, Lisboa, 1912.

mais agressivo contra os filhos da terra, que ele chama com justeza de crioulos. Mais tarde Alberto de Lemos faz-lhe a biografia e, mais tarde ainda, Geraldo Bessa Victor escreve um livro sobre ele (*Intelectuais Angolenses dos Séculos XIX e XX — Augusto Bastos*¹⁶). Era, portanto, reconhecidamente, membro do escol crioulo de então e como tal actuou, mesmo quando não tomou posição definida contra o colonialismo ou tentou que ele fosse mais positivo e continuasse a incluir os filhos da terra no «esforço civilizador», como eufemisticamente se dizia. De resto, uma posição que veio a ter António de Assis Júnior, o combativo advogado que assinou o famoso *Relato sobre os Acontecimentos de Ndalatando e Lucala* e foi uma das figuras marcantes de *O Angolense* de 1917. Na verdade o que há a fazer é uma distinção diferente entre a literatura exótica de Ferreira da Costa, Henrique Galvão ou mesmo Augusto Casimiro e a literatura enraizada na mentalidade híbrida das cidades coloniais ou, mais raramente, numa profunda vivência rural.



A presença actuante de Augusto Bastos foi responsável também pela formação inicial, enquanto escritor, de um dos vultos maiores e mais reconhecidos da cultura angolana da primeira metade do século xx, se formos a ver bem, de todo o século: o prosador e etnógrafo Óscar Ribas, um narrador ágil e um grande estilista da língua portuguesa.

Óscar Bento Ribas nasceu em Luanda em 1909, filho de pai português e mãe angolana também. Fez estudos secundários no Seminário-Liceu de Luanda, sendo portanto marcado pelo ambiente literariamente conservador que aí dominava. Um exemplo dos frutos que se cultivavam ali é o seu livro de poemas *Cultuando as Musas*, publicado só em 1992 mas que reflecte o ambiente literário em que se formou e socializou na adolescência.

¹⁶ Seria o primeiro fascículo de uma série que não teve continuação, talvez porque o livro foi publicado (em Lisboa) pelo autor em 1975.

O escritor realizou também em Lisboa estudos comerciais, sendo nesse aspecto coincidente (mais uma vez) a sua biografia com a de Augusto Bastos (que também foi estudar em Lisboa e não num curso superior). A circunstância de ter ido para Benguela relativamente novo, no âmbito da almejada carreira profissional (ainda, na sequência do século XIX, a trabalhar para os serviços de Fazenda), é que lhe proporcionou o convívio com Augusto Bastos. Foi em Benguela que a doença o atingiu, cegando-o. Após a adaptação às novas condições, a cegueira permitiu-lhe, ironicamente, a disponibilidade necessária para desenvolver a extensa obra que nos legou, válida a vários títulos.

O tom didáctico das duas primeiras narrativas que publicou¹⁷ reflecte a influência de Augusto Bastos e da época, embora não se reduza a ela. Em *O Resgate dum Falta* o exotismo, curiosamente, foi invertido: a acção desenrola-se no espaço rural português e África é a referência longínqua do degredo. Tratou-se, porém, de mero episódio. O que permanece, desde esse começo, é a preocupação ética e pedagógica e um cuidado no uso da língua que serve de lição para qualquer candidato a escritor. Numa primeira fase (interrompida pela cegueira e retomada alguns anos depois), a sua escrita vai depurar-se até revelar um domínio admirável das subtilezas, etimologias e vasos comunicantes da língua portuguesa. Vê-se essa tal depuração, crescendo com um senso de elegância que se tornou raro, em *Flores e Espinhos* (segundo ele, escritos na sua maioria antes de cegar)¹⁸, *Uanga*¹⁹ e *Ecos da Minha Terra*, também reunindo escritos antigos. O estilo dessa prosa pode ser comparado ao de Augusto Casimiro, por exemplo em *Nova Largada*, em grande parte inspirado na experiência colonial do autor.

Abordando especificamente a obra de Óscar Ribas, permitam-me comentar dois exemplos do que digo para que

¹⁷ *Nuvens que Passam*, Luanda, s. n., 1927; *O Resgate dum Falta*, Benguela, s. n., 1929.

¹⁸ *Flores e Espinhos*, s. l., s. n., 1948 (Gráf. Santelmo).

¹⁹ *Uanga: Feitiço — Romance Folclórico Angolano*. Luanda; Lobito; Nova Lisboa; Sá da Bandeira. Lello (distr.), 1951.

tome corpo, ao nível da recepção deste artigo, o que não deixou de se incorporar ao nível da escrita.

Primeiro exemplo: «não é só na dor que a palavra, em eflúvios de bondade, cai na alma como um sopro divino»²⁰. A primeira impressão, precipitada, sem dúvida, será de ranço. No entanto há uma poética depurada nesta frase, escrita há muitas décadas, mística e não fortuita. Repare-se na noção da palavra «sopro», não só por ser divino mas porque se articula a uma das teorias platónicas da inspiração e à etimologia da palavra «inspiração». As referências para que podemos remeter não são só platónicas: nos manuscritos de Qumran, por exemplo, há trechos que explicitamente representam o mesmo. Também nas tradições populares angolanas que relatou e reescreveu se percebe que a imagem do «sopro» não é somente física, havendo sopros maus no vento²¹ segundo as donas do outro tempo que lhe contavam as estórias. Há também o sopro do ferreiro, que faz a analogia do sopro do poeta e, parecendo mágico, na verdade resulta de uma sabedoria que tem qualquer coisa de místico. De maneira que o «sopro divino» ganha uma conotação mais para além do platonismo da tradição europeia. Por esta memória transatlântica da língua portuguesa o escritor pode juntar uma referência animista a uma tradição mística europeia ou semita.

A palavra soprada, escutada, é rica também de vocabulário, bem apetrechado e usado com propriedade. Da rede vocabular, a metáfora desponta sem exagero nem espalhafato, quase corpórea e bem proporcionada, noutras passagens rasando o chão duro da verdade lado a lado com o voo alto que resgata uma nefanda história: os escravos («truncos de ébano»), que partiam para as Américas, expiavam «um anátema, o cálice da amargura tinham que esgotar até às fezes». Como Cristo, be-

²⁰ *Ecos da Minha Terra: Dramas Angolanos*, Luanda: Lobito; Nova Lisboa: Sá da Bandeira, Lello (distr.), s. d., p. ix.

²¹ Verso de M. António, do poema «Donas do outro tempo» (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999). Em *Chingujo* era «há sopros maus nos ventos».

beram-no até ao fim. «Roladas mais de duas lunações» (duração da viagem) fecundavam com o martírio «novas pátrias» e com a «sordidez alimentariam o fulgor da Humanidade»²² (repare-se na ironia que paira sobre tal fulgor e tal humanidade, mas também no resgate que o sacrifício faz do sórdido comércio. Recorde-se ainda o eco desta imagem na poesia de Agostinho Neto, Maurício de Almeida Gomes e Viriato da Cruz). A metáfora de Óscar Ribas, já nesse tempo, é também socialmente orientada: os carregadores de machilas e tipóias «arrastavam um fadário de besta»²³; «suas palavras exprimiam muitas vezes rajadas de inveja»²⁴. Observe-se que a inveja aqui fica desculpada pelo «fadário de besta», que a torna compreensível, quiçá desculpável, num procedimento retórico que mais tarde, já ideologizado, irá desculpar, por exemplo, as taras de João Vêncio pelas taras da sociedade capitalista e colonialista na qual emerge.

A atenção da metáfora aos aspectos sociais não afecta, como em Luandino, o rigor estético exigido a qualquer escritor: a imagem da inveja a exprimir-se por «rajadas» de palavras é exacta e sugestiva relativamente ao modo como a inveja se manifesta no teatro da consciência e na fala. Escutamos aqui a linguagem oposta à dos eflúvios de bondade caindo como cacimbo ou orvalho do céu na alma do poeta. E é um português vernáculo, testemunhal, denunciante, que enuncia a realidade social por onde se decai a tal ponto o fadário da besta. A língua portuguesa tem realmente essa característica: pode ser certa, verrinosa (leia-se Camilo e Tomaz de Figueiredo), até invejosa; quando retrata pela negativa, é uma rasteira da qual o atingido ridiculamente se levanta. Apanhando esse vernáculo certo certamente em casa e no meio onde cresceu, Óscar Ribas dá-lhe uma dignidade literária que não foi fácil igualar em Angola.

Em parte, essa dignidade prende-se com o senso da elegância que se desenvolve sem perda de nitidez. Uma passagem

²² *Uanga*, ed. cit., p. 25.

²³ *Id.*, p. 26.

²⁴ *Id.*, p. 41.

elucidativa da elegância, vivacidade e exactidão do seu estilo vem no seguinte passo de *Uanga*: «Então, num relâmpago, vida e morte manifestaram-se com seus panoramas²⁵. / A vida, em brado veemente, dava-lhe energia, incitava-a a fugir. E, como labareda por entre fumarada, entremostrava-lhe o horizonte do ideal. / A morte, avultando os monstros, reproduzia a fatalidade. Em arrancos, eles, com as dentuças aguçadas, esquartejavam-na, ossos e carne engoliam contentes.»²⁶ O dilema entre vida e morte em que a personagem repentinamente se debatia era figurado assim, num português culto e ao mesmo tempo vernáculo, intelectualizado («vida e morte manifestaram-se com seus panoramas») e cru («com as dentuças aguçadas»), numa consciência ao mesmo tempo cênica («manifestaram-se com seus panoramas», «reproduzia a fatalidade», «entremostrava-lhe o horizonte do ideal») e veemente («em brado veemente [...] avultando os monstros»). Comumente, hoje, num romance de acção, o protagonista pensava: «Tenho que fugir depressa», e definia a direcção que devia tomar. É o raciocínio que se pretende certo e rápido, sem reticências nem complacências, com stress ou estresse o raciocínio típico da bolsa de valores. Óscar Ribas trabalha uma fala de outro mundo. Ali são as imagens que, por analogia, accionam a decisão. A prontidão que se exige é comum, a pressão tensa é, como na bolsa de valores, a de um rato com estímulos negativos e positivos constantes e paralelos, mas o raciocínio da personagem trabalha aqui por analogias e não por silogismos. As analogias levam em conta os aspectos morais, a decisão tem de ser pronta mas ética, de um amor ideal à vida que não se deixa controlar pelo medo. Caíso não pensa por palavras nem por esquemas retóricos ou dialécticos que são como o bruxo Baxenxe²⁷: tanto servem para o bem como para o mal. Caíso pensa por imagens que lhe dão força para vencer a fraqueza: «a cada momento,

²⁵ Note-se a propriedade no uso da palavra «panorama» aqui.

²⁶ *Uanga*, ed. cit., pp. 33-34.

²⁷ Personagem de *Galo Cantou na Baía e Outros Contos*, de Manuel Lopes.

visionava os jacarés saírem do rio, avancarem pela margem, espostejá-la²⁸ famintos. E Caisso já sentia dentarem²⁹ suas carnes, por momentos até se julgava sem um pedaço. Quis gritar. Não podia: a língua endurecera! Só tiritava, tiritava³⁰. E o terror a vir do rio, a entrar nela, a supliciá-la com as mandíbulas!» Mas são as imagens da vida que lhe reduplicam o «alento» (recorde-se o sopro), com que «diligenciou afastar-se»³¹.

«No final da narrativa» a metáfora regressa, carregada mais uma vez de valorações: «os comentários, como borboletas volteando a luz, enxamearam a ocorrência»³². Repare-se na colocação metafórica dos comentários, que figura o que se passa quando se conta uma estória (uma «ocorrência»): a estória traz luz (lição) e essa luz atrai o pensamento (os comentários), que se organizam em torno dela como borboletas esvoaçantes a rodear os favos de luz. Mas enxamearam, ou seja, multiplicaram-se como enxames e a presença dos enxames nos alerta já para outro tipo de insecto, menos idealizado que a borboleta (que é absolutamente positiva nas conotações que em português lhe conheço) e já conotado negativamente na língua, portanto lembrando-nos os comentários malévolos, rasteiros e mordazes num sentido também negativo, mau.

Numa segunda fase, com a aproximação cada vez mais intensa às tradições orais de Luanda, Benguela e respectivas envolventes, a elegância culta e a exigência ética vão nutrir-se cada vez mais da crueza e concretude da expressão oral numa síntese rara, pontilhada com enredos míticos, que dará origem aos seus títulos mais conhecidos como *Ilundu*³³, os três volumes de *Missosso* (1961, 1962, 1964)³⁴, *Sunguilando: Contos Tradicio-*

²⁸ Note-se como a palavra, sendo rara, não surge forçada aqui.

²⁹ Veja-se como o neologismo ou verbalização também não surge forçado aqui, pelo contrário, reforça o concreto da imagem.

³⁰ Note-se como a repetição do verbo é uma espécie de onomatopéia do próprio tiritar, já imitado pela sequência sonora da palavra.

³¹ *Id.*, p. 34.

³² *Id.*, p. 35.

³³ Luanda, Museu de Angola, 1958.

³⁴ Há uma edição (a 3.ª) angolana, Luanda, UEA, 1979.

*nais Angolanos*³⁵ ou *Kilandukilu: Contos e Instantâneos* (1973). A filologia deste percurso está consignada para as gerações futuras num imprescindível *Dicionário de Regionalismos Angolanos*, que fixa o quimbundo da capital e o português de Angola em muitas das suas vertentes³⁶, trazendo o sabor local a línguas que se espalharam pelo mundo.

Sabor local que, na sua obra, reside (por motivos familiares e pessoais até) mais na cultura de Luanda e meio envolvente, sobretudo «meio envolvente». Talvez isso tenha levado alguns comentadores, nas notas necrológicas, a afirmar que ele se destacava como escritor e etnógrafo da etnia quimbundo. É uma afirmação redutora, até para a própria «etnia». Ele testemunha, recria e transmite as estórias da tradição de Luanda e seu *hinterland*, mas também as de Benguela e seu *hinterland*. É o caso dos «dramas» «Damba Maria» e «Miado que Enternece», de *Ecos da Minha Terra*, estórias que teria ouvido em Benguela («Damba Maria» é, note-se, a estória que abre o livro)³⁷. Quanto às de Luanda, nesses contos (o que já se via em Chatelain) entram o Governador, o Rei de Portugal, a par de ritos e ficções tipicamente pré-coloniais ou acoloniais. Ou seja: ele já não retrata uma «etnia» (no conceito rígido aplicado por alguns antropólogos), mas um intercurso tendencialmente transétnico. Em *Ilundu* transcreve um ritual («A expulsão do forasteiro — Kutubula o ngênji») onde se torna clara a identidade funante dessas comunidades, que ao mesmo tempo negociavam com o «gentio» (as «gentes» do interior) e com os comerciantes e portos estrangeiros. A questão não era de raça, nem de cor de pele, nem de étnica. Tratava-se de intermediários — agora no sentido comercial do termo: parentes que se tinham «dedicado à compra e venda de escravos ou, mesmo, ao simples negócio com o gentio». Veja-se bem a identidade de cada uma das entidades envolvidas: «o alegórico defunto é sepultado no quintal, ante possessões de

³⁵ Lisboa, AGU, 1967. Há uma edição angolana: Luanda, UEA, 1989.

³⁶ Matosinhos, Contemporânea, 1997.

³⁷ «Damba Maria», pp. 1-19; «Miado que enternece», pp. 89-106.

forasteiros e funantes, representando aqueles os antigos escravos ou gentios com quem negociara e estes os da sua estirpe»³⁸. São essas estirpes, não as chefaturas tradicionais, que mesclam as estórias das etnias pré-coloniais com outras do seu tempo, já com sinais de globalização, mitificando-o, ritualizando-o e criando um acervo misto — o acervo que Óscar Ribas regista e recria, na sequência de Cordeiro da Matta, Assis Júnior e outros. Ele é, portanto, o etnógrafo ou folclorista das antigas comunidades africanas em mistura, na Angola colonial, com outras vindas de longe e reproduzidas em português ou, mais tarde, nas próprias línguas locais.

Um sinal disso é dado, por exemplo, pela introdução de plantas novas, que vai ter o seu reflexo nos rituais registados em *Ilundu*. As folhas de bamba-hurihúri misturadas dão uma massa fina e outra grossa. A grossa deve ser «torrada com a maior variedade possível de sementes, tais como: feijão, abóbora, melão, melancia, milho, jinguba, gergelim, massambala, quiabo, etc.». Se repararmos na origem de cada uma destas sementes, na seiva de que se alimentaram primeiro, o que diremos da tradição que as integra num ritual? Que é luso-africana? Ou simplesmente crioula e acidentalmente luso-africana? Que é globalizada? A integração ritual dos novos elementos transforma o acervo em causa tornando-o próprio das antigas cidades coloniais? Ou é ainda a tradição pré-colonial que as integra sem que isso a desfigure? As fronteiras são, nesse campo de questões, ténues e as relações literárias entre Angola e Portugal passam por estas subtilezas, quando não as provocam mesmo, porque a plasticidade e a memória da língua fornecem estímulos de subtileza. A subtileza é o instrumento a que recorre Óscar Ribas para ligar a exactidão, a crueza e a elegância do estilo. É por comodidade, por facilitismo e por se reparar que realmente há acervos mais misturados que outros, e mais recente e assumidamente, que se opta por termos como crioulo e pré-colonial ou pós-colonial. Mas a sua existência é de uma dinâmica subtil, porque todos eles resultam de misturas e, acima de tudo, de

³⁸ *Op. cit.*, p. 123.

uma tradição que é universal e de que as nações são fragmentos apropriados pelo espírito dos lugares e a história de um grupo de nascidos e crescidos em comum.

Augusto Bastos e Óscar Ribas encontram continuidade ainda numa figura que atravessa quase todo o século xx, o benguelense Raul David, igualmente prosador e etnógrafo (no sentido lato, não profissionalizado, que a palavra teve). Mas a biografia de Raul David é várias vezes diferente. A relação com Portugal e a cultura portuguesa foi contrariada e lancinante. Neto de um soba que se rebelara por causa do imposto, o seu pai foi mandado para São Tomé. Quanto a ele, teve uma educação ocidentalizada e o português como primeira língua. Apesar das habilitações, os preconceitos da época e a história da família não deixavam que fosse longe no mercado de emprego, pelo que sentiu na sua pele a discriminação dos tempos coloniais. Andou alguns anos a trabalhar no interior, entre o povo umbundo, e aí recuperou uma tradição ancestral, de que deu testemunho ao mundo urbano e globalizado no qual procurou defendê-la.

Como as de Óscar Ribas, as suas recolhas são versões. O autor gravou («inscrigravámos») na memória o acervo de que depois nos dá uma versão, assumida humildemente no derivar dos anos que leva a memória a falsear³⁹. Os *Cantares do Nosso Povo* são versões de cantos tradicionais agrupados em três domínios: «Cantares de namorado», «Cantares de maldizer» e «Cantares de dor». Esta classificação abarca bem o acervo local e tem familiaridades com a genologia medieval portuguesa. A lírica medieval portuguesa também integrava cantigas de amor (e de amigo, sendo ambas essencialmente cantigas de namoro), cantigas de escárnio e maldizer, bem como lamentos ou prantos, muitos ligados à morte como os do «nosso povo». É possível que a leitura de algum manual ou História da Literatura Portuguesa tivesse contribuído para esta classificação. Por contributo mais directo ou por uma relação funcional. Refiro-me, no segundo caso, ao facto de a classificação da lírica medieval

³⁹ *Cantares do Nosso Povo*, Luanda, UEA, 1989.

portuguesa ser um termo de comparação. Posta no contexto, a ordenação de Raul David equivale a dizer: estas composições são comparáveis às cantigas medievais portuguesas. O que é um processo conhecido na formação das literaturas lusófonas e de outras. Gonçalves Dias substitui a referência medieval dos «trovadores» coimbrões, que também visitou, pelas tradições orais dos índios. E fundou nessas tradições, em grande parte, a nacionalidade literária brasileira. Raul David faz, através destas versões poéticas, uma operação idêntica: põe a tradição oral no lugar que em Portugal ocupou a lírica medieval, que se propagava e desenvolvia pela oralidade principalmente. A época de Raul David é, porém, outra, de maneira que são outros os arranjos de conjunto que resultam da fragmentação das escolas anteriores. O nacionalismo aparece associado agora ao etnografismo e ambos à retórica revolucionária. A síntese das três vertentes está naquela expressão do título: «do nosso povo». Na época da publicação do livro ela é passível de uma leitura revolucionária, mas também etnográfica, muito particularmente da etnografia praticada pelos filhos de algum lugar relativamente a esse lugar de origem, o do «nosso povo»; e também nacionalista, na medida em que este «nosso povo» faz necessariamente parte, com o seu acervo, da identidade angolana, condicionando a sua definição com uma legitimidade inquestionável. De maneira que alberga, a expressão «do nosso povo», a herança do nacionalismo romântico europeu ou americano, a das etnografias particularmente radicadas em recolhas de e por «autóctones» e a do internacionalismo proletário, porque o «nosso» é o «povo» humilde e explorado, formado principalmente por camponeses, operários, considerados na época o motor da revolução. Como se vê pelas notas, pelas traduções e pela introdução, trata-se de heranças inteiramente incorporadas, podendo notar-se a clareza de linguagem do autor no seu português de norma europeia.

Foi nos contos que Raul David mais evidenciou uma criatividade pessoal operando sobre os textos. Neles a preocupação didáctica e a preocupação com o bem, com a justiça, com a partilha, com o equilíbrio nas relações humanas, alonga também a componente ética e pedagógica da literatura benguelense anterior, especialmente a de Augusto Bastos. Raul David

disse-me ter conhecido ainda Augusto Bastos e que a figura do etnógrafo benguelense lhe servia de modelo. Foi por uma exigência ética semelhante à de Augusto Bastos que denunciou os malefícios do colonialismo, bem como atitudes oportunistas nos primeiros anos depois da independência.

↳

Até ao início do período de luta pela independência (no fim dos anos 40, portanto cerca de treze anos antes de a luta armada começar em Angola), a pequena comunidade literária angolana era constituída pelos que residiam no país e por alguns grupos reduzidos de pessoas a morar em Portugal — onde se destacam os marítimos africanos e os estudantes (em geral universitários). Mais por via dos que estavam em Portugal do que directamente em Angola, os angolanos foram recebendo informações sobre a evolução das literaturas no mundo e, em particular, de movimentos como a negritude, o negrismo, o renascimento africano, etc. Mas de alguns grupos não veio nenhum grande vulto às letras do país, vieram jornalistas e políticos sobretudo, gentes hábeis que foram discretamente construindo uma estrutura de passagem que sustentou, mais do que se pensava, a acção política nacionalista⁴⁰. Razão pela qual a história da literatura angolana se concentra principalmente no território hoje nacional — e sobretudo em Luanda —, bem como nos grupos de estudantes a residir em Lisboa, Paris e outras capitais.

Na então colónia arrastava-se uma prática nem sequer penumbriada ou decadentista (como aconteceu no Brasil antes de o Modernismo triunfar), porque essa espécie de *estados* poéticos coincidia com uma linguagem polida, elegante, requintada, que nem sempre caracterizava a lírica de Angola nesse tempo. Era uma espécie de decadentismo meramente costumista.

⁴⁰ A quem interesse o assunto é imprescindível a consulta do livro de Filipe Zau *Marítimos Africanos e um Clube com História*, Lisboa, Universitária, 2005.

Múltiplos factores contribuíam para isso: a progressiva proletarização (portanto, empobrecimento e perda de domínio) de uma elite local, que lhe dificultava a actualização ou globalização; o predomínio de uma personalidade literariamente conservadora a nível do ensino, em particular do ensino religioso e da língua; a extrema prudência que essas duas condicionantes aconselhavam, mais a situação política, era a terceira vertente a considerar, porque tornava as pessoas tímidas também na literatura, tímidas quase já por automatismo de defesa. No boletim da Liga Nacional Africana (*Angola*), ao longo dos anos 30 e 40, há receosas e incipientes tentativas de renovar a poesia, quer em ligação com o modernismo, quer em ligação com a literatura brasileira, quer ainda em relação com a problemática posta a circular por movimentos de reivindicação da negritude *latu sensu* e *avant la lettre*. Mas não passam disso. Por seu turno, a literatura escrita por colonos mantinha um marasmo equiparável no que diz respeito à literatura portuguesa. Quem vem dar o empurrão decisivo nesse marasmo é Tomás Vieira da Cruz, cuja obra foi publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Natural de Constância, não era licenciado nem tinha nenhuma profissão directamente ligada à literatura, se exceptuarmos aquela que vem junto às caixas de remédios (trabalhava em farmácia). Mas terá conhecido e admirado a poesia dos saudosistas, dos modernistas, de António Sardinha e de António Botto. Parte para Angola, portanto, com toda essa bagagem. A profunda vivência na pequena cidade de Novo Redondo (hoje Sumbe), onde funda o jornal *Mocidade*, nos anos iniciais da longa permanência angolana, levou-o a conhecer como ninguém o espaço rural, a conhecer os angolanos e sobretudo as angolanas a partir do interior (pessoal e geograficamente falando). Uma vez ido para Luanda contribuiu ali para a dinamização cultural do meio, promovendo o teatro, o cinema, para além dos recitais de poesia. Por tudo isso ele opera uma revolução fundamental na história literária e cultural da colónia. Pega no costumismo e nos ecos que ele trazia do fim do século XIX, dá-lhes um cariz moderno sem lhes retirar o sabor local, com o que desenha a matriz da nova poesia angolana, mesmo a poesia nacionalista e internacionalista do fim de 40 e começos de 50 — pese embora a diferença (e a rejeição) ideoló-

gica radical. O que a poesia desses anos acrescenta, numa fase inicial, é só mesmo o pendor ideológico. Apenas as conclamações líricas de Agostinho Neto, mais influenciadas pela oratória religiosa (protestante) e política, mais discursivas também e menos narrativas, fogem a este quadro. Mas os poemas de Maurício Gomes, Viriato da Cruz, Aires de Almeida Santos e António Jacinto saem dessa matriz para abrir o novo período, o da afirmação nacionalista. O seu português é uma língua que vem do século XIX para cair no meio do seguinte com a surpresa que tem alguém a descobrir-se moderno e misto. O seu contributo constituiu portanto um ponto alto na contribuição portuguesa para as relações literárias luso-angolanas.

4

António de Assis Júnior, apesar da importância que teve para a literatura angolana, pode parecer estranho aqui, na medida em que vem tarde viver em Portugal (anos 50) — tarde relativamente ao período mais criativo da sua vida. Ele era no entanto a principal figura da comunidade urbana e crioula de Angola na transição do século XIX para o seguinte e, nessa qualidade, entrou numa relação complexa, problemática e tensa com Portugal — inevitável naquele contexto. Entra na função pública ainda nos anos 90 do século XIX, sendo confirmada a sua nomeação como «amanuense de 1.ª classe da repartição de Fazenda» em «Pungo Andongo/Ambaca», a 18 de Fevereiro de 1899⁴¹. Trabalhou e viveu também no Dondo, Luanda, Lucala e Ndalatando. Veio a advogar causas nobres com uma oratória acutilante e poderosa, especialmente em favor dos filhos da terra. De um processo kaskiano, que vitimou vários proprietários africanos, e da sua envolvimento na defesa dos mesmos, veio a sofrer as mais nefastas consequências, narradas no *Relato sobre os Acontecimentos de Ndalatando e Lucala*. Este primeiro livro prolonga uma tradição que se prendia com a oratória jurídica. Algumas peças escritas por advogados e lidas em

⁴¹ BOGGPA, n.º 7, 18 de Fevereiro de 1899, p. 94.

tribunal tornaram-se tão famosas que eles vieram a publicá-las (como dantes os padres faziam com sermões e, mais recuadamente, os oradores greco-latinos com as suas melhores «defesas»). Pedro Félix Machado fez por exemplo sair a sua defesa do comerciante Eduardo Braga, peça brilhante e incontornável em qualquer história da retórica jurídica e polémica em Angola⁴². Essa peça era ao mesmo tempo artística no uso da linguagem, na montagem da narrativa dos acontecimentos, e de uma grande segurança no domínio da língua e na *dispositio*. No *Relato* de Assis Júnior encontramos os mesmos elementos. A tensão dramática sobe, mesmo que em sacrifício da linguagem erudita do parnasiano, reforçando-se o tom polémico das acusações e a veemência do protesto, escrito ainda com o sangue quente das feridas. Por estes e outros motivos tornou-se uma espécie de patriarca da comunidade crioula e dos «indígenas» durante as primeiras décadas do século xx. Exerceu, nesse âmbito, sobre Geraldo Bessa Victor, uma influência que ultrapassa o literário para incluir o político e o jurista. É António de Assis Júnior, o defensor dos «indígenas» e dos «filhos da terra», um dos protagonistas do recuo posterior quando, por mera questão de prudência, foi assumida publicamente a integração de Angola em Portugal a troco da sua participação no «esforço civilizador», quer dizer, a troco da manutenção de um mínimo de posição social e política — mínimo que se foi diluindo com o tempo. Não é de pôr de lado a hipótese de a influência de Assis Júnior ter contribuído para a opção do Bessa Victor pelo curso de Direito, que o trouxe a Portugal, onde acabou por fixar-se, tal como decerto foi decisiva para a postura política do futuro advogado.

Geraldo Bessa Victor nasceu em Luanda em 1917, ano da segunda série de *O Angolense*, onde saem os textos de Assis Júnior sobre Ndalatando e Lucala e os elogios a Augusto Bastos e Pedro Félix Machado, de quem se transcrevem as *Scenas d'África*. Era neto do general Geraldo António Victor, o militar

⁴² *Mituta do Agravo do Despacho de Pronúncia de Eduardo Braga*, Benguela, s. n., s. d. (Tip. de A Semana).

angolano de maior prestígio no seu tempo, combatente e estratega temido, para além de conhecedor interessado das culturas tradicionais. Geraldo António Victor tornou-se uma figura lendária da segunda metade do século XIX e entrou no folclore angolano com o nome que lhe davam no interior, Quinjango. Uma música popular o celebra, música recuperada por Liceu Vieira Dias e depois cantada em versões diversas. O neto virá a dedicar-lhe o livro *Quinjango no Folclore Angolense*, para o qual recebe o contributo fundamental de António de Assis Júnior. É no seio da criouldade luandense que o futuro advogado faz as suas primeiras e últimas socializações: estuda no liceu da capital e nela começa a sua vida profissional como empregado bancário. Mais tarde vem para Lisboa estudar Direito, ficando a residir aí até à sua morte. A sua poesia, inicialmente reflectindo o «costumismo» dominante em Angola, desenvolveu-se assente em dois eixos: um de motivação africana e modernizante; um segundo de motivação tendencialmente metafísica e universal, que se prende com preocupações éticas e espirituais do autor, em Portugal reforçadas e desenvolvidas. Ambas se reúnem em «di-versos» como estes: «se há um Deus que é branco e outro Deus que é preto, / ou um Deus existe sem raça nem cor» («Ode à Avó Capinha»), ou estes: «Ouvi todas as vozes que em mim ouço. / Vivi todas as vidas que há em mim» («Liberdade cativa»). A obra de Geraldo Bessa Victor está igualmente publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, disponível portanto no mercado bibliográfico português, permitindo ao leitor interessado aprofundar estes e outros aspectos que me dispensam de comentários prolongados.



Mais tarde, outros poetas oriundos do mesmo meio lhe seguiram o percurso, entre eles se destacando, sem dúvida, M. António. Mário António Fernandes de Oliveira é de uma geração completamente diferente. Nasceu em Maquela do Zombo mas era um homem de Luanda. Filho de pais mestiços, o progenitor estudou no Seminário, escreveu versos («E, prolongada na minha / a tua poesia»), morreu jovem, sem ter publicado. Filho mais novo da *Mensagem*, que o acolheu com entusiasmo,

e da poética nacionalista em geral, um dos quatro fundadores (com Viriato da Cruz) do Partido Comunista Angolano e outras efêmeras organizações, desde cedo a lírica de M. António evoluiu num sentido de modernização, apuramento, contenção de linguagem, metaforização requintada e surpreendente, que o afastaram da poesia panfletária. Sofreu os consequentes dissabores, os exílios internos, acrescentados pelo facto de, apesar da superior inteligência e da altíssima média com que terminou o liceu (19 valores), não ter condições (económicas) para prosseguir os estudos. Simultaneamente dois poetas portugueses começaram a reparar nele e isso foi decisivo para a sua carreira: José Blanc de Portugal e António Manuel Couto Viana. O primeiro foi seu chefe nos serviços de meteorologia em Luanda e o segundo tê-lo-á conhecido numa visita de um grupo teatral a Luanda, visita reportada animadamente por Mário António no jornal dos estudantes do liceu. António Manuel Couto Viana, como se sabe, protagonizou com David Mourão-Ferreira a *Távola Redonda* e abriu-lhe portas em Portugal. No começo dos anos 60 surgiu a oportunidade de Mário António vir estudar e leccionar em Lisboa, no ISCPU (prolongamento da Escola Superior Colonial em que Assis Júnior chegara a dar aulas de quimbundo), e não a desperdiçou. Fixou-se aí, fazendo carreira universitária, publicou o restante da sua obra, impar no contexto poético angolano, e morreu. Foi o mais requintado, globalizado e informado (literariamente informado) dos poetas da sua geração e da que imediatamente lhe antecedeu. A sua poesia encontra-se igualmente publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda para que o leitor possa fazer dela uma ideia de conjunto, inexistente há poucos anos.



O percurso da maioria dos que vieram estudar para Portugal foi porém diferente. Podemos dividi-los em dois tipos, para além do que resumi. O primeiro grupo é constituído em torno de uma espécie própria de «torna-viagem». Podemos tomar como exemplo Alexandre Dáskalos, um dos primeiros poetas nacionalistas, e Alda Lara, o grande nome da poesia feminina angol-

lana até à sua morte. São pessoas que partem para estudar, fazem o curso e regressam à então colónia dando o seu contributo no terreno, como tentou fazer Agostinho Neto inicialmente. Alexandre Dáskalos, pai da poetisa Maria Alexandre Dáskalos e irmão de Sócrates Dáskalos, descendia de gregos, e não só, mas pertencia a uma família radicada em Angola. Não saindo propriamente da comunidade crioula de Luanda, ou do seu *hinterland*, referem-no de passagem mas raras vezes o lêem. A veemência, a politização e ritmo acutilantes e a discursividade da sua lírica, de resto escassa, aparenta-se com a que alguns anos depois Agostinho Neto publicará. O tom épico e de conclamação tê-lo-á bebido na poética neo-realista portuguesa. Aparece nele internacionalizado (o neo-realismo também se globalizava) e angolanizado, comungando estilística e ideologicamente a postura de outros intelectuais portugueses presentes na colónia, como Eugénio Ferreira, pai do poeta angolano Carlos Ferreira.

Alda Lara era filha de um velho comerciante benguelense, maçom confesso, que empobreceu com o tempo e acabou a viver e trabalhar na então Nova Lisboa. De seu nome completo Alda Ferreira Pires Barreto de Lara (Albuquerque após o casamento com o escritor Orlando de Albuquerque), nasceu em Benguela (litoral centro de Angola) em 9 de Junho de 1930. Vai para Lisboa terminar o 7.º ano do liceu e ali entra na Faculdade de Medicina, ingressando igualmente na Casa dos Estudantes do Império. Acabou o curso na Universidade de Coimbra e depois, recusando um convite para trabalhar em França, regressou a Angola, onde exerceu a profissão até morrer, segundo se diz, de parto do quinto filho, em Cambambe, a 30 de Janeiro de 1962. Poetisa e declamadora, a sua lírica tem uma particular sensibilidade à harmonia musical e pode, por isso mas não só, ser aproximada da *Távola Redonda* ou, no Brasil, de Cecília Meireles, perfilhando a mesma aposta no lirismo, no verso melodioso e musical, a par do imenso amor por África e Angola que sempre a orientava e a distinguia das poetisas portuguesas e brasileiras. Pelo menos dois poemas seus foram musicados, tornando-se letras de fados conhecidos em Portugal, «Testamento» («À prostituta mais nova / Do bairro mais velho e escuro / Deixo os meus brincos lavrados / Em cristal límpido

e puro») e «Poemas que eu escrevi na areia — II» («Bergantim, meu bergantim, / Foi-se ao mar e não voltou, / Que numa praia distante / Meu bergantim se afundou»).

Seu irmão mais novo, Ernesto Lara Filho (o pai de ambos se chamava Ernesto Lara), poeta e boémio da linhagem de Aires de Almeida Santos, inaugurou a crónica moderna angolana e marcou-a definitivamente. Teve um percurso intermédio entre o de Alda Lara ou Alexandre Dáskalos e o do segundo grupo, de que vou falar a seguir. Viveu em Angola, depois em Portugal, depois em França, para onde fugiu, depois em Brazzaville, onde fez os melhores programas do *Angola Combatente* (programa de rádio do MPLA na Rádio Brazzaville), regressou a Angola com residência vigiada num hotel de Luanda (antes da independência) e morreu cerca de um ano após a independência, no Huambo (onde trabalhava como apicultor), atropelado por um veículo militar⁴³. A sua crónica — o trabalho dele mais conhecido — era de uma vivacidade e mordacidade invejáveis e demonstrava um alargado índice de leitura e de incorporação de leituras, onde as da lusofonia (e particularmente a de Eça de Queiroz) detinham talvez o maior papel.



O percurso mais comum foi o do segundo grupo ou tipo, o daqueles que vieram estudar para Lisboa — a maior parte sendo integrada nas actividades da Casa dos Estudantes do Império — e que depois fugiram de Portugal, integrando, mais tarde, a luta armada na vanguarda ou na retaguarda. Claro que a figura mais saliente aí é a de Agostinho Neto, que viria a ser o primeiro presidente da República de Angola. Inicialmente havia uma diferença que o distinguia de alguns outros: foi criado no segmento dos filhos da terra que, pela colagem entre a Igreja Católica e o Estado Novo, reagiu integrando-se em igre-

⁴³ Dados fornecidos por amigos seus, sendo que David Mestre os reúne quase todos num artigo que lhe dedicou e se tornou capítulo das *Lusografias Crioulas* (Évora, Pendor, 1996).

jas protestantes. O pai levou esta reacção a fundo e tornou-se pastor, para além de professor (tal como a mãe) na escola da igreja.

Nasceu na aldeia de Kaxicane, região de Icolo-e-Bengo (a 60 km de Luanda), onde havia uma comunidade local resistente ao avanço colonial na medida em que não se deixou proletarizar completamente. Nasceu a 17 de Setembro de 1922 (era, portanto, dois anos mais velho que António Jacinto e seis anos mais velho que Viriato da Cruz). Entre os homens de Catete a profissão de enfermeiro tinha muito prestígio e o próprio Agostinho Neto, acabado o liceu, trabalhou nos serviços de saúde. Isso deve ter influenciado na decisão de cursar Medicina, o que veio a fazer em Portugal (em Coimbra primeiro, depois em Lisboa), como Alda Lara, Edmundo Rocha e muitos outros nacionalistas. Casou-se com uma mulher portuguesa, também escritora (Maria Eugénia Neto, que se destacou na literatura infantil), e, decerto, a boda (coincidente com o fim do curso) incluiu sardinha, regada com vinho tinto, sem prejuízo da angolanidade (segundo se diz, Jonas Savimbi integrou uma delegação de «africanos» que teria tentado demovê-lo de casar com uma portuguesa). Trabalhou, em certo momento, com os seus camaradas do Partido Comunista Português (integrando o MUD juvenil) e diz-se que o PCP o terá ajudado a fugir (também se diz que a PIDE teria fechado os olhos a essa fuga, até porque era incómodo pela relevância que lhe atribuía a opinião pública internacional). Os seus poemas são escritos em Angola e Portugal, reflectindo-se desde cedo neles a ligação à negritude (de que posteriormente se afastou, considerando-a uma poesia de gabinete), a poetas negros e mestiços americanos e ao neo-realismo. Não será por acaso que essa diferença, tão marcada, coincide com a sua relação prolongada e aprofundada com Portugal, onde, como disse, havia mais notícia dos movimentos negros e socialistas do que em Angola. Essas influências eram temperadas com a oratória protestante que o acompanhava desde a infância e que dá uma coloração própria, no âmbito da poesia militante, às metáforas da luz, do amanhã, do amanhecer, da noite — facto observado por Mário António em *A Formação da Literatura Angolana*. E é de uma ironia amarga o facto de a oratória protestante influenciar um dirigente antiamericano

de Angola... De qualquer modo, a junção das duas (ou três) influências resulta na transformação em poesia lírica da oratória política e religiosa orientada em favor da causa angolana e da revolução socialista.

Foi, como disse, o percurso mais comum o de Agostinho Neto, e isto mesmo durante os anos 50 e 60 do século xx. Foi o percurso de quase todos os poetas nacionalistas daquele tempo e a forte ligação a Portugal manteve-se depois no exílio, com a interacção que por vezes existia do que veio a ser o MPLA do exterior e o PCP, eventualmente outros grupos da oposição portuguesa também (ganham destaque especial aí as cidades de Paris e Argel).

Viriato da Cruz, penso que o mais acabado dos poetas nacionalistas angolanos, teve percurso idêntico, embora não estudasse em Portugal e não tivesse qualquer espécie de colaboração com o PCP. Nasceu em Porto Amboim, junto à foz do Cuanza, em 1928 — filho, como Mário António, de pais mestiços. O pai era, no entanto, um grande proprietário de terras e gado e nesse ambiente se terá o poeta inspirado para escrever o poema «Menina da roça». Os pais separaram-se e Viriato da Cruz foi para Luanda, iniciando os estudos primários e de catecismo na escola da Igreja do Carmo. Estudou depois no Colégio D. João II e, mais tarde, no Liceu Salvador Correia. Desde cedo se interessou pela literatura e contou, entre os seus amigos, com Tomás Jorge Vieira da Cruz (poeta nacionalista filho de Tomás Vieira da Cruz e que reside em Lisboa há muitos anos), Humberto e Geraldo Bessa Victor, António Jacinto, Ilídio Machado, Filinto Elisio de Menezes, Mário António e o irmão (Arquimedes), Diógenes Boavida, Mário Pinto de Andrade e outros jovens igualmente «filhos da terra». Não acabou o 7.º ano por ter contraído tuberculose e é durante a convalescença que escreve pela primeira vez poesia. A falta de recursos impediu-o de, mais tarde, acabar o liceu e começou a trabalhar na secretaria da Escola Industrial, sendo transferido para o Lubango de onde vem já despedido e vigiado como «perigoso comunista», que de facto era (comunista). Não consegue dinheiro para realizar estudos universitários em Portugal (o pai não o apoia financeiramente e as associações de filhos da terra também não porque o pai era rico). Acabará no entanto por vir para Lisboa,

mesmo sem condições, para apresentar aos conterrâneos (e outros africanos lusófonos como Amílcar Cabral) o seu projecto político. Insiste nessa altura para que fossem criadas estruturas inteiramente africanas e fosse cortada a relação ambígua com partidos da oposição portuguesa, especialmente o PCP. Depois, aconselhado pelos amigos, parte para Paris e nunca mais regressará a Angola ou a Portugal. Entra na organização do MPLA, que chega a dirigir, entra em dissídio com Agostinho Neto, afasta-se, participa ainda no Governo Revolucionário de Angola no Exílio da FNLA, e parte depois, definitivamente, para o exílio, que decorrerá principalmente em Pequim. Em 1973, caído em desgraça na China de Mao que tanto elogiara, o governo português ainda lhe oferece passaporte e condições para o regresso, que recusa, por continuar a ser um nacionalista convicto. Morre em Pequim nesse ano⁴⁴. Os seus laços com Portugal foram estes, tormentosos. A sua poesia, no entanto, escrita sobretudo em Angola, é o resultado e a superação da lírica anterior (incluindo a de Tomás Vieira da Cruz), da influência brasileira e portuguesa e, mais para o fim, da apaixonada leitura de Langston Hughes, Claude McKay, Jorge Guillén, entre outros. Extraí-se deste conjunto uma poesia essencialmente lusófona e angolana mas ao mesmo tempo globalizada, um trabalho de prospecção da angolanidade (como observou Mário António num dos artigos de *Reler África*) que estatuiu para o futuro os vectores básicos da poesia nacionalista, inclusive o da sua internacionalização. Ela encontra continuidade e parentesco imediato nos poemas de António Jacinto e nos primeiros poemas de Mário António, bem como nas alegorias poéticas de Aires de Almeida Santos. As suas relações literárias com Portugal tornaram-se postumamente as melhores possíveis, sendo em certa altura mais estudado no antigo país colonial do que em Angola, onde estiveram proscritos o nome e a obra

⁴⁴ Estas notas biográficas resumem a colaboração de Edmundo Rocha para o livro colectivo a sair em Luanda sobre Viriato da Cruz. Aí também um estudo de Moisés Alves Fernandes levanta o percurso chinês de Viriato da Cruz onde fui colher informações complementares.

durante alguns anos. Tem, como Alda Lara, assinalável presença na música portuguesa (através principalmente de «Namoro») e na angolana, claro.



Uma biografia parcialmente próxima da de Viriato da Cruz, mas apresentando cronologias e envolvimentos diversos em face das cisões e dos poderes pré e pós-independência nos movimentos anticoloniais, foi a de António Jacinto. Nasceu no Golungo Alto, em 28 de Setembro de 1924 (a esse antigo distrito pertencia o concelho de Malanje no século XIX). Fez o liceu em Luanda e, tanto quanto Viriato ou (mais tarde) Mário António, parecia destinado a ficar por ali — no seu caso, como empregado de escritório. O envolvimento no combate pela independência leva-o, porém, ao Tarrafal de Santiago, onde estancia entre 1960 e 1972, ano em que é transferido para Lisboa com liberdade condicional. Trabalha aí algum tempo como técnico de contabilidade e foge depois de Portugal, integrando mais directamente as fileiras do MPLA. Foi ministro da Cultura de Angola entre 1975 e 1978 e morreu em 23 de Junho de 1991. Os casos e descasos da política e do combate acabaram, portanto, por aproximá-lo do país colonial sem que tenha ido para aí estudar como a maioria dos outros nacionalistas. A sua poesia pouco se ressentiu disso. É uma ramificação do mesmo tronco de onde saíram os poemas narrativos de Aires de Almeida Santos e Viriato da Cruz — uma escola que tem raízes locais adubadas por Tomás Vieira da Cruz e que deixou muitos frutos na poesia angolana dos anos 50 e 60 e, até, 70.

Outra biografia próxima destas é a de Luandino Vieira. Há o facto inicial do seu nascimento (1935) e primeira infância portuguesas, o que mais tarde ainda veio a acontecer com Ruy Duarte de Carvalho e, parcialmente, com David Mestre. Mas esse facto pouco ou nenhum significado literário teve. Luandino Vieira tornou-se, com Arnaldo Santos e outros, um instigante cronista da Luanda das Ingombotas, do Bairro Operário, do Kinaxixe, do Makuluso. Filho de portugueses pobres, teve uma carreira profissional de sucesso que o levou a gerente de em-

presa até ser preso em 1961 por actividades ligadas ao MPLA. No quadro das relações literárias Angola-Portugal, a figura de Luandino torna-se imprescindível por dois motivos: pela recriação da língua portuguesa a partir de uma matriz local e pela polémica em torno do prémio que lhe foi concedido. A recriação da língua portuguesa é o fruto da leitura de João Guimarães Rosa, alvitre para responder às preocupações do autor com uma identidade linguística e artística de Angola. Esse português da Angola urbana, artisticamente reinventado, abriu um caminho profícuo nas literaturas africanas lusófonas, que veio depois a ser seguido vernaculamente por Uanhenga Xitu, moçambicanamente por Mia Couto e deixou um lastro até hoje observável em vários ficcionistas posteriores (Boaventura Cardoso, José Eduardo Agualusa), o último dos quais Ondjaki. O segundo motivo é meramente contextual: galardoado com o Grande Prémio de Novelística da SPA, pelo livro *Luuanda*, em 1965 (portanto quando estava preso no Tarrafal por atentar contra a soberania portuguesa em Angola), a reacção das autoridades foi brutal, destruindo e ilegalizando a SPA. O facto tornou-o mais conhecido e simpático aos olhos do público português, em geral contrário à guerra, abrindo ou avivando um interesse que estava restrito a pequenos grupos ideologicamente motivados. Após a longa passagem pelo Tarrafal, o regime coloca-o em Lisboa com residência vigiada, em 1972, de maneira que, sem vir estudar, acabou por apanhar aqui o mesmo ambiente que os estudantes nacionalistas angolanos. Por estranho que pareça, tal como Agostinho Neto e Viriato da Cruz praticamente abandonaram a poesia depois de fugirem de Portugal, Luandino Vieira abandonou a literatura chegada a independência. São factos interessantes, na medida em que ajudam a rever as teorias que há sobre criatividade artística e política, ou sobre as condições e motivações da criatividade.



Uma biografia que apresenta intersecções com todas estas mas se destaca delas ao mesmo tempo é a de Castro Soromenho. Era tipicamente um homem em trânsito que resolveu desde novo o problema de localização e de identificação

que isso lhe poderia trazer entregando-se à ficcionalização de motivos angolanos, em especial da Lunda, na qual viveu e trabalhou. Nasceu com a República (1910) na Zambézia (Chinde), no seio do alto-funcionalismo colonial (a ascendência materna era cabo-verdiana e a paterna portuguesa). Fez os estudos primários e secundários em Portugal, seguindo para Angola em 1925. Aí foi chefe de posto (a partir de 1931) e jornalista (a partir de 1936, no *Diário de Luanda*). Em 1937 segue para Lisboa e daí para o Rio de Janeiro, correspondente do jornal português *Humanidade*. No ano seguinte, já de regresso à capital portuguesa, publica em Lisboa o seu primeiro livro, *Nhári*, uma narrativa ainda muito próxima da perspectiva «colonial» e que revela já um escritor apurado. Publica, em 1939, 1943 e 1945 (ou seja, durante a II Grande Guerra), *Noite de Angústia*, *Rajada e Outras Histórias* e *Calenga* (um romance e duas recolhas de contos em que se apura a sua escrita, que se aproxima lentamente da sensibilidade crítica do colonizado). A viragem decisiva começa com *Terra Morta*, em 1949 (seis anos depois de abandonar o jornalismo e se dedicar apenas à literatura). Note-se que ela coincide com a emergência da poesia nacionalista, quer pela segunda fase da *Cultura* (que é dada por muitos como a primeira), onde colaboram nacionalistas angolanos e seus apoiantes portugueses, quer pelo movimento de retorno às raízes chamado «Vamos Descobrir Angola». Escreve depois *A Chaga* (1957, acompanhando a terceira fase de *Cultura*) e *Viragem* (1970), sendo esta a chamada «trilogia de Camaxilo» que vai consagrá-lo definitivamente como romancista angolano. Reside em Paris de 1961 a 1965, ano em que vai viver para São Paulo, onde fixa residência até à morte, em 1968. A sua obra evolui significativamente no ambiente cultural português, acompanhando a ascensão triunfal do neo-realismo, o que terá efeitos próprios no caso da trilogia de Camaxilo, totalmente afastada das résteas de vocabulário novecentista e de ficção exótica, afastada com isso das referências tribais que procurou retratar antes e narrando, sim, as contradições e tensões geradas no interior do sistema colonial. Tinha razão, relativamente a toda a obra, a intuição inicial de Jorge de Sena, que o colocava na resultante do compromisso entre as literaturas africanas e europeias, compromisso também ideológico, levado a cabo em Lisboa so-

bretudo, e que o próprio autor assumiria. Na verdade, é a sua, pela fiel memória angolana e pela rigorosa evolução no sentido de um realismo crítico, uma narrativa intermédia, de transição e transitiva entre Portugal e Angola. Não conseguiu, por vezes, o desenvolvimento trágico da psicologia das personagens locais, dos não-aculturados, que eram de carne e osso mas cujos sentimentos eram deduzidos a partir de manifestações exteriores. No entanto, há truques que nos compensam, porque nos mostram que isso não impedia a profundidade e o alcance poéticos desses sentimentos. Por exemplo *A Chaga* é composta de tal maneira que a cena final dá-nos, em retrospectiva, toda a psicologia do colonizado que até ali parecia impenetrável, a dimensão psicológica da sua revolta. Por estes e outros motivos, aos quais não é alheio o cuidado posto no uso da palavra, exerceu influência em vários escritores que vieram depois e particularmente naqueles que reflectiram mais os ambientes rurais fora do antigo reino de Ngola e respectiva área de influência, como é o caso, também híbrido entre Angola e Portugal, de I. Rebelo de Andrade.



Uma vez que o tempo escasseia e nos falta ainda uma boa parte do século, vejo-me obrigado a reduzir e aglutinar as biografias, questões e genealogias.

No meio do século, um dos factores decisivos nas relações literárias Angola-Portugal foi a existência da Casa dos Estudantes do Império e do seu boletim *Mensagem*, nome que reproduzia o da revista que lançou definitivamente a literatura nacionalista em Angola. A CEI e a *Mensagem* foram os principais centros aglutinadores dos estudantes africanos, de euro-africanos, mesmo de alguns brasileiros, como Fernando Mourão, e de portugueses sem directa relação com as colónias. A partir dali se congregavam esforços no sentido da independência mas sobretudo, para o que nos interessa agora, ali se formava uma microcomunidade literária lusófona que misturava conhecimentos e informações de carácter artístico de todo o mundo e publicava poesia nacionalista africana. Essa microcomunidade vai estar na base da maioria das manifestações ligadas à emergên-

cia de literaturas mais modernas nos PALOP e as edições da CEI dão-nos um quadro bastante completo do que em termos de poesia estava a ser feito por angolanos, para ficarmos pelo exemplo que me traz a estas páginas. O centro difusor emite para e recebe de vários centros locais e de exilados (Argel e Paris, principalmente) sinais literários que reforçam o neo-realismo (português e brasileiro), a negritude (francófona e anglófona) e algumas particularidades da literatura portuguesa de então. A *Mensagem* de Lisboa está, porém, sobejamente estudada — como aliás a angolana.



O avanço nacionalista e a intransigência de Salazar conduzem à guerra. A guerra, por sua vez, vai provocar um fenómeno que faz o contraponto da CEI em Luanda pelas dinâmicas políticas, económicas e sociais que vem despoletar. Um dos factores decisivos foi a presença de muitos soldados-poetas nos anos 60 e 70. Manuel Alegre é o nome talvez mais conhecido e a sua biografia cruza-se também com os nacionalistas angolanos em Argel. Entrou na guerra em 1962 e, na sua jornada de África, organizou uma revolta militar que o levou à prisão. Este facto veio a ter consequências literárias irónicas e interessantes, uma vez que o poeta conviveu na prisão de Luanda com escritores angolanos como Luandino Vieira, António Jacinto, António Cardoso. É colocado depois em Coimbra com residência fixa, foge para o exílio em 1964 e vai integrar a FPLN do general Humberto Delgado. Passa nessa altura dez anos em Argel e encontra lá vários nacionalistas angolanos, tendo conhecido Agostinho Neto e Mário Pinto de Andrade.

Outros poetas-soldados a assinalar foram António Salvado, Fernando Assis Pacheco, Virgílio Alberto Vieira⁴⁵. António Salvado tinha colaborado com Herberto Helder, Helder Macedo, José Carlos Gonzales e outros nas *Folhas de Poesia* (1957). Foi

⁴⁵ V. *Espacio/Espaço Escrito*, n.º 15-16, Badajoz, 1998.

professor de liceu em Luanda para além de combatente. A sua poesia de motivação angolana é a poesia de guerra e destaca-se da de outros pela focalização no drama pessoal vivido no momento da luta, sob o fogo da metralha, sentindo a morte dos companheiros ali ao lado; enfim, é talvez o que mais directamente nos faz sentir o momento crucial da guerra. Fernando Assis Pacheco, nascido em Coimbra em 1937, deixou-nos vários livros de motivação africana onde repassa a sua vivência em Angola motivada pelas guerras de independência. A apropriação de alguns termos locais e a vivência com a boémia luandense deram a tais livros uma coloração própria, que os destaca e salva o gosto pelo tom coloquial. Virgílio Alberto Vieira envolveu-se também profundamente com o meio intelectual de Luanda, onde inicia a vida literária. Chegou a publicar com David Mestre um periódico de poesia, de que saíram ainda cinco números e ali publicou o seu primeiro livro.

Há mais escritores portugueses a referir, soldados ou não. Claro que não vou nomeá-los a todos. Há neo-realistas como Manuel Ferreira, que deu aulas em Luanda num colégio onde estudava David Mestre. Do começo dessa escola literária, foi mais importante para Alves Redol a passagem por Luanda. Seguiu para lá a 5 de Abril de 1928 (n. em 29 de Fevereiro de 1911)⁴⁶, permaneceu ali três anos e ali começou a colaborar na imprensa, tendo passado por fases de desemprego e regressado a Portugal doente⁴⁷. Por Angola passaram escritores também sem filiação «escolar», como António Lobo Antunes (que embarca em 1970 como alferes miliciano, regressando em 1973), Herberto Helder (que passa um ano em Angola como repórter da revista *Notícia*⁴⁸) e outros.

⁴⁶ http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia.php?c=925, captado em 19 de Outubro de 2006.

⁴⁷ <http://www.esec-alves-redol.rcts.pt/htm/Historia/Patrono.htm>, captado em 19 de Outubro de 2006. V. também *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. v, Lisboa, Europa-América, 1998, pp. 472-473.

⁴⁸ V. a sua entrada no *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. v, Lisboa, Europa-América, 1998.

Esta movimentação para Angola soma-se à partida maciça de novos colonos, alguns dos quais ex-soldados que optavam por ficar no território. Criou-se (em Luanda e não só), nesses anos, uma microcomunidade literária luso-angolana (no sentido em que envolvia portugueses e angolanos). Os primeiros sinais não vieram da guerra, por acaso, mas de um professor colocado no território: refiro-me à colecção «Imbondeiro», na então Sá da Bandeira, cuja alma era o ficcionista português Garibaldino de Andrade, embora também dela participasse desde o início Leonel Cosme, ensaísta, jornalista e ficcionista lusitano. Ambos estavam ligados de alguma forma ao neo-realismo (ainda que a narrativa de Garibaldino seja mais abrangente, mais humana e menos programática). Estavam por igual empenhados no mesmo processo literário conducente à independência cultural de Angola e publicaram muitos escritores importantes até hoje para o nosso país. Apoiaram e animaram outras iniciativas, como a dos angolanos Ernesto Lara Filho e Inácio Rebelo de Andrade no Huambo (col. «Bailundo»). Foram sequenciados por publicações mais efémeras, mas não menos empenhadas, quer na globalização e actualização literárias, quer na construção de uma literatura nacional angolana. Foi o caso do *Vector* na então Nova Lisboa, das edições *Convívium* em Benguela e de várias outras em Luanda. Ao mesmo tempo, o maior jornal da colónia, *A Província de Angola*, publicava um suplemento congregador das boas vontades angolanas e portuguesas que muito contribuiu para a modernização, publicação e desenvolvimento da comunidade literária local. A presença de portugueses vem a reflectir-se mais tarde na própria literatura portuguesa, com títulos e livros de motivação angolana, como os de Manuel Alegre, Fernando Assis Pacheco, A. Lobo Antunes, Virgílio Alberto Vieira e outros. Esquecidos estavam já os títulos mais ou menos exóticos ou patrióticos de Augusto Casimiro, Ferreira da Costa, Henrique Galvão e Maria Archer. O factor guerra pela independência mudara radicalmente o quadro e já não havia lugar para inocências nem exotismos.

Pelo meio passaram ainda figuras interessantes e difíceis de integrar fosse no que fosse. Para além de alguns atrás citados, é de referir Joaquim Montezuma de Carvalho, que publica

em Nova Lisboa um interessante *Panorama das Literaturas das Américas: de 1900 à Actualidade*⁴⁹.

4

Uma das consequências deste duplo trânsito activado pela guerra faz-nos entrar já no período pós-independência. O duplo trânsito criou laços que, em muitos casos, se mantiveram até hoje. Desses laços resultaram obras impressas ou publicadas em Portugal, seja por necessidade seja por afeição, ou por haver aí simplesmente um nicho de mercado. De onde que os escritores mais antigos, desde Agostinho Neto, António Jacinto, Costa Andrade, Luandino Vieira, António Cardoso, muitos outros, até aos dos anos 60 e 70 (Pepetela, Manuel Rui Monteiro, Arlindo Barbeitos, David Mestre, Ruy Duarte de Carvalho, etc.) fossem largamente publicados em Portugal e chegassem ao conhecimento geral dos interessados em literatura.

A primeira grande quebra neste movimento vai dar-se durante os anos 80. As novas gerações, mesmo nos casos em que os seus poetas tinham acabado o liceu no tempo colonial, não tinham contactos em Portugal que lhes possibilitassem um nível de publicação e divulgação semelhantes ao dos antecessores. Foram-se revelando no próprio país, excepto um ou dois casos de exilados, mais ou menos isolados, que iam no entanto furando bloqueios nos países de acolhimento (Aqualusa em Portugal, Sousa Jamba em Inglaterra). Ao mesmo tempo os estudos universitários de literatura africana estavam ainda numa fase de implementação e consolidação. Em certos casos por motivos ideológicos, em outros pela força da presença editorial de escritores consagrados, não era possível ainda que a Universidade portuguesa desse atenção a poetas que estavam a emergir nesse momento em Angola. Muitos deles só mais tarde vieram ao conhecimento dos respectivos professores, de jornalistas, de divulgadores, e, portanto, só mais tarde puderam ser estudados em Portugal e, mais tarde ainda, publicados aí, num

⁴⁹ 4 vols., Nova Lisboa, Município, 1958-1963.

processo que atinge o seu cume na publicação de antologias de novos poetas cabo-verdianos e angolanos, aquela na Caminho e esta na Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Essa nova geração forma-se, portanto, em grande parte no interior do país e relativamente isolada. Nos tempos do partido único a bibliografia do exterior não circulava com facilidade em Angola, não aparecia nas poucas livrarias abertas. São poetas um bocado mais velhos como David Mestre que passam bibliografia e informações literárias aos mais novos, ansiosos por modernidade e pela superação dos espartilhos ideológicos. A criação de uma biblioteca na embaixada portuguesa, razoavelmente apetrechada (a funcionar, porém, num espaço reduzido), veio colmatar algumas das falhas existentes. Apesar disso, a circulação literária entre Angola e Portugal era mais escassa nos anos 80 e 90 do que nos anos 70 ou 60, mais controlada também. O ar estava rarefeito e a situação só começou a alterar-se no começo dos anos 90, mas timidamente. A abertura ao multipartidarismo, as primeiras conversações de paz e algum incremento económico ajudaram a descomprimir. Entretanto, nos mesmos anos 90 começam a revelar-se novos escritores, mais novos que os da década anterior. As falhas, lacunas e limitações do ensino vigiado e entretanto desestruturado, a falta de informação e actualização cultural, as sequelas da guerra civil, naturalmente que se manifestaram nessa geração que recupera a custo da placenta cultural envelhecida em que se formou.

A aceleração das relações Angola-Portugal nos últimos quinze anos teve, porém, só um vago paralelo nas relações literárias. Mais importantes foram os regressos de exilados, estudantes e emigrantes, que se têm reflectido no aumento e melhoria da produção. Outro contributo forte foi o aumento na circulação bibliográfica, no aparecimento de livrarias (apesar de inicialmente mal recheadas) e no apetrechamento de bibliotecas.

Infelizmente esse esforço não teve ainda correspondência numa actuação concertada para o ensino, promoção e divulgação da literatura portuguesa em Angola e da literatura angolana em Portugal. Nenhum dos países tem desenvolvido uma estratégia consequente de interpenetração e de intercâmbio a

este nível. Dado o aumento da circulação entre Angola e Portugal, as coisas vão funcionando um pouco por si próprias, com acções pontuais, a contra-corrente muitas vezes e pela boa vontade de cada vez mais raros protagonistas de vulto. Cada vez mais raros porque os tempos se prestam muito a negócios rápidos e pouco aos intercâmbios especificamente literários e que durem mais que um fim-de-semana no Mussulo ou em Cascais. Não se tem notado, nas últimas duas décadas, uma orientação definida, uma aposta consequente e coerente na escolha, preparação e colocação de agentes culturais de cada país no outro, na rentabilização das mais-valias existentes (sobretudo ao nível das universidades, que estão subaproveitadas), na sustentação do incremento bibliográfico (seu transporte, sua divulgação, redes de venda permanente), na promoção de encontros regulares entre criativos em exercício dos dois países. O que deriva, não tanto de más vontades, que só ganham espaço nestas situações lacunares, mas da ausência de uma política de consensos nacionais e bilaterais, uma estratégia política abrangente e concertada, que se projecte e execute além das mudanças de governos, ministros e demais responsáveis. Por esse motivo, a criação de instituições como o Instituto de Língua Portuguesa sediado em Cabo Verde ou o Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa sediado em Maputo não dá resultados visíveis no quotidiano dos escritores, professores e leitores angolanos. Nada, no entanto, que não se possa resolver e de forma simples: aproveitando as sinergias e capacidades existentes, coordenando-as de forma a não se sobreponem nem se excluírem e facilitando a circulação corrente de bens culturais em ambos os sentidos. É que não basta uma história literária parcialmente comum para que as relações literárias entre Angola e Portugal se mantenham.

DISCURSO SOBRE A SUPERAÇÃO DO PENSAMENTO IDENTITÁRIO PORTUGUÊS

MIGUEL REAL *

Este texto assenta na ideia cultural central de que o tempo dos esconjuros e dos exorcismos — transformador do antagonista em inimigo frontal —, que tem impregnado os veios nervosos do pensamento português moderno e contemporâneo, dividindo radicalmente escolásticos e cartesianos, contra-reformistas e erasmianos, ptolomaicos e copernicianos e newtonianos, jesuítas e «estrangeirados», absolutistas e liberais, monárquicos e republicanos, metafísicos e positivistas, católicos e jacobinos, integralistas/salazaristas e democratas, espiritualistas e racionalistas, conservadores e progressistas, providencialistas e modernistas, foi definitivamente ultrapassado com a integração de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, constituindo hoje o lastro recente da nossa cultura, aqui e além borbulhando activamente, porém já sem suficiente ímpeto criador. Tal não significa que as diferenças entre pensadores se tivessem diluído num vasto caldeirão eclético, instavelmente harmonioso; de outro modo, significa que europeicamente, passámos a aceitar a diferença como diferença, a posição contraditória como necessidade dinâmica e dialéctica da evolução do pensamento, e a encarar a teoria alheia com idêntico grau de legitimidade da nossa. Cessaram as «heterodoxias» laurentinas por-

* Professor de Filosofia; romancista, dramaturgo e ensaísta premiado, além de colaborador frequente da *Prelo* e do *JL*. Dedicou-se sobretudo ao estudo de temas da modernidade portuguesa e, na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, publicou *Eduardo Lourenço, os Anos da Formação (1945-1958)* e *O Essencial sobre Eduardo Lourenço* (ambos de 2003).

que cessaram as «ortodoxias» eclesiásticas e os dogmas racionalistas — nenhum pensador português vivo, nenhuma instituição social portuguesa de hoje e nenhuma organização religiosa portuguesa actual se sentem metafísica ou teologicamente autorizados, em nome da «verdade» e/ou do «absoluto», a proclamar a excelência da sua doutrina, selando as restantes de heréticas, falsas, mentirosas, com direito a esconjuração pública ou perseguição e prisão dos seus cultores e consequente queima ou arresto público dos seus livros, como aconteceu em Portugal, com breves intervalos de liberdade e tolerância, entre a segunda metade do século XVI e 1974. Da gorada reforma da Universidade de Coimbra em tempo de D. João III a Eduardo Lourenço, Portugal criou uma forma mental e uma visão do mundo que se alimentavam exclusivamente da negativização do pensamento oposto, da doutrina contrária, da teoria diferente, nulificando igualmente os seus autores — conceito combatido, autor preso, exilado ou morto, livro queimado ou proibido. O pensador que trazia a diferença era encarado como inimigo a abater ou a esmagar e o povo — eterno rústico aldeão, alimentado pelas malhas da credice e da superstição —, como massa amorfa ignorante a iluminar e converter. A história do pensamento português moderno e contemporâneo construiu-se, ao longo de cerca de quatrocentos anos, através de uma série de sucessivas negatividades que não têm par no movimento cultural dos países europeus, porventura com excepção da Espanha. Assim, mais do que filosófico ou reflexivo, o pensamento português tem sido eminentemente ideológico, isto é, enformado ou envolvido por um sentido de Estado que lhe guia a orientação político-social, ora entronizando no poder uma(s) doutrina(s), ora excomungando a(s) doutrina(s) alheia(s). De D. João III a Salazar, passando por marquês de Pombal, Mouzinho da Silveira e Afonso Costa, as teorias têm sido entronizadas «verdadeiras» pelo poder e força do Estado, e as suas contrárias condenadas às grilhetas da repressão. De Igreja triunfante e perseguidora até ao reinado de D. João V a Igreja perseguida e humilhada no Liberalismo e na I República, trata-se da mesma *forma mentis* portuguesa, diabolizadora do pensamento alheio, ora castiço, ora «estrangeirado», ora religioso, ora ateu, ora metafísico, ora cientificista. Desta posição de princí-

pio — causada por circunstâncias sociais, políticas e económicas precisas, por sua vez causa de atrasos sociais, políticos e económicos futuros, numa dialéctica de que se desconhece princípio e fim —, sempre o pensamento português tem saído diminuído e fragilizado, estatuindo-se a reflexão em Portugal como autêntica arma de arremesso ideológico-político. Acção e reacção ao mesmo tempo, causa e efeito simultâneos, contaminação conspirante inconsciente, rara é a obra de pensamento em Portugal que não seja tocada por esta elevação da reflexão à ideologia de Estado, presumindo apresentar-se como deste redentora. Será possível entender o pensamento de Pedro Amorim Viana, de Ferreira Deusdado, de Antero de Quental, de Oliveira Martins, de Teófilo Braga, de Teixeira de Pascoais, de António Sérgio, de Abel Salazar, de Eduardo Lourenço, sem o pano de fundo ideológico do Estado contra o qual transformaram as suas teorias em armas? Contaminado de ideologia, o pensamento português deve a sua existência à configuração político-cultural donde emerge, morrendo com ele. É uma autêntica tragédia — o pouco que escrevemos sobre o Ser, sobre o Bem, sobre o Belo, sobre Deus, logo o contagiámos desse máximo defeito de o postularmos como veículo triunfal do Estado, carro auriflamejante por onde todas as gerações portuguesas têm atravessado o Rubicão da nossa redenção; mas a teoria passa, a configuração cultural passa, o Estado, assim iluminado, passa, os actores da história passam e, no fim, outra geração olha para trás e o que os seus pais tinham visto como o Rubicão sabe-lhe apenas a um longínquo Eufrates nunca atravessado em direcção à Terra Prometida. De novo, novas teorias exclusivistas apontam o caminho, penitenciam-se outra vez os quarenta anos do Deserto, um Moisés português adeja as suas barbas sorridentes afogando em outro mar Vermelho os novos egípcios, num outro monte Sinai são descobertas outras tábuas da verdade e todos de novo sentem que é a hora, é agora, agora sim, agora é mesmo a aurora do futuro, enchem-se prisões de inimigos, apostasiam-se os foragidos, excomungam-se as restantes doutrinas e, no fim, olhos salgados de lágrimas, instalados no futuro ideal, constata-se que, perdido o presente, outro é o futuro real, feito do sangue dos perseguidos, que ora reclamam vingança, vingando-se revolucionariamente. Assim,

se quiséssemos definir o tempo moderno e contemporâneo do pensamento português entre 1580 — data da perda da independência — e 1980 — data do acordo de pré-adesão à Comunidade Económica Europeia —, passando simbolicamente pelo ano de 1890 — data do *ultimatum* britânico a Portugal —, atravessando quatrocentos anos de história pátria, defini-lo-íamos como o tempo do canibalismo, o tempo da culturofagia, o tempo em que os portugueses se foram alegremente devorando uns aos outros, cada nova doutrina emergente destruindo e esmagando a(s) anterior(es), estatuída(s) esta(s) como inimiga(s) de vida e de morte, alvo(s) a abater, e as suas obras como negras peçonhas a fazer desaparecer. Jesuítas ou «pombalinos», religiosos ou maçónicos, tradicionalistas ou modernistas, espiritualistas ou racionalistas, cada corrente só se entendia como una e independente quando via o seu reflexo «puro» nos olhos aterrorizados e impuros do adversário, quando o desapossava de bens, lhe subtraía o recurso para a sobrevivência e, em última instância, quando o prendia ou matava, por vezes mesmo «matando-o» depois de este estar morto, como sucedeu com os restos mortais de Garcia da Orta, em Goa, queimados em auto-de-fé. Porém, se umas correntes «matavam» o morto, privilégio dos dominicanos da Santa Inquisição, outras — animadas do mesmo ódio teológico e racionalista — «ressuscitavam-no», como aconteceu com os maçónicos, carbonários e republicanos face ao legado pombalino, fundado numa das mais impressionantes mitologias culturais alguma vez inventadas em Portugal, erguendo a maior e mais importante estátua do marquês de Pombal em pleno centro de Lisboa. Duelos de morte, assassínios individuais e colectivos (perseguição aos judeus pela Inquisição; perseguição da alta nobreza, dos jesuítas, do «herético» Cavaleiro de Oliveira e de pensadores e poetas pré-românticos pelo marquês de Pombal; perseguição aos sacerdotes pelos jacobinos positivistas e republicanos; perseguição aos comunistas pelo Estado Novo no século xx), prisões individuais e colectivas — todos os protagonistas da história do pensamento português, com raríssimas excepções, entre as datas indicadas (1580-1980), têm as mãos sujas e não poucos morreram em desespero às suas próprias mãos, ora abandonando desalentados a cortesia do Poder (desde Sá de Miranda, recolhendo-se solitário a Ter-

ras de Basto, passando por Alexandre Herculano e Domingos Tarroso a José Régio e Miguel Torga), ora exilando-se (desde Francisco Sanches, António Nunes Ribeiro Sanches e Luís António Verney a praticamente todos os grandes vultos da cultura portuguesa do século xx, de Aurélio Quintanilha a Adolfo Casais Monteiro, de Agostinho da Silva a Barradas de Carvalho, dos irmãos Cortesão a Eduardo Lourenço, Jorge de Sena e José-Augusto França), ora suicidando-se (Antero de Quental, Camilo Castelo Branco e Manuel Laranjeira). Não temos feito história da cultura com o pensamento, mas com o sangue, alimentando-nos antropofagicamente do corpo do adversário — eis o canibalismo cultural português que nos tem definido.

Hoje, na geração que emerge para o pensamento após a década de 70, a realidade é absolutamente diferente: o realismo irónico de Rui Zink convive com o lirismo trágico de José Luís Peixoto, o espiritualismo atlântico de Paulo Borges convive com o racionalismo ecológico empenhadamente europeu de Viriato Soromenho Marques, o desespero femininista de Inês Pedrosa convive com a superficialidade do realismo urbano de Margarida Rebelo Pinto, o neopragmatismo retórico de Manuel Maria Carrilho com a teoria do insuperável de António José de Brito, a razão atlântica e saudosista de António Braz Teixeira com o empenho socializante pós-moderno de Boaventura de Sousa Santos, o espiritualismo atópico e acrónico de Carlos H. do C. Silva com o racionalismo «alucinado» de Fernando Gil, o racionalismo crítico de Carlos Leone com o providencialismo do «evangelho português» de Manuel Joaquim Gandra, sem a existência, sequer prenunciada, da necessidade de um combate visceral como acontecera até há cinquenta, sessenta anos, entre neo-realistas e presencistas, entre adeptos da «Filosofia Portuguesa» e seareiros, entre marxistas e existencialistas, fortalezas ideológicas crivadas de cumplicidades, de críticas e autocriticas, de expulsões e perseguições. Em nenhuma das obras publicadas pela nova geração portuguesa se lê e sente essa antiga necessidade de humilhação do concorrente, base psicológica essencial da carência, da inveja mútua e da ostentação própria.

É muito difícil pensar a cultura portuguesa dos últimos séculos sem esta dialéctica canibalista, não elevada, ao modo grego, ao estatuto de uma logomaquia (velho sonho do padre

Manuel Antunes para o pensamento português), ou, ao modo alemão, como uma dialéctica do *Geist*, suposta ascensão do pensamento histórico e geracional a novos e superiores patamares espirituais, mas apenas, um pouco ao modo francês, de uma luta de *raisons de coeur*, que o tempo, esse eterno pulverizador das emoções, logo nulifica. Esta necessidade de canibalização do pensamento alheio nasce indubitavelmente — como soberbamente o analisou Eduardo Lourenço — de quatrocentos anos de vocação totalizante do pensamento português, balanceando continuamente entre um estatuto de superioridade universal (Luís de Camões épico, padre António Vieira profético, Fernando Pessoa da *Mensagem*) e um estatuto de patente auto-humilhação social face a modelos estrangeiros (Ribeiro Sanches, Alexandre Herculano, Geração de 70, Teófilo Braga, António Sérgio, Jorge de Sena), logo tornado ímpeto de revitalização nacional (marquês de Pombal, 1820, «Regeneração», 1910, 1974), não menos patriótico e totalizante.

Deparamos hoje, à entrada do século XXI, com duas expressas vertentes tematizadoras da cultura identitária portuguesa. De um lado, uma forte corrente espiritualista e providencialista do pensamento português contemporâneo que, na sua diversidade, evoluindo década a década, de Amorim Viana a Paulo Borges, António Cândido Franco e Manuel Cândido Pimentel, passando por Sampaio Bruno, Teixeira de Pascoais, Álvaro Ribeiro, Agostinho da Silva, António Quadros, Dalila Pereira da Costa, Pinharanda Gomes, Afonso Botelho, António José de Brito e António Braz Teixeira, aspira a retratar o vínculo substancial da unidade perdida da cultura e do povo portugueses para sempre estilhaçada nos tempos do marquês de Pombal, retomando o fio histórico de continuidade cuja vibração constituiria o coração de Portugal. Intentos paralelos, aplicados à totalidade da metafísica ocidental, constituem a teoria do Ser e do nada de José Marinho e o espiritualismo puro de Carlos H. do C. Silva. Diversas são as soluções propostas, da saudade de Teixeira de Pascoais ao «pensamento atlântico» de Dalila Pereira da Costa, António Braz Teixeira e Paulo Borges, do franciscanismo espiritual de Agostinho da Silva à revitalização do Quinto Império em Fernando Pessoa, do cristianismo escolástico em Álvaro Ribeiro ao «projecto áureo» da «patriasofia» de

António Quadros, da «degradação do Espírito» de Orlando Vitorino ao mistério da cisão em José Marinho, da clássica reflexão metafísica em Miranda Barbosa e Abranches de Soveral à revolução ontológica levantada em 1969 pela obra *À Porta do Ser*, de José Enes. Em cada um destes pensadores existe uma fome de absoluto e de verdade, de nítido sentido religioso, remissível apenas numa filosofia perene, que é o mesmo que dizer apenas tranquilizada quando enfim repousar na anterior «mão de Deus». Porém, o «Deus» incessantemente perseguido pelo pensamento contemporâneo português, com as evidentes exceções de Ferreira Deusdado e do padre Manuel Antunes, nunca se identificou com o Deus Uno e Trino institucional e oficial da Igreja Católica. Dificilmente se encontrará outra cultura contemporânea crente e religiosa de tão larga tradição heterodoxa, outra cultura que tenha tão insistentemente pensado Deus, de Amorim Viana e Domingos Tarroso, no século XIX, a Sampaio Bruno, Agostinho da Silva e Dalila Pereira da Costa, no século XX, e Paulo Borges, Manuel Cândido Pimentel, António Cândido Franco e Carlos H. do C. Silva, já na passagem para o século XXI. A proliferação de estudos sobre Deus — e de visões teóricas pessoais de Deus —, aliada à permanente tentativa de se restabelecer a unidade perdida da cultura portuguesa, marcando-a com um selo de singularidade espiritual, constituem as duas traves mestras portuguesas desta «fome» de revivescência de Absoluto, de Unidade, de Verdade, de Eternidade, de Universalidade Total, de que o episódio literário da «Ilha dos Amores», de Luís de Camões, e a celebração da festa do Espírito Santo e o desejo do Quinto Império do Mundo do padre António Vieira e Fernando Pessoa seriam justa e remanescente lembrança.

De outro lado, inúmeros pensadores portugueses contemporâneos estatuíram a razão como modo solidamente privilegiado do conhecimento e da acção, de conceito forte de razão em Teófilo Braga, Miguel Bombarda, Júlio de Matos, António Sérgio, Bento de Jesus Caraça, Abel Salazar e Silvio Lima a um conceito fraco de razão em Eduardo Lourenço, Fernando Gil, Manuel Maria Carrilho e Boaventura de Sousa Santos e a uma razão «ecológica» em Víriato Soromenho Marques ou uma razão crítica do espaço público em Carlos Leone.

Porém, imposto por vicissitudes sociais e políticas, mais do que um caminho recto, o que a contemporaneidade assistiu foi a uma autêntica saga épica da razão em luta contra o providencialismo e o messianismo do Estado, combate em que, após a morte de Teófilo Braga, em 1924, a razão, perseguida pelo Estado, pela Igreja e pela Universidade, apenas sobreviveu labirinticamente em movimentos de clandestinidade, de exílio, de luta contra a censura, representada nas obras de António Sérgio, Abel Salazar, Sílvio Lima, Vasco de Magalhães Vilhena, Bento de Jesus Caraça, Vieira de Almeida, António José Saraiva, Vitorino Magalhães Godinho, Mário Soares e tantos outros intelectuais portugueses publicados no período do Estado Novo. Com efeito, muitos foram os caminhos percorridos pela razão até 1974, de messiânica em Teófilo Braga e clara e luminosa em Sérgio a dialéctica em Bento de Jesus Caraça, de liberal e burguesa em Joaquim de Carvalho a estrutural e autopsicanalizada em Eduardo Lourenço, de «alucinada» em Fernando Gil a retórica, argumentativa e pragmática em Manuel Maria Carrilho e «decente» (prática, técnica e englobando o senso comum) em Boaventura de Sousa Santos. Neste labirinto de portas cerradas, becos desdobrados em falsas ruas, alamedas gloriosas cortadas por inúmeras travessas, brilhou, na segunda metade do século XIX, o nacionalismo racionalista e republicano de Teófilo Braga, na primeira metade do século XX, o jardim ensaístico de António Sérgio (último volume de *Ensaios* é datado de 1958 e o primeiro de 1920), no terceiro quartel deste século, a razão crítica de Eduardo Lourenço (o primeiro volume de *Heterodoxia* é de 1949 e *Labirinto da Saudade*, sua obra maior, de 1978) e, no último quartel do século, o vulto ímpar de Fernando Gil, nomeadamente a partir da segunda metade da década de 80. Sérgio acolhe-se no abrigo de uma razão neo-iluminista, único instrumento de verdade e de acção, Fernando Gil, numa razão que auto-reconhece não apenas os seus limites epistemológicos (a noção de «prova» evidenciada nos livros do autor), mas sobretudo ter nascido de um acto de crença (a postulação racional da certeza funda-se num movimento de evidência como acto de «alucinação» ou de autoconvencimento interior), e, perfazendo a bissectriz entre as duas metades do século e

entre Sérgio e Gil, Eduardo Lourenço explora a noção de racionalidade cultural e historiográfica portuguesa, desmontando os seus mecanismos «psicanalíticos».

Duzentos e trinta anos após a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, em 1772, pelo marquês de Pombal (influenciado pelo pensamento dos racionalistas António Ribeiro Sanches, Luís António Verney e Jacob de Castro Sarmento), constata-se hoje que o pensamento contemporâneo português tem vivido desse instante auroral de desterro da escolástica e acolhimento do experimentalismo, seja visto como uma catástrofe, seja visto como um jorro de luz rompendo as trevas eclesiásticas da ignorância. A entrada de Portugal na Comunidade Europeia, em 1986, veio provocar um fortíssimo rasgão nesta visão do passado recente e antigo do pensamento português, seja pela emergência da democracia, seja pela perda do Império, seja, posteriormente, pela total integração de Portugal nos costumes e modas europeias. Duzentos anos de exclusivismo mental (da segunda metade do século XVI à segunda metade do século XVIII), fundado no total esmagamento do antagonista, e duzentos anos de total culturofagia (século XIX e século XX até 1974) exprimem os quatrocentos anos de canibalismo em que sobreviveu o pensamento português, berço de todas as ilusões identitárias nacionalistas e patrióticas. Tempo tão longo e hábito tão fundo não se apagam em trinta anos, por isso é normal a borbulhagem dos ataques de Manuel Maria Carrilho, nos finais da década de 80, contra Orlando Vitorino e Agostinho da Silva ou de António Quadros contra os «positivistas» nos finais da década de 80. Sintomaticamente diferente — e impossível de realizar até à década de 80 — é a atitude de Pedro Calafate, a todos acolhendo nos dois últimos tomos do volume V da sua *História do Pensamento Filosófico Português*, publicados pela Editorial Caminho nos primeiros anos do século XXI, como diferente é a atitude de António Braz Teixeira como editor da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, dando abrigo editorial a todos os autores da cultura e do pensamento portugueses, mortos ou vivos, malditos ou glorificados no seu tempo, perseguidos ou triunfantes. É este, hoje, o caminho que o pensamento português está percorrendo. Com efeito, a consolidação da democracia, como hábito social e individual que ferve na pele, e a im-

pregnação do nosso tecido mental de hábitos de raiz europeia, enterraram definitivamente tanto a tentação de um pensamento absoluto aplicado ao todo da sociedade portuguesa quanto a consequente canibalização das teses adversárias. No século XXI, no Portugal europeu, desejado e sempre interrompido desde os tempos de Pedro Nunes, de Garcia da Orta, de Sá de Miranda, de Damião de Góis, o Deus que nos habita é um Deus cuja casa — no dizer de Fernando Gil no texto de apresentação da revista *Análise*, há vinte e dois anos (1984) — tem muitas moradas, inúmeras moradas, possivelmente nem é uma casa, é uma mansão, com escadas que só sobem, para os jacobeus alucinados do espírito, ou escadas que só descem, para os realistas especialistas em escarafunchar as abjecções e perversões humanas, outras escadas que simulam descer quando se está subindo e subir quando se está descendo, e, algumas para borgesianamente nelas se subir e descer ao mesmo tempo, escadarias que ilusoriamente são duas quando parecem uma, ou uma quando parecem duas ou três, há mesmo escadas especiais que heideggerianamente levam a sítio nenhum, percorrendo-se o infinito dentro delas, e outras, tão dominantes, atapetadas de veludo carmim para os pés, que quem nelas anda sente-se catedraticamente a dominar o mundo, tornando-se, porém, vista a história em tempo longo, tão ínfimo como lagarta rastejante; no chão das escadas, Deus permite que todos os pés toquem os seus degraus, descansando de tempos a tempos: há moradas de descanso e ostentação para os brutos e para os subtis, para os perfumados e para os mal-cheirosos, e até há uma, de formato especial, para os que só sabem andar a quatro patas, como as bestas. Nesta casa de Deus, ninguém entra como filho pródigo, porque não há filhos preferidos e ninguém batalha contra ninguém porque não só cada um depende exclusivamente do valor da sua obra, como a verdadeira batalha — quando as gambiarras fluorescentes e embriagantes dos centros comerciais se apagam, as ruas se despovoam do carnaval de carros, de cores, de sons, de movimentos, o ecrã da televisão se apaga, negreando, e os anjos e monstros da consciência despertam, clareando por dentro a noite — é de cada um consigo próprio. Ao contrário da mónada de Leibniz, nesta casa de Deus as portas e as janelas são mil e de cada uma

todos espreitam a obra do vizinho, nela se inspirando para criar a sua própria obra sem que daí nasça guerra de extermínio, como o fez durante um quarto de milénio a Inquisição, como o fez durante trinta anos o marquês de Pombal, como o fizeram liberais e republicanos durante cerca de um século perseguindo a Igreja Católica e como o Estado Novo o repetiu a socialistas e comunistas. Nesta casa de Deus, das mil portas, mil janelas, mil escadas, mil andares, mil moradas, não é possível recusar-se um funeral católico a um maçónico nem demitir-se um bispo e um reitor de seminário por terem permitido que monges budistas orassem num templo cristão. Mas nesta casa de Deus também não é possível que um deputado seja demitido por confessar que o homossexualismo é um pecado, embora não seja um crime. E não é possível porque a casa das mil portas, mil janelas, mil escadas, mil andares, mil moradas, possui um único telhado, que a todos abriga, feita da matéria mais resistente ao tempo, tão resistente ao tempo que, para os homens, se tornou consubstancial à eternidade divina, tornando-se igualmente o novo-velho rosto de Deus na Terra: a matéria da tolerância, noção e sentimento a que mais rijamente os portugueses têm resistido. Porém, por via da Europa — honra lhe seja feita —, e não por gradual esforço nosso, não são apenas dois ou três pensadores portugueses a exigirem o império da tolerância, são as próprias instituições sociais, e antes de mais o próprio Estado e a própria Igreja Católica, os dois aparelhos políticos a quem mais devemos a nossa histórica *forma mentis* intolerante.

Esgotado de tanto absoluto histórico, o pensamento português, passada a sua fase de canibalismo redentor, reinará no século XXI como goradamente Antero de Quental desejava que reinasse no século XX — sob império da Justiça e da Liberdade, tendo como horizonte final o Bem ético, que, entre as suas virtudes, conta a tolerância como uma das principais.

Este n.º 3 da 3.ª série de
PRELO
foi composto em caracteres Bookman
e acabou de imprimir-se em Janeiro de 2007
na Imprensa Nacional-Casa da Moeda,
Lisboa.



3.ª série • revista quadrimestral

PORTUGAL CONTEMPORÂNEO

- NOTAS SOBRE O FIM E OS REINÍCIOS DA CULTURA LIBERAL QUE NUNCA TIVEMOS – *Carlos Leane*
- RELIGIÃO E RELIGIÕES EM PORTUGAL: ELEMENTOS E QUESTÕES ACTUAIS – *Paulo Mendes Pinto*
- A FÍSICA EM PORTUGAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX – *Augusto J. S. Fitas*
- DAS ARTES PLÁSTICAS E VISUAIS – *José-Augusto França*
- ARQUITECTURA E URBANISMO NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO – *José Manuel Fernandes*
- PORTUGAL COMO CULTURA NO EXTERIOR – *Eugénio Lisboa*
- PORTUGAL E MOÇAMBIQUE NO SÉCULO XX: LÍNGUA, PÁTRIA E PÂNICO – *Phillip Rothwell*
- PORTUGAL-ANGOLA: ALGUMAS RELAÇÕES LITERÁRIAS – *Francisco Soares*
- DISCURSO SOBRE A SUPERACÃO DO PENSAMENTO IDENTITÁRIO PORTUGUÊS – *Miguel Real*